



Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Assessoria Técnica da Presidência

# ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DE MINAS GERAIS

## *Circuito de Santa Bárbara*

Volume 2

## Região de Santa Bárbara

Parte 2

MT  
719(815.1-0 Circuito de Stª. Bárbara)  
A881  
v.2  
pt.2

ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS  
DE MINAS GERAIS  
Circuito de Santa Bárbara

Convênio celebrado em 13 de março de 1979 entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, através da Fundação João Pinheiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, para elaboração de Planos de desenvolvimento urbano e valorização do patrimônio cultural de núcleos históricos do Circuito do Ouro, em Minas Gerais.

ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS  
DE MINAS GERAIS

Circuito de Santa Bárbara

V. 1 Sabará

V. 2 Região de Santa Bárbara — partes 1 e 2

Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.  
Assessoria Técnica da Presidência.  
Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas  
Gerais; circuito de Santa Bárbara. Belo Horizonte, 1981.  
2 V. em 3.

CDU : 725.94 (815.1 - O Circuito de Santa Bárbara)



Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Assessoria Técnica da Presidência

ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS  
DE MINAS GERAIS  
Circuito de Santa Bárbara

v.2  
Região de Santa Bárbara  
Parte 2

Belo Horizonte  
1981

92  
mg. 686 - v. 2. pt. 2  
03/04/82

F.J.P. - BIBLIOTECA



\*60000686\*

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Av. João Pinheiro, 146  
Caixa Postal, 2210 - Telex: (031)1302  
30.000 Belo Horizonte - MG



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## EQUIPE TÉCNICA

### SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO

José Ernesto Ballstaedt

### ELABORAÇÃO

Affonso Ávila

Herber Xavier

João Marcos Machado Gontijo

Jussara Marilda França

Myriam Ribeiro Andrade de Oliveira

Roberto D'Affonseca Herbster Gusmão

### ESTAGIÁRIO

Adalgisa Arantes Campos

Joana Domingues Vargas

José Arnaldo Coelho de Aguiar Lima

Junia Gaia Santana



SUMÁRIO

	PAG.
EQUIPE TÉCNICA.....	iii
<u>9 SANTA BÁRBARA</u> .....	159
<u>9.1 Formação e evolução urbana</u> .....	159
<u>9.2 Acervo histórico e artístico</u> .....	165
<u>9.2.1 Edificações religiosas</u> .....	165
<u>9.2.1.1 Igreja Matriz de Santo Antônio</u> .....	165
<u>9.2.1.2 Igreja de Nossa Senhora do Rosário</u> .....	174
<u>9.2.1.3 Igreja de Nossa Senhora das Mercês</u> .....	178
<u>9.2.1.4 Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco</u> .....	181
<u>9.2.1.5 Capela do Bonfim</u> .....	186
<u>9.2.2 Edificações civis</u> .....	188
<u>9.2.2.1 Correios e telégrafos</u> .....	188
<u>9.2.3 Outras edificações</u> .....	190
<u>9.2.3.1 Formácia</u> .....	190
<u>9.2.3.2 Prefeitura Municipal</u> .....	191
<u>9.2.3.3 Casa da Rua Rabelo Horta, nº 69</u> .....	191
<u>9.2.3.4 Cadeia Municipal</u> .....	192
<u>9.2.3.5 Casa de Afonso Pena</u> .....	193
<u>9.2.3.6 Unidade de Saúde</u> .....	194
<u>9.2.3.7 Casa com Mirante</u> .....	195
<u>9.3 Distrito de Brumal</u> .....	196
<u>9.3.1 Formação e evolução urbana</u> .....	196
<u>9.3.2 Acervo histórico e artístico</u> .....	197
<u>9.3.2.1 Edificações religiosas</u> .....	197
<u>9.3.2.1.1 Igreja Matriz de Santo Amaro</u> .....	197
<u>9.3.2.1.2 Capela do Senhor dos Passos</u> .....	204
<u>9.3.2.1.3 Santuário e Colégio Caraça</u> .....	206
<u>9.3.2.2 Outras edificações</u> .....	210
<u>9.3.3 Povoado de Sumidoro</u> .....	211
<u>9.3.3.1 Acervo histórico e artístico</u> .....	211
<u>9.3.3.1.1 Capela de São José</u> .....	211
<u>9.3.3.1.2 Igreja de Santana</u> .....	212



<u>9.4</u>	<u>Distrito de Catas Altas</u> .....	214
<u>9.4.1</u>	<u>Formação e evolução urbana</u> .....	214
<u>9.4.2</u>	<u>Acervo histórico e artístico</u> .....	218
<u>9.4.2.1</u>	<u>Edificações religiosas</u> .....	218
<u>9.4.2.1.1</u>	<u>Igreja Matriz de Nossa Senhora da conceição</u> .....	218
<u>9.4.2.1.2</u>	<u>Capela de Nossa Senhora do Rosário</u> .....	224
<u>9.4.2.1.3</u>	<u>Capela de Nossa Senhora do Carmo</u> .....	228
<u>9.4.2.1.4</u>	<u>Capela do Senhor do Bonfim</u> .....	230
<u>9.4.2.2</u>	<u>Edificações civis</u> .....	231
<u>9.4.2.2.1</u>	<u>Sobrado da Rua Direita, nº 26</u> .....	232
<u>9.4.2.2.2</u>	<u>Sobrado da Praça Monsenhor Mendes, esquina com Rua do Rosário</u> .....	233
<u>9.4.2.2.3</u>	<u>Casas da Rua Direita, nº 220 e anexa</u> .....	234
<u>9.4.2.2.4</u>	<u>Conjunto defrente ao Grupo Escolar</u> .....	235
<u>9.4.2.2.5</u>	<u>Casa da Rua Direita, nº 86</u> .....	235
<u>9.4.2.2.6</u>	<u>Conjunto da Praça Monsenhor Mendes</u> .....	236
<u>10</u>	<u>SANTA LUZIA</u> .....	238
<u>10.1</u>	<u>Formação e evolução urbana</u> .....	238
<u>10.1.1</u>	<u>Formação do povoado e seu desenvolvimento no século XVIII</u> .....	238
<u>10.1.2</u>	<u>Desenvolvimento de Santa Luzia no século XIX</u> ....	240
<u>10.1.3</u>	<u>Crise econômica e busca de alternativas</u> .....	241
<u>10.1.4</u>	<u>A indústria textil e a ferrovia</u> .....	242
<u>10.1.5</u>	<u>Século XX</u> .....	244
<u>10.2</u>	<u>Acervo histórico e artístico</u> .....	246
<u>10.2.1</u>	<u>Edificações religiosas</u> .....	246
<u>10.2.1.1</u>	<u>Matriz de Santa Luzia</u> .....	246
<u>10.2.1.2</u>	<u>Capela de Nossa Senhora do Rosário</u> .....	254
<u>10.2.1.3</u>	<u>Capela do Senhor do Bonfim</u> .....	256
<u>10.2.1.4</u>	<u>Passos da Rua Direita</u> .....	258
<u>10.2.2</u>	<u>Edificações civis</u> .....	
<u>10.2.2.1</u>	<u>Solar Teixeira da Costa (Antigo Quartel dos Revolucionários)</u>	
<u>10.2.2.2</u>	<u>Solar da Baronesa (atual Prefeitura Municipal)</u> .....	258
<u>10.2.2.3</u>	<u>Hospital São João de Deus (Santa Casa)</u> .....	260
<u>10.2.2.4</u>	<u>Conjunto da Rua Direita</u> .....	262
<u>10.2.3</u>	<u>Outras edificações</u> .....	267
<u>11</u>	<u>BIBLIOGRAFIA</u> .....	269



## 9 SANTA BÁRBARA

### 9.1 Formação e evolução urbana

A cidade de Santa Bárbara é ainda hoje pouco mais do que era nos primeiros anos dos oitocentos quando, margeando o ribeirão e construídas em torno da igreja matriz e das capelas, suas casas mal chegavam a 500.

De acordo com Diogo de Vasconcelos<sup>175</sup>, o arraial foi fundado em 1704 pelo paulista Antônio Bueno, que percorria a região em busca de ouro. Apesar de descoberto um veio em Brumado, que, entretanto, lhe pareceu pouco abundante, prosseguiu até encontrar ouro em quantidade às margens do ribeirão de Santa Bárbara, dando início à formação do arraial de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara.

A descoberta das minas de ouro e diamantes trouxe para Minas Gerais, um território então quase sem população, multidões ansiosas por fortuna, que formaram arraiais, a partir de algumas casas em torno de uma capela, futura matriz próxima à mina de ouro.

O arraial fundado por Antônio Bueno prospera, logo são construídas a matriz de Santo Antônio de Santa Bárbara, a igreja das Mercês e as capelas do Rosário e do Bonfim, ao mesmo tempo em que se tomam providências oficiais objetivando a integração da nova comunidade às administrações civil e eclesiástica. O alvará de 16 de fevereiro de 1724 confere à freguesia de Santa Bárbara o caráter de colativa nomeando o seu primeiro vigário, enquanto do ponto de vista da administração judiciária o arraial fica subordinado a comarca de Caeté.

---

<sup>175</sup> VASCONCELOS, D. de. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. v.1, p.182. Be



Submetidas a um processo de superexploração, as reservas de ouro de aluvião de Santa Bárbara, assim como as do resto da região de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, começam a ser esgotadas. Nos primeiros anos do século XIX, as atividades de mineração quase não existiam mais. Saint-Hilaire<sup>176</sup>, por ali de passagem em 1817, testemunha o abandono do povoado ao registrar o desabafo de um proprietário de várias residências vazias, que não encontrava gente disposta a ocupá-las "nem de graça". João Emanuel Pohl, que também ali esteve na época, registra impressões mais detalhadas sobre a fisionomia das ruas e dos edifícios afirmando que eles "... assobradados e muitos de tamanho considerável e construídos com bom gosto, são enfileirados um junto do outro, em geral, porém maltratados e decadentes". Logo adiante esclarece que, "antigamente, quando a extração era ainda considerável, este arraial florescia. Hoje a exploração do ouro é feita debilmente e os moradores vivem mais da criação de gado e da cultura dos frutos do campo".

Para os que ali permaneceram, as alternativas eram as culturas de subsistência, "a criação de gado e a cultura dos frutos do campo".<sup>177</sup> Mas aos poucos, beneficiada pela sua localização no meio dos caminhos que demandavam o nordeste da Província, Santa Bárbara vai se transformando num empório abastecedor da região. Em pouco tempo adquire importância suficiente para ser transformada em Vila, pela Lei Provincial 134 de 16 de março de 1839, desligando-se de Caeté, com a instalação do aparato administrativo em 28 de janeiro de 1840. A vila vai ganhando importância, enquanto as suas novas atividades econômicas florescem, distanciando-se, com o passar do tempo, do quadro sombrio descrito pelos notáveis viajantes europeus nos primeiros anos do século XIX.

<sup>176</sup> SAINT - HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. p.98.

<sup>177</sup> POHL, J. E. Viagem ao interior do Brasil; empreendida nos anos de 1817 a 1821. Rio de Janeiro, INL, 1951. Citação: p.381.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Em 1861, os ingleses organizam a Santa Bárbara Mining Company, com o objetivo de reativar a mineração de ouro no município. Para tanto, eles compram a fazenda chamada Mina de Ouro de Pari ou Veio de Pari, no então distrito de Piracicaba, a seis milhas da sede municipal. Segundo o depoimento do inglês Richard Burton<sup>178</sup>, chegou-se à constituição de um capital de £ 120.000 dos quais a metade foi gasta com a aquisição da propriedade e com reativação da mina. Mas, apesar das esperanças dos locais registrados por Burton, o esforço é em vão e a mineração não prospera.

A cidade viria 18 anos depois de Vila, através da lei provincial 881, de 6 de junho de 1858. Nos anos finais do século XIX, Santa Bárbara consolida a sua importância como município da Província de Minas Gerais. Em 1878, é feita sede de Comarca, pela lei 2.500 de 12 de novembro daquele ano, que registra uma população de 47.200 habitantes, dez por cento dos quais na sede municipal. Os trabalhadores escravos registrados - cerca de 7.610 - representavam pouco mais de seis por cento da população existente no município naquele momento.

A mão-de-obra cativa, como se sabe, dedicava-se ao trabalho mais pesado, principalmente o da lavoura. Sabe-se também que a lavoura de subsistência, desenvolvida naquela região, ocupava pequenas e médias propriedades, com uma maneira de cultivar a terra que não exigia grande quantidade de braços, como as lavouras de exportação típicas, que, pelo contrário, pediam-grande quantidade de terra e de braços.

Há aí indicada uma possibilidade de contingente razoável da população livre estar submetida a algum tipo de trabalho remunerado. Considera-se ainda o grande número de pequenos proprietários rurais, geralmente também comerciantes, e configura-se uma sociedade de classe "média" rural, de

---

<sup>178</sup> BURTON, R. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976. p.263, 265.*



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

pequenas fortunas dos pequenos negócios que tinha sua possibilidade de se expandirem limitadas até pela geografia.

O nascimento do século XX vai encontrar a cidade vivendo um momento brilhante. O município, um dos maiores do Estado, é composto então por onze distritos: Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, Rio São Francisco, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João do Morro Grande, Conceição do Rio Acima, Nossa Senhora do Rosário do Cocais, São Miguel do Piracicaba, Conceição de Catas Altas do Mato Dentro, Bom Jesus do Amparo, Socorro e Brumado. Um sopro de dinamismo percorre a vida de Santa Bárbara, as atividades econômicas se renovam, como no exemplo da fábrica de tecidos São Domingos, que, depois de paralisada por muitos anos, é reativada, como a indústria de laticínios Boa Esperança no distrito de Cocais, que, modernizada, chega a produzir 200 quilos de manteiga diários. No distrito de Catas Altas, a produção de vinhos atinge a 40 mil litros no ano de 1919 e fabrica-se ali "a primeira farinha de mandioca do Estado"<sup>179</sup>, muito famosa, processada por quase 200 moagens. Ao cultivo do arroz, do feijão e do milho disseminados por todo o município, soma-se o da cana-de-açúcar e do chá.

A inauguração da estação ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Santa Bárbara, no dia 19 de agosto de 1911, consolida o processo iniciado no início do século XIX com a mudança nas funções e na maneira pela qual a sua população organiza a sua sobrevivência. Com o trem chega o telégrafo. A sede do município contava, então, com serviços e equipamentos urbanos "modernos" como luz elétrica, água encanada, um hospital e um grupo escolar. É o período da expansão dos negócios, e os interesses políticos dos grupos que dividem a elite local se manifestavam através de dois jornais da época, "A Vida" (1906) e "A Pátria" (1909). Neste campo, o

<sup>179</sup> MUN. SANTA BÁRBARA. *Anuário de Minas Gerais, Bello Horizonte*, 5: 755-60, 1913. Citação: p.756.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

melhor momento dos grupos dominantes em Santa Bárbara é a posse do Conselheiro Affonso Pena, como quarto presidente da República. Filho de Santa Bárbara, esse típico representante das elites de Minas Gerais teve uma carreira política notável que começou no império, terminando na Presidência da República no período de 1906 a 1910.

Duas decisões do Governo Estadual modificaram o perfil do município nos primeiros anos do novo século. A primeira, em 1911, quando o distrito de São Miguel do Piracicaba é retirado da jurisdição de Santa Bárbara; a segunda, em 1923, quando foi suprimido o distrito de Mercês de Água Limpa. Já em 1925 essas modificações são percebidas na população anotada por Vitor Silveira<sup>180</sup> para Santa Bárbara: 34.172 habitantes, quase a metade da população existente em 1900.

A cidade consolidara a sua vocação para a produção de subsistência, além de ter se tornado importante centro atacadista. Vitor Silveira, nas anotações sobre Santa Bárbara, em 1925, registra: "O Distrito de Santa Bárbara, sede do município, tem então 34 casas comerciais, 3 farmácias, 2 hotéis, 2 padarias e 2 alfaiatarias, além do hospital e do Grupo Escolar...".<sup>181</sup> Produção mineral em escala modesta; ouro, ferro, manganês, diversas qualidades de tintas. Algum desenvolvimento na pecuária, que permitiu a existência de um excelente exportável no rebanho de gado vacum; o rebanho dos suínos era apenas suficiente para o abastecimento local.

A menção que Victor Silveira faz a 80 fazendeiros mais importantes supõe a existência de, pelo menos, uma boa quantidade de fazendeiros de menor expressão, o que, visto por outro lado, mostra o tanto que o parcelamento da propriedade da terra havia se consolidado no município.

<sup>180</sup> SILVEIRA, V., *Org. Minas Geraes em 1925. Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1926. p.618.*

<sup>181</sup> *ibid.*



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Em 1943, o município de Santa Bárbara perde os distritos de Bom Jesus do Amparo, Morro Grande e Cocais, que, por ato do governo estadual, passam a constituir o atual município de Barão de Cocais.

Em 1950, quase nada mudara na cidade. Conforme registra o Censo Demográfico daquele ano(63), dos seus 19.022 habitantes, a parte mais expressiva de sua população ativa-2.660 pessoas (19,6%) - dedicava-se à agricultura, pecuária e silvicultura, atividades tradicionais do município. Um total de 1.145 pessoas, 8,45% da população ativa, trabalhavam com mineração de ferro que passa a ter importância crescente na área de Santa Bárbara a partir desse período.

Alguns serviços urbanos cresceram e se modernizaram, embora sem atender a toda a população. A rede de distribuição de água alcançava 57% (420 prédios) dos 728 prédios existentes na sede municipal, dos quais somente 43% (315 prédios) eram servidos pela rede de esgotos. As ligações domiciliares de luz elétrica atingiam a 68% dos prédios existentes, e somente 81 aparelhos telefônicos serviam a cidade.

Apesar da rede de escolas primárias do município estar composta por 32 unidades de ensino, somente 47,74% da população infantil em idade escolar conseguiram matrícula. No âmbito dos serviços de assistência médico-hospitalar, os recursos disponíveis eram um hospital com 97 leitos e um posto de saúde, com dois médicos residentes na cidade.

Em 1959, na área comercial, a cidade contava com três estabelecimentos de comércio atacadista e 83 de comércio varejista, amparados por três agências bancárias e três correspondentes.

Somente nos anos sessenta é que o universo restrito da vida econômica de Santa Bárbara, que quase não mudou durante pelo menos um século, começou a sofrer alterações. A



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

começar com a perda do distrito de São Gonçalo do Rio Abaixo que é transformado em município pelo governo estadual em 30 de dezembro de 1962.

A expansão de grandes projetos siderúrgicos em municípios próximos, naqueles anos, ativa a exploração do minério de ferro, passando Santa Bárbara a produzir carvão, vegetal, impulsionando a silvicultura local, a ponto de fazer com que a propriedade da terra, até então parcelada, passasse a concentrar-se em poucas mãos.

## 9.2 Acervo histórico e artístico

### 9.2.1 Edificação religiosas

#### 9.2.1.1 Igreja Matriz de Santo Antônio

##### a) Histórico

Desconhece-se a data do início da edificação da Igreja Matriz de Santo Antônio. Provavelmente remonta às primeiras décadas do século XVIII, pois data de 1724 a elevação de Santa Bárbara à paróquia colativa.

Segundo Germain Bazin em sua obra L'architecture Religieuse Baroque au Brésil (11), o templo passou por três edificações: a primeira de data desconhecida, a outra por volta de 1749 até 1752 e finalmente a mais lenta de todas, iniciando-se em 1760, quando a matriz está em péssimo estado de conservação, estendendo-se até o final do século XVIII. A última levou a uma alteração da fachada e interior, enfatizando as marcas de época e estilo diferentes.

Todo os trabalhos realizados na matriz tiveram como direção a irmandade do Santíssimo Sacramento, que apresentava o risco cuja autoria não se tem conhecimento.



- Cronologia

1744 Em reunião, a 5 de janeiro, a Irmandade do Santíssimo toma decisão de se fazer um retábulo para o altar da capela-mor com paredes e tetos decorados com painéis. Entretanto, em fins do século XVIII, elementos dessa talha são reagrupados para compor um altar menor a ser utilizado na capela da irmandade, lado do evangelho. Data dessa época o feitiço de um novo retábulo em estilo rococó para o altar da capela-mor.

A três de março de 1744, Francisco de Faria Xavier arremata a obra do retábulo da capela-mor recebendo da mesa dos irmãos o risco e informações.

1749 São colocadas em hasta pública as obras a serem realizadas nas torres, sendo o arrematante Antônio Martins Passos, em 31 de agosto.

1750 Em 16 de agosto a Irmandade do Santíssimo toma decisão de ajustar o douramento da capela-mor.

1752 Datando de 1 de junho é realizado ajuste com Manoel Ribeiro Caldas para que se fizesse "O acrescentamento do corpo da capela, que na boca da mesma tribuna se pusesse um painel de ceia do Senhor com seus discípulos, conforme termo do livro de Inventários da Irmandade do Santíssimo Sacramento.<sup>182</sup> Entretanto, não fica claro se esse acrescentamento é feito na capela-mor, ou se é a própria constituição da capela do Santíssimo, lado do Evangelho. Essa capela da irmandade, de data desconhecida, será feita às custas de um prolongamento de um altar lateral, sendo que, em fins do século XVIII, a talha da capela-

<sup>182</sup> Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, Santa Bárbara. 1741-1805. fl. 31v.



-mor será desmontada e reagrupada para constituir no altar da capela do Santíssimo.

As obras prosseguem na matriz (frontispício, torres, coro e capela do batistério) sendo que no dia 9 de julho foi entregue à irmandade uma petição realizada pelos mestres Antônio Martins Passos e Manoel Francisco Paiva, exigindo o cumprimento das cláusulas do termo de arrematação.

Em data de 22 de outubro a mesa da Irmandade ajusta "com o pintor Melo Rabelo e Souza a pintura das torres da matriz e toda obra que depois de rebocado o frontispício e torres era de ficar em madeira ao rigor do tempo, outrossim as portas principais, travessas e janelas do coro pintadas a óleo e verdete fino ...".<sup>183</sup>

- 1753 A Irmandade do Santíssimo Sacramento realiza ajuste com Jerônimo de Azevedo Peixoto, ... "para maior lustre e resistência às águas se mandasse vidrar a telha das torres ...".<sup>184</sup>
- 1756 Gonçalo Francisco Xavier arremata a obra de douramento da capela-mor em 25 de janeiro.
- 1758 Em data de 25 de janeiro é realizado outro ajuste referente ao douramento da capela-mor, dessa vez com José Correia de Aguiar.
- 1760 Diante do péssimo estado de conservação da matriz, as irmandades locais decidem pela reedificação. Em 17 de

<sup>183</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Santa Bárbara M.G.; Igreja Matriz (Obras realizadas entre 1744 e 1807 segundo assentamentos do seu arquivo, copiados por Luis Jardim).

<sup>184</sup> DEL NEGRO, C. Igreja Matriz de Santo Antônio de Santa Bárbara. In: Escultura ornamental barroca do Brasil; pontadas de igrejas de Minas Gerais. Belo Horizonte, Ed. Arquitetura. 1961 v.1, p.23-8. Citação: p.27



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

maio de 1761 há referência no livro de inventário da Irmandade do Santíssimo, f.53, à "grande ruína que ameaça a sua Igreja pela danificação em que se acha nas paredes e madeiramento dos telhados por estar tudo podre e em termos de vir abaixo se não resolverem acudir com prontidão a reedificar a dita Igreja ...".<sup>185</sup> As obras na Igreja começam efetivamente alguns anos mais tarde.

- 1762 Em 17 de outubro o mestre João da Costa Baupista arre-mata a obra da matriz, conforme risco que lhe foi apre-sentado, no entanto não dá início ao trabalho imediata-mente.
- 1763 Uma coleta é realizada em benefício da reedificação da matriz em data de 28 de dezembro.
- 1766 ... "foi determinado que, na reedificação da matriz, pa-ra mais segurança e perfeição, em lugar de linhas de pau se assentassem três linhas de ferro".<sup>186</sup>
- 1773 O mestre João da Costa Baupista, através de requerimen-to à mesa da irmandade, solicita oficiais para trabalha-rem em obras: forro, acampamento e cimalthas. Alega tam-bém o atraso da reedificação.
- 1779 A mesa da irmandade efetua pagamento dos púlpitos novos a Theodósio Muniz de Sã.
- 1798 Os trabalhos na igreja prosseguem com alguns reparos nas cimalthas e nas paredes.

---

<sup>185</sup> Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antonio, Santa Bárbara. 1741-1805. fls. 50v.

<sup>186</sup> DEL NEGRO, C., op. cit. nota 184, p.27.



- 1800 Segundo Germain Bazin(11), datam do final do século XVIII: internamente; colocação de retábulo rococó na capela-mor e remoção do antigo para a capela do Santíssimo, colocando também nesta uma portada e pintura do balcão do coro; externamente apresenta-se alguma alteração da fachada central, ou seja, cornijas salientes, decoração rococó das janelas e portas.
- 1807 O pintor Monoel da Costa Ataíde recebe o pagamento referente à encarnação de duas imagens do Senhor Cristo.

Para Germain Bazin, é de sua autoria a pintura dos tetos da nave e capela-mor, entretanto no livro de Inventário da Irmandade, iniciado em 1736, não há termos que se referiram a esse possível trabalho e esclarecimento sobre a data provável em que foi realizado possivelmente a pintura do teto da nave e capela-mor tenha sido bem posterior à primeira edificação da igreja, "aliás em pintura esta matriz está muito retardada".<sup>187</sup>

Para Luiz Jardim, não são de mesma autoria as pinturas do teto da nave e capela-mor, sustenta também a proposição de que esses trabalhos não foram contemporâneos, no entanto admite que o trabalho na capela-mor é de Athaíde. "A pintura clara e luminosa representa-se pela da capela-mor da Igreja, em Santa Bárbara, evidentemente posterior à da nave, e de autoria de Manoel da Costa Ataíde".<sup>188</sup>

<sup>187</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rio de Janeiro. Artes eruditas; arquitetura religiosa - Igreja Matriz de Santo Antônio. 30 de abril 1938. (Ficha descritiva).

<sup>188</sup> JARDIM, L. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (3): 79-93, 1939. Citação: p.79.



## b) Arquitetura

A igreja é a mais importante edificação do conjunto da praça da matriz; este, bem representativo da arquitetura do período colonial. O seu entorno, valorizado pelas construções desse conjunto, apresenta-se harmonioso e agradável, com o sombreado de uma ala de árvores na rua Rabelo Hortta, em sua lateral. A via fica em nível mais elevado, separada por um arrimo em pedras do adro asfaltado, ao longo de toda a extensão da fachada direita. Nos fundos e na lateral esquerda foram construídos anexos que, apesar de alterar o partido original, não modificam o caráter da matriz. Ela tem à sua frente, alinhados no passeio e paralelos ao frontispício, quatro curiosos pilares de pequena altura, todos em cantaria trabalhada.

O partido é formado por duas secções retangulares, sendo a que compreende a nave, de maior largura, alargada nos flancos da fachada principal pelas bases das torres. Na outra secção observamos em planta a capela-mor com corredores laterais e a sacristia transversal nos fundos; no pavimento superior apresenta o consistório sobre esta última e tribunas sobre os corredores. Nos espaços correspondentes às bases das torres de planta quadrada observamos, na direita, o batistério e, na esquerda, a escada de acesso ao coro. Possui ainda a Capela do Santíssimo num pequeno anexo de forma retangular à esquerda, de acesso pela nave e de construção antiga, não prevista no partido original.

A edificação, de barro e madeira, tem a cobertura de duas águas no corpo da nave e de três com tacaniça na da capela-mor, ambas guarneçadas por beirais em cimalha. Possui paredes de adobe, taipa e alvenaria de tijolos em partes restauradas; o embasamento das pilastras e cunhais, de cantarias; os cunhais e o enquadramento dos vãos, todos em madeira.



A fachada principal, bem harmônica e com a distri  
buição simétrica dos vãos, é dividida horizontalmente pela  
cornija de madeira coberta por uma fieira de telhas. Na par-  
te superior apresenta o frontão reto, vazado ao centro por um  
óculo de formato quadrilobado vedado por caixilho fixo de vi-  
dro, encimado por uma cruz; este é ladeado pelas duas torres  
com cobertura em telhado de forma piramidal, vazadas pelas ja-  
nelas sineiras com verga em arco pleno. Em cada pano de pare-  
de correspondente às torres aparecem duas seteiras, uma inferi  
or e outra superior, de formato caprichoso com o enquadramen-  
to e sobreverga trabalhadas, guarnecida por grades. No plano  
central, destaca-se a portada com bela vedação almofadada, tra-  
balhos de ornamentação nas ombreiras, na verga alteada e na  
sobreverga. Os concheados desta ultrapassam a soleira da por-  
ta-sacada central. As três portas-sacadas que se abrem para  
o coro têm a vedação almofadada, guarda-corpo entalado forma-  
do por balaustres de madeira torneada e trabalhos no enquadra-  
mento, destacando-se os das sobrevergas, formadas por molduras  
e encimadas também por concheados. Nas laterais aparecem ain-  
da, no corpo da nave, portas com vedação almofadada e janelas  
fechadas por caixilhos de vidro do tipo guilhotina, guarneci-  
das por vergas alteadas. No corpo posterior, abrindo para as  
tribunas e consistório, observamos janelas rasgadas por inte-  
iro com vedação almofadada e guarda-corpo entalado formado por  
balaustres de madeira recortada; dando para os corredores e  
sacristia, janelas e portas também com fechamento almofadado.  
Todos estes vãos são guarnecidos por vergas em arco abatido.

A matriz guarda um belo e rico interior marcado  
por estilos de épocas diferentes, documentados principalmente  
pela sua talha. A nave e a capela-mor possuem piso em campas  
e o forro abobadado de tabuado corrido, que recebe pintura de  
corativa em policromia, sendo o da capela-mor de autoria de  
Thaíde. Os corredores, sacristia e consistório com piso em ta-  
buado largo tem o forro em tabuado corrido. A talha, em ma-  
deira de excelente qualidade, está muito bem representada no  
arco-cruzeiro e sua tarja; na divisória da capela do Santíssi-  
mo com seu forro apainelado; nos retábulos em primoroso traba-



lho escultural e nos púlpitos com dossel, sustentados por atlantes, ambos policromados e recebendo douramentos. Além das pinturas do forro, chamam a atenção, ainda, as existentes sobre o tabuado liso que reveste as paredes da capela-mor, as do forro das tribunas e as que estão sob o coro; este com planta arrojada formada por curvas. Merecem destaque as belas balustradas de jacarandã torneado do cancelo e do guarda-corpo do coro, além do rico acervo de alfaias e a excelente imaginária.

### c) Ornamentação

Trata-se, sem dúvida, de um dos mais suntuosos conjuntos ornamentais da arquitetura colonial mineira, ilustrando bem o protótipo português da "igreja forrada de ouro". Ao barroco joanino dos altares da nave e decoração do arco-cruzeiro conjugam-se harmoniosamente o rococó do altar-mor, púlpitos e pinturas dos forros da nave e capela-mor, notando-se entretanto uma diminuição do ênfase decorativo na região anterior da igreja, próxima ao coro.

Os retábulos inseridos de viés no ângulo formado pelas paredes da nave e arco-cruzeiro são sem dúvida os mais antigos - ilustram um modelo de retábulo joanino próprio da região (outros exemplares em Brumal e Cocais), estruturado em colunas torsas profusamente decoradas. Coroamento de grande (suntuosidade) monumentalidade, incluindo dossel com guirlanda na parte fronteira, figuras de anjos, brasão e arremates em penachos.

Também de estilo Dom João V são os retábulos da Capela do Santíssimo e o que lhe fica fronteiro na nave à direita. Segundo Germain Bazin(11) o altar da capela do Santíssimo seria o primitivo altar-mor, transferido para a mesma por ocasião de uma reforma da capela-mor na segunda metade do século XVIII. Quartelões de forte saliência constituem seus elementos de suporte, compondo-se o coroamento de um dossel quase plano, encimado por um grupo de anjos apresentando um brasão.



O altar da nave à direita também possui quartelões e dossel no coroamento. Tem ainda em comum com o retábulo analisado anteriormente os nichos laterais encimados por pequenos dosseis e os fragmentos de frontão no coroamento. Esses diversos elementos são entretanto tratados de forma diferente, acentuando-se o inusitado emprego de estípetes com atlantes nos suportes externos.

Finalmente o altar-mor e os púlpitos são de estilo rococô, apresentando, o primeiro, estrutura à base de suportes (quartelões e colunas retas) e coroamento em forma de arco.

A pintura do forro da capela-mor, de autoria de Manuel da Costa Athaide e datada de 1806-1807, é unanimemente considerada pelos especialistas como uma das obras-primas do gênero no Brasil. Pertence ao ciclo rococô da pintura perspectivista mineira. No centro, o medalhão, suntuosamente emoldurado de motivos "rocaille", ilustra a cena evangélica da Ascensão do Cristo. A composição divide-se em dois planos: um superior, com a representação do Cristo, e um inferior, com o agrupamento dos apóstolos.

A trama arquitetônica compõe-se de suportes de arquitetura e grandes espaços vazados como nas demais pinturas de perspectiva de Athaide. Aqui entretanto, segundo Carlos del Negro(37), uma importante inovação: a disposição das ordens arquitetônicas perpendicularmente ao eixo longitudinal da abóbada, fugindo ao partido tradicional europeu, que as colocava na continuação direta da arquitetura real do templo.

Atribuída por Carlos del Negro a um discípulo anônimo de Manuel da Costa Athaide, a pintura do forro da nave, do mesmo estilo e período - ciclo rococô da pintura perspectivista mineira - é bastante inferior em termos de qualidade artística. No quadro central, a representação da Assunção da Virgem, que, cercada de anjos e nuvens, emerge do túmulo,



na parte inferior da composição. A perspectiva arquitetônica desdobra-se em alinhamentos áureos de arcarias como nas naves das matrizes de Ouro Branco e Santa Rita Durão, não chegando entretanto a produzir real efeito ilusório de profundidade. Nos balcões laterais e púlpitos estão representadas figuras de apóstolos de desenho medíocre, aspecto este que caracteriza também as representações de anjinhos espalhados em pontos diversos da trama arquitetônica.

### 9.2.1.2 Igreja de Nossa Senhora do Rosário

#### a) Histórico

Em 28 de abril de 1756 a Irmandade do Rosário de Santa Bárbara delibera sobre a urgência de se construir uma capela, dando poderes decisórios, neste sentido, ao seu tesoureiro Manoel Rodrigues.<sup>189</sup>

Iniciada a construção, constataram-se algumas irregularidades com respeito ao local escolhido. Contratam então com o Alferes Manoel da Penna a transladação dos materiais, sendo cobrada a quantia de 340 oitavas de ouro e tendo o prazo de oito meses para concluir o trabalho.<sup>190</sup> Instalada a obra no local onde atualmente se encontra a igreja, procedeu-se a abertura de concorrência, sendo arrematada por Antônio Martins Passos por 450 oitavas de ouro em 19 de junho de 1763, devendo estar terminada no "Natal Próximo que vem deste anno

---

<sup>189</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de eleições, termos e acordões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santa Bárbara. /1750/. p.30. Ms.

<sup>190</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação que se fez para se mudar a capella de Na. Sra. do Rosário dos Pretos donde se achava principiado para o lugar determinado por S. Exa. Revma. 8 de setembro 1766. Ms.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

de 1763".<sup>191</sup> Em 20 de dezembro de 1766, devido a acréscimos, houve um ajuste no preço contratado com Antônio Martins Passos, elevando assim o custo total das obras.<sup>192</sup>

Quando, em 10 de agosto de 1771, Francisco Sorgr<sup>a</sup> arremata o piso em campas, grades e coro de igreja, as obras da sacristia já estavam por terminar, pois a Irmandade do Rosário aí se reunia.<sup>193</sup>

No final do século XVIII, o corpo da igreja se achava praticamente em ruínas, e como medida de contenção financeira, já que pretendiam reedificá-la com paredes de pedra e baldrames, a Irmandade do Rosário em 14 de fevereiro de 1786 despede o padre Manoel Antônio Lobão, que estava a seu serviço.<sup>194</sup> Em 22 de janeiro de 1792, com os mesmos propósitos, são vendidos imóveis pertencentes à Irmandade.<sup>195</sup> Estas novas obras foram arrematadas por Theodósio Martins de Souza por 2:200\$000 em 06 de janeiro de 1798<sup>196</sup> e as condições de execução foram acertadas em 02 de abril de mesmo ano, tomando a igreja a forma que até a bem pouco tempo se apresentava.<sup>197</sup>

<sup>191</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação de obras por Antônio Martins Passos. 19 de junho de 1763. Ms.

<sup>192</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de ajuste de obras. 20 de dezembro de 1766. Ms.

<sup>193</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação de obras por Francisco Sorgr<sup>a</sup>. 10 de agosto 1771. Ms.

<sup>194</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de dispensa do Padre Manoel Antônio Lobão. 14 de fevereiro de 1798. Ms.

<sup>195</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de venda de imóveis. 22 de janeiro de 1792. Ms.

<sup>196</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação do corpo da capella. 6 de janeiro de 1798. Ms.

<sup>197</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Condições da obra que se quer fazer no Corpo da Capella do Rosário dos Pretos de Santa Bárbara. 2 de abril de 1796. Ms.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Pohl, em 1817, atesta o estado precário das igrejas de Santa Bárbara, incluindo aí a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.<sup>198</sup>

Foi restaurada em 1975, ainda estando em bom estado de conservação, se bem que sem sua parte posterior, que foi demolida para alargar a rua.<sup>199</sup>

Não é monumento tombado.

#### b) Arquitetura

A igreja, implantada numa elevação em parte central da cidade, está localizada em ponto estratégico da malha urbana. Dá frente para a Praça do Rosário, está em ligação direta à praça da Matriz e tem fundos para a avenida Governador Valadares importante via comercial, que foi alargada com a retirada da sacristia na parte posterior da edificação.

O partido, alterado com a supressão da sacristia, desenvolve-se dentro de uma secção retangular, com um lado chanfrado correspondendo à fachada principal. Possui a nave separada da capela-mor, de menor largura, pelo arco-cruzeiro, e corredores laterais, ao longo de uma e de outra. Os da nave servem de acesso aos púlpitos e ao coro.

A construção estruturada em madeira apresenta paredes em taipa-de-sebe e adobe, observando-se ainda o uso da alvenaria de tijolos nas partes modificadas. Tem a cobertura de duas-águas, guarneçada por beirais em cimalha; a da torre é de quatro-águas, com o formato piramidal, e a dos corredores, de mei-água, guarneçada por beirais em caibro corrido.

<sup>198</sup> POHL, J. E., *op. cit.* nota 177, p.381.

<sup>199</sup> Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. *Relatório de visita*. 27 de setembro de 1979.



A fachada chanfrada, formada por três panos de parede, é enquadrada por cunhais de madeira com o embasamento de pedra. Em cada pano observamos uma porta sobreposta por uma porta-sacada, com guarda-corpo entalado, formado por balaústres de madeira torneada, ambas de vedação almofadada. No pano central, correspondente à torre, tangenciando a cimalha, vê-se ainda um óculo circular com vedação em caixilho de vidro. Nas fachadas laterais, repete-se o mesmo par de vãos de cada pano do frontispício; todos eles com o enquadramento de madeira e as vergas de arco pleno. Para os corredores abrem-se janelas de vergas retas, com vedação e enquadramento de madeira guarnecidos com grades de balaústres torneados.

O interior apresenta o piso, todo restaurado, de tabuado corrido e, nos corredores, em lajes de pedras. O forro de tabuado corrido forma uma abóbada na nave e na capela-mor, recebendo pintura decorativa em policromia de boa qualidade; observamos também pinturas em policromia sob o coro, este com guarda-corpo formado por balaustrada de madeira torneada, em jacarandá, como o cancelo. Nos trabalhos de talha, além de alguma imaginária, destacam-se o altar-mor, os púlpitos e o arco-cruzeiro, com a tarja sobre a aduela, em painéis de madeira com pintura ornamental.

### c) Ornamentação

O principal interesse está na decoração pictórica que recobre os forros abobadados da nave e capela-mor, continuando em seguida no retábulo com a finalidade de suprir ilusionisticamente a carência da talha.

A pintura do forro da capela-mor é composta de dois registros de perspectivas arquitetônicas que correm no sentido longitudinal, logo acima da cimalha das paredes laterais, tangenciando um amplo quadro central. Elaborada decoração rococó desenvolve-se na parte superior ao entablamento da perspectiva. Nos cantos da abóbada vêem-se as figuras dos



quatro doutores da Igreja: santos Gregório e Agostinho, na parede junto ao arco-cruzeiro, e Jerônimo e Ambrósio, do lado oposto. A "visão" do quadro central figura a Coroação da Virgem por Deus Filho, em presença de Deus Pai, do Espírito Santo e anjinhos adoradores. As cores predominantes são o azul, vermelho e verde-água em tonalidades claras.

Da mesma época é, sem dúvida, a pintura ilusionista do retábulo, pela concordância de cores e identidade de elementos da composição como colunas, capitéis e entablamentos.

A pintura da nave, bem mais simplificada, compõe-se de um muro-parapeito sinuoso, que corre ininterruptamente ao longo das quatro paredes, deixando ao centro vasta superfície lisa, contra a qual destaca-se pequena tarja com moldura rocalha. A "visão" representa a tradicional cena da Virgem fazendo a entrega do rosário a São Domingos, com fundo celestial de nuvens e querubins. Há, ainda, quatro figuras de santos negros da Irmandade do Rosário nas laterais do muro-parapeito.

### 9.2.1.3 Igreja de Nossa Senhora das Mercês

#### a) Histórico

O primeiro documento, até agora encontrado, alusivo à edificação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, de 26 de julho de 1784, refere-se à alienação do retábulo da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, que se encontra na Igreja Matriz de Santo Antônio, à Irmandade do Senhor dos Passos, vista a intenção dos mercedários de construir sua própria Igreja.<sup>200</sup> Por esse mesmo documento constata-se que o Morro de Sant'Ana foi o local escolhido para as obras, cujas paredes seriam de madeira e adobe, ficando o irmão-tesoureiro, Bonifácio Gomes da Silva, responsável tanto pela venda do retábulo

<sup>200</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de contas da confraria de Nossa Senhora das Mercês. 1778. fl.7.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

como pelo início das obras. Em 27 de dezembro do mesmo ano, é lavrado um termo, fixando uma taxa a ser paga pelos membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e que seria revertida nas obras que já tinham começado.<sup>201</sup>

Quando a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês reuniu-se em 25 de julho de 1795 para o lavramento do termo de contas com o tesoureiro João Bonifácio Gomes, a igreja entrava em fase de acabamento, pois esta reunião se efetivou em seu interior.<sup>202</sup>

Pelo Livro da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, datado de 1736 a 1878, vê-se que as obras prolongaram-se até 1869, pois no ajuste de contas relativo aos anos de 1868 a 1869 encontra-se referência à despesa de 7\$000 para a José Teixeira do Espírito Santo pela venda de caixilhos e vidros a serem instalados na igreja, sendo que este pagamento foi o último efetuado para obras de caráter geral.<sup>203</sup>

Pelo relato de João Emanuel Pohl em seu livro "Viagem pelo interior do Brasil", em 1817, a igreja de Nossa Senhora das Mercês encontrava-se em estado precário de conservação, assim como outras igrejas de Santa Bárbara.<sup>204</sup>

Atualmente seu estado é bom, como constatarem os técnicos da Fundação João Pinheiro em vistoria ali realizada em 27 de setembro de 1979.

Não é monumento tombado.

<sup>201</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de contas da confraria de Nossa Senhora das Mercês. 1778. fl.7.

<sup>202</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. 1736-2878. fl.13.

<sup>203</sup> id. fl.167.

<sup>204</sup> POHL, J. E., op. cit. nota 177, p.381.



## b) Arquitetura

A igreja, situada no alto de uma elevação, de onde se tem uma bela vista da cidade, é desprovida de adro, dando diretamente para a Praça de Nossa Senhora das Mercês, pavimentada em pé-de-moleque. Pela sua lateral esquerda passa a rua das Mercês, principal via de acesso, e, pelos fundos, bem próxima ao alinhamento da construção, a Rua Edmundo Pena. Na lateral direita observamos o hospital, uma edificação mais moderna, junto ao corpo da igreja compondo o seu entorno.

O partido é formado por duas secções retangulares. A primeira, de maior largura, alargada nos flancos laterais da fachada principal pelas bases das torres, é composta pela nave, por corredores laterais que dão acesso ao coro e, no pavimento superior, pelas tribunas, sobre estes. Na segunda secção, a planta se desenvolve a partir da capela-mor, com corredores laterais e sacristia transversal nos fundos; num segundo pavimento temos, correspondendo aos corredores, as tribunas da capela, e a sacristia, o consistório.

A construção estruturada em madeira tem as paredes originais em adobes com partes restauradas em alvenaria de tijolos assentadas sobre embasamento de pedras. A cobertura é de duas-águas, guarnecida por beirais em caibro-corrido, e cimalha, no frontispício e nas torres, com cobertura em telhado de formato piramidal, coroadas por um pináculo.

A fachada principal, enquadrada pelos cunhais de madeira com embasamento de cantaria, é dividida horizontalmente pelo entablamento coberto por uma fieira de telhas. Sobre ele, observamos as duas torres laterais, de planta quadrada, com janelas sineiras guarnecidas por vergas em arco-pleno, e o frontão reto, também coberto por uma fieira de telhas, encimado por uma cruz e vazado ao centro por um óculo circular. A parte inferior são dois panos de parede cega, correspondentes às torres, e o pano central. Este apresenta uma portada e



três portas-sacadas em linha, abrindo para o coro num pavimento superior, com guarda-corpo estalado, formado por balaustrada de madeira torneada; todos esses vãos têm vedação almofadada, enquadramento de madeira e vergas em arco abatido. Na lateral os vãos seguem o mesmo tipo dos vãos frontais, com exceção de algumas janelas com guilhotinas.

O interior é simples e bem despojado. A nave e a capela-mor possuem o piso refeito em ladrilho hidráulico e o forro abobadado em tabuado liso; nas demais dependências, mantêm-se ainda o forro do tipo saia-e-camisa na sacristia e o piso em tabuado largo no consistório e nos corredores. O arco-cruzeiro é em madeira como o enquadramento dos vãos das tribunas, estas com guarda-corpo madeira recortada na capela-mor e madeira torneada na nave, as últimas iguais à balaustrada do coro. Dos trabalhos da talha, guarda o altar-mor, bem simples, e algumas imagens.

#### 9.2.1.4 Capela da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco

##### a) Histórico

A Arquiconfraria do Cordão de São Francisco, no final do século XVIII, toma a iniciativa de construir seu próprio templo, estando registrado nas despesas relativas a 1782 um pagamento "de madeiras e oficiais para a nova capela".<sup>205</sup> Este é o primeiro documento indicador de tal empreitada. Pelo mesmo documento, nota-se a preocupação da Arquiconfraria em constituir seu patrimônio, encomendando duas imagens de São Francisco, "uma de quatro palmos e meio e outra de sete palmos, suas imagens de Cristo, hábitos e cordões"<sup>206</sup>, além de uma imagem de Cristo de um palmo e meio de altura. A capela, neste período, era construída de adobe. Para a confecção des

<sup>205</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Arquiconfraria de São Francisco. 1804-1819. fl.102.

<sup>206</sup> id.



te, conforme consta de um recibo de 1806, contratou-se o "aluguel de um preto"<sup>207</sup>, e, em 1807, era encarregado das obras o mestre João Alvares da Costa, segundo relação de despesas relativas a esse ano.<sup>208</sup> Continuando as obras, são entregues em 1808 as tábuas para o forro<sup>209</sup>, que, apesar de não ser velho em 1820, já precisava de reparos, para os quais foi contratado Alexandre Correa, que recebeu 1 1/4 oitavas de ouro.<sup>210</sup> No ano seguinte, 1821, a sacristia teve seu piso revestido com tijolos, constando no Livro da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco de 1804 a 1819 que despesa foi paga a João Rodrigues de Freitas.<sup>211</sup> Pelo termo de 20 de junho de 1822, os irmãos terciários se mostravam preocupados com o atraso das obras da capela, marcando, no intuito de apressá-las, para o dia 24 de agosto a transladação das imagens, ao mesmo tempo que contratavam com Manoel Dias Novais a construção do arco-cruzeiro, das arcadas das tribunas e púlpito, e com Manuel Machado Porto as obras de pedreiro.<sup>212</sup> Nesse ano foi paga a Manoel José Ferreira a quantia de 56\$459 pelos trabalhos de pintura e pelas tintas usadas na capela. Receberam também, Francisco de Almeida, pela confecção dos sinos, e Luiz Barbosa, pelas ferragens de sustentação dos mesmos.<sup>213</sup> A pintura dos ciriais, cruz e painel são de autoria de Antônio Dias Bicalho, tendo recebido 23\$832 em 1824.<sup>214</sup> Dando prosseguimento

<sup>207</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Arquiconfraria de São Francisco. 1804-1819. fl.116.

<sup>208</sup> *id.* fl.116 v.

<sup>209</sup> *id.* fl.117 v.

<sup>210</sup> *id.* fl.66 v.

<sup>211</sup> *id.* fl.67 v.

<sup>212</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de acordãos e eleições de mesa da Arquiconfraria de São Francisco de Santa Bárbara. 1821-1881. fl.2v.

<sup>213</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Arquiconfraria de São Francisco. 1809-1819. fl.70.

<sup>214</sup> *id.* fl.64 v.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ãs obras, em reunião da Arquiconfraria de 1839, são dados ple-  
nos poderes ao síndico José Maria Bruzzi, tornando-se, assim,  
o novo responsável pela construção.<sup>215</sup> Pelo termo de 21 de  
janeiro de 1849 fica resolvido construir a torre e os corredo-  
res, estes últimos como fatores de segurança e sustentação do  
conjunto arquitetônico.<sup>216</sup>

Estando a capela praticamente em ruína, foi con-  
tratado pelo termo de 27 de outubro de 1889 o pedreiro José  
Borges da Costa, que se comprometeu a escorar as paredes até  
o fim do inverno, depois do qual reconstruir-las-ia com ali-  
cerces de pedra além de as rebocar e caiar, sendo a obra orça-  
da em 686.600\$000.<sup>217</sup>

Por ocasião da passagem de João Emanuel Pohl por  
Santa Bárbara, a Capela da Arquiconfraia de São Francisco es-  
tava em mau estado de conservação, o que é confirmado pelo re-  
cibo passado a Alexandre Correa (já citado), que a essa época  
executava trabalhos de conservação do telhado.<sup>218</sup> Essa infor-  
mação é também confirmada pelo frei José da Santíssima Trinda-  
de, em sua Visita Pastoral de 1821 a 1826.<sup>219</sup>

Foi constatado, por técnicos da Fundação João Pi-  
nheiro, que em 21 de agosto de 1975 a capela se encontrava va-  
zia e em reformas, hoje apresentando bom estado de conservação.<sup>220</sup>

Não é monumento tombado.

<sup>215</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana.  
Livro de acordãos e eleições da Arquiconfraria de São Francis-  
co de Santa Bárbara. 1821-1861. fl.5.

<sup>216</sup> *id.* fl.6v.

<sup>217</sup> *id.* fl.14v., 15.

<sup>218</sup> POHL, J. E., *op. cit.* nota 177, p.381.

<sup>219</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana.  
Livro de visitas pastorais, D. Frei José da Santíssima Trinda-  
de. 1821-1826. fl.76.

<sup>220</sup> Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. *Relatório de vis-  
toria.* 27 de setembro de 1979.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## b) Arquitetura

Está situada no alto de uma elevação, de onde se tem uma bela vista da cidade, destacando-se ao longe a fachada principal da matriz, a lateral da capela do Rosário e, mais acima, a igreja de Nossa Senhora das Mercês. Possui um adro de terra batida à sua volta e passeio pavimentado de pedras à frente, ligando a porta principal à escadaria de acesso, também em pedras, como o muro que cerca todo esse adro. Nele, isolada do corpo da edificação, fazendo uma composição graciosa, a torre, de construção mais recente, é estruturada em madeira e barro, com planta quadrada; a cobertura, é de quatro-águas, de forma piramidal; apresenta três janelas sineiras guarnecidas por vergas alteadas e a porta de acesso com verga de nível.

O partido da capela é simples, formado por duas secções retangulares. Compõem a planta: a nave, separada da capela-mor de menor largura pelo arco-cruzeiro, a sacristia transversal nos fundos, os corredores laterais e, num pavimento superior, correspondendo aos corredores, as tribunas.

A construção, estruturada originalmente em madeira com paredes em alvenaria de adobes, assentadas sobre embasamento de pedras, passou por restaurações com partes substituídas por alvenaria de tijolos; os cunhais na sua metade inferior, são de alvenaria e, na superior, de madeira. A cobertura é de duas-águas, guarnecida por beirais em caibro corrido.

A fachada principal apresenta a portada de vedação almofadada, três portas sacadas em linha, abrindo para o coro num pavimento superior, com fechamento do tipo calha e guarda-corpo entalhado, formado por balaústres de madeira recortada. Todos estes vãos possuem vergas em arco pleno e enquadramento de madeira. No centro da empena destaca-se um óculo de grandes proporções, fechado por um caixilho fixo de



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

vidro. Nas laterais, há janelas de formato caprichoso, a maneira de óculos, dando para as tribunas e, ainda, outros vãos guarnecidos por vergas em arco pleno e em carco abatido.

A capela-mor, com o altar principal em talha bem pobre, tem o piso em campas e o forro em tabuado corrido, formando uma abóbada de berço, que recebe pintura decorativa em policromia; os guarda-corpos das tribunas são de madeira recortada. A nave, com forro abobadado, também em tabuado corrido, teve o antigo piso substituído por um em tabuado liso; o arco-cruzeiro em madeira, recebe pinturas ornamentais; o coro foi parcialmente reconstituído com a escada de acesso em concreto. Merece referência, além de algumas imagens, o belo cancelo em balaustrada de jacarandá torneado.

#### c) Ornamentação

Não chegou a completar-se a decoração interna desta capela, provavelmente devido à falta de recursos da irmandade. A carência da talha do altar-mor é, em parte, suprida pela pintura ilusionista dos suportes e elementos decorativos do arco. Mas ao contrário da igreja do Rosário, da mesma cidade, trata-se aqui de uma pintura esquematizada, atestando e evidente pobreza de recursos técnicos. Esses mesmos aspectos caracterizam a pintura do forro, composta de uma perspectiva de muro-parapeito sinuoso correndo ao longo das quatro paredes e deixando ao centro campo aberto para a visão do milagre de São Francisco, recebendo as estigmas no monte Alverne. Atrás do muro-parapeito, quatro figuras de santos franciscanos, identificados por inscrições na parte inferior: São Bernardino e São Boaventura, à direita; Santo Antônio e São Pedro de Alcântara, à esquerda.

A igreja possui algumas imagens de boa qualidade, entre as quais duas do padroeiro, São Francisco, um de roca e outra de escultura inteiriça.



### 9.2.1.5 Capela do Bonfim

#### a) Histórico

Não foi possível localizar, até o momento, elementos documentais comprobatórios da autoria do projeto e decoração da capela do Bonfim. Somente sabe-se que, quando da passagem de João Emanuel Pohl por Santa Bárbara, a capela, assim como as outras edificações religiosas, estavam em péssimo estado de conservação.<sup>221</sup>

Em 21 de agosto de 1975, pela vistoria dos técnicos da Fundação João Pinheiro, a capela estava mal conservada, parecendo abandonada, mas em 27 de setembro de 1979, constataram seu bom estado de conservação, sendo utilizada periodicamente para reuniões e nas solenidades da Semana Santa.

#### b) Arquitetura

A pequena capela do Bonfim, localizada numa curva da Rua São Francisco, está implantada num terreno de nível mais elevado. Circunda seu adro um muro em alvenaria de tijolos, encimado por uma grade de ferro, sobre uma base que serve de arrimo, em pedras. A sua pavimentação é em terra batida com partes cimentadas, como a escadaria de acesso.

A planta bem simples é composta pela nave, separada da capela-mor pelo arco-cruzeiro de madeira, e, ao longo da lateral direita desta última, por um pequeno cômodo servindo de sacristia, com a escada de acesso ao trono. A nave, num nível inferior ao resto da construção, provoca uma divisão na cobertura guarnecida por beiral em caibro corrido. Ela se apresenta em níveis diferentes com duas cumeeiras e dois telhados independentes, ambos de três-águas, com a tacaniça cainda para a frente; a sacristia é coberta por um telhado de meia-água.

---

<sup>221</sup> POHL, J. E., *op. cit.* nota 177, p.381.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A edificação, estruturada em madeira e barro, mostra um pequeno apêndice, de construção posterior, na lateral direita, em alvenaria de tijolos, vazado ao alto com uma sineira.

A fachada principal, enquadrada por cunhais de madeira, mostra um predomínio dos escuros sobre os claros. A apresenta uma interessante portada, composta de almofadas e quadros com balaústres torneados, uma vedação interna de madeira como o enquadramento e, ainda, uma sanefa aplicada sobre a verga de nível. Apoiando-se nesta verga, no centro, uma pequena janela à maneira de óculos, em caixilho fixo de vidro com o formato retangular e o enquadramento também em madeira.

O interior tem todo o piso em tabuado largo; o forro da nave e o da capela-mor em tabuado liso formam uma meia gamela. No altar-mor, muito rústico quase sem trabalhos de talha e desprovido de ornamentação, ainda vemos algumas imagens de qualidade.



## 9.2.2 Edificações civis

### 9.2.2.1 Correios e telégrafos

#### a) histórico

A casa localizada no Largo do Rosário, antiga residência do padre Lucindo de Sousa Coutinho<sup>222</sup>, que atualmente hospeda a agência local dos Correios e Telégrafos, é o exemplar mais destacado da arquitetura civil que se praticou no arraial de Santa Bárbara durante o século XVIII.

Testemunha do apogeu e da opulência do período da mineração do ouro, a sede dos Correios e Telégrafos foi tombada pelo então IPHAN através do Processo 5.137, Inscrição nº 419, Livro de Belas Artes, fls. 80 em 29.11.1954.<sup>223</sup> Seus beirais e a portada são idênticos à sede da Prefeitura e outra casa<sup>224</sup> (atualmente uma farmácia), ambas bem próximas lo-

<sup>222</sup> O padre Lucindo José de Sousa Coutinho, provavelmente descendente do lendário barão de Catas Altas, João Batista Ferreira de Sousa Coutinho, ordenado em 4 de maio de 1879 no Ceará pelo 8º Bispo de Mariana, em 1906 era o vigário encomendado da freguesia de Santa Bárbara e, pelo menos até 1925, era um dos dois sacerdotes responsáveis por ela.

TRINDADE, R., Cônego. Arquidiocese de Mariana; subsídios para sua história. 2.ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953. v.1, p.281.

SILVEIRA, V., op. cit. nota 180, p.618.

SANTA BÁRBARA. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 2: 286-7, 1907.

SANTA BÁRBARA. Anuario Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 920-4, 1909.

<sup>283</sup> CARRAZONI, E., coord. Correios e telégrafos de Santa Bárbara. In: Guia de bens tombados. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1978.

<sup>224</sup> RODRIGUES, J. W. Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil. 4 ed. Belo Horizonte, Itatiaia. 1979. p.180-1.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

calizadas no Largo da Matriz, e que constituem um conjunto no tavel de arquitetura civil peculiar e Santa Bárbara no perío-  
do do ouro.

Através do tempo, a casa tombada foi submetida a algumas intervenções que a desfiguraram parcialmente, tanto no seu interior como no seu entorno. Seu estado atual de conser-  
vação inspira cuidados. Para tanto, a Fundação João Pinheiro, em convênio com a SPHAN e o IEPHA-MG elaborou o necessário pro-  
jeto de restauração para o imóvel tombado.<sup>225</sup>

#### b) Arquitetura

Situado na praça do Rosário, o prédio dos Correios e Telégrafos é talvez a melhor edificação civil, do perío-  
do colonial da cidade. Está implantado no alinhamento da rua, num terreno de bom caimento para os fundos, onde possui um grande quintal arborizado. O partido desta construção do sê-  
culo XVIII tem o formato retangular, com um apêndice na parte posterior, do lado esquerdo, também retangular, correspondente  
à cozinha e instalação sanitária. Em planta, a distribuição dos cômodos mostra certa regularidade, com três salas na fren-  
te, dormitórios nas laterais, ampla sala nos fundos, duas cir-  
culações e dois cômodos pequenos no centro. Além das depen-  
dências do prolongamento posterior, apresenta um porão de boa área com apenas três cômodos definidos.

A estrutura da casa é autônoma, de madeira com paredes em pau-a-pique; e a do porão, toda em alvenaria de pe-  
dras; as paredes do fundo foram reconstruídas em alvenaria de tijolos. A cobertura de quatro-águas é guarnecida por beirais em cimalha na fachada principal e cachorros no restante. A fa-

<sup>225</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Téc-  
nica da Presidência. Projeto de restauração do prédio dos correios e telégrafos de Santa Bárbara. In: \_\_\_\_.  
Círculo de Santa Bárbara; organização espacial e pre-  
servação de sítios históricos. Belo Horizonte, 1980.  
v.3, anexo 3. p.2,4,5.



chada principal, simétrica e bem harmoniosa, apresenta, como elemento marcante, a bela portada central, de vedação almofadada com bandeira fixa; enquadrada pelas ombreiras com os socos, averga e a sobreverga, em madeira trabalhada. Este é o único vão da edificação com verga alteada, sendo os demais guardados por vergas retas. As seis janelas que compõem o resto da fachada, três de cada lado da portada, possuem vedação em caixilho de vidro do tipo guilhotina e uma segunda, interna, almofadada; o enquadramento é em madeira, como o de todos, os vãos, recebendo um tratamento bem simples mas que dá certa graça. Ainda aparecem vãos com fechamento almofadado, como as portas da sala da frente, e do tipo calha, com ocorrência de guilhotinas nas janelas. Na fachada dos fundos corre uma varanda em toda a sua extensão, com guarda-corpo constituído por réguas verticais.

No interior chamam a atenção os forros em gamela apainelada, das salas da frente, arrematados por cimalthas. Há, ainda, forros horizontais em tabuado corrido e em esteiras. O piso do pavimento térreo é quase todo em tabuado largo, e no porão, em terra batida, com partes em seixo rolado.

### 9.2.3 Outras edificações

#### 9.2.3.1 Farmácia

Quase defronte à Matriz, na esquina da rua Conselheiro Afonso Pena, a edificação está implantada num terreno de bom caimento para esta via e para os fundos. Num nível superior ao arruamento, possui uma esacada à frente - paralela à fachada principal, na continuação do passeio - que termina em um longo patamar de acesso às portas de entrada. O partido original já sofreu algumas alterações, desenvolvendo-se, basicamente, dentro de uma forma retangular; na parte anterior esquerda está instalada a farmácia, com ligação interna para a residência que ocupa o resto da construção. É estruturada em madeira e barro, com a cobertura de quatro-águas guarnecida por beirais em cimaltha de belo acabamento.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A fachada principal, enquadrada por cunhais de madeira que recebem trabalhos de ornamentação, é bem harmoniosa, destacando-se a bela portada de verga alteada, vedação almofadada e trabalhos de talha nas ombreiras e sobreverga. À esquerda dessa portada central, uma janela e mais três portas, que dão o acesso à farmácia; à direita, quatro janelas. Na fachada lateral, aparecem, em linha, mais oito janelas. Todos esses vãos têm vergas retas, sobrevergas formadas por molduras e enquadramento de madeira. As janelas possuem uma vedação externa, em caixilho de vidro do tipo guilhoteina, e uma interna, em madeira do tipo calha. O interior apresenta, ainda, parte do piso em tabuado largo e parte do forro em esteira.

#### 9.2.3.2 Prefeitura Municipal

Situada na Praça da Matriz nº 122, a Prefeitura está instalada numa bela casa térrea no alinhamento da rua, num terreno de pequena inclinação lateral. Do passeio partem dois degraus de convite em cataria, como a soleira, para a porta de acesso. O partido já foi alterado, possui um pátio interno e vários acréscimos na parte posterior. Estruturada em madeira e barro, tem a cobertura do corpo principal em quatro-ânguas, guarnecida por beirais em cimalha de fino trabalho. A fachada, enquadrada por cunhais de madeira trabalhada, apresenta distribuição harmônica dos vãos e equilíbrio entre as partes cheias e vazias. A bela portada tem verga alteada, sobre verga trabalhada com todo o enquadramento em madeira, socos das ombreiras de forma bulbosa e vedação do tipo calha. Segue-se, de um dos seus lados, três, e de outro, duas janelas, com fechamento interno também do tipo calha e um outro, externo, em caixilho de vidro do tipo guilhotina. As janelas são guarnecidas por vergas retas e possuem o enquadramento de madeira.

#### 9.2.3.3 Casa da Rua Rabelo Horta, nº 69

Esta casa de esquina, implantada no alinhamento da rua, tem a fachada esquerda dando para o beco que passa nos



fundos da igreja matriz e a sua frente no res-do-chão da Rua Rabelo Horta. O grande caimento do terreno para os fundos proporciona outro pavimento de bom pé-direito na parte posterior de toda a edificação, visto lateralmente, ã maneira de porão. A planta se desenvolve dentro de uma forma retangular, com uma varanda de guarda-corpo formado por rêguas de madeira abrindo para os fundos. No porão, a planta foi alterada. Aparecem tam bem, na metade inferior da fechada esquerda, modificações como o uso de caixilhos modernos, proporções diferentes dos vãos e emprego da alvenaria de tijolos. A construção tem cunhais de madeira e paredes de adobe, cobertura de quatro-águas guar necida por beirais em cimalha. A fachada principal, bem simples e harmônica, apresenta, a partir da esquerda: duas janelas, a porta de entrada e outra janela. O intervalo entre os vãos centrais é menor, dando certa graça e equilíbrio interes sante de massas. O fechamento dos vãos frontais é em madeira do tipo calha e a janela da direita recebe um caixilho móvel, de vidro externo, de colocação posterior. Na fachada lateral esquerda, na parte superior, aparecem cinco janelas em linha com vedação em caixilho de vidro, do tipo guilhoteina. Todos esses vãos têm vergas alteadas e enquadramento de madeira.

#### 9.2.3.4 Cadeia Municipal

Situada na praça da Matriz nº 74, com uma rua que desce paralela à sua lateral esquerda, a edificação está implantada num terreno de pequena inclinação para os fundos. A construção de dois pavimentos destaca-se no conjunto da praça, demarcando uma de suas arestas, com uma casa ã direita, mais afastada, compondo o seu entorno e deixando o prédio mais sol to. Tem o partido de forma retangular, e a planta do primeiro pavimento desenvolve-se a partir de um corredor central, la deado por alas de cômodos. Quanto ao sistema construtivo, apresenta o embasamento; os degraus de convite e a soleira; cun hais e enquadramento dos vãos inferiores, em cantaria aparen te. As paredes são em alvenaria de pedras, com os cunhais, na sua metade superior, recobertos de massa. Possui cobertura de quatro-águas guar necida por beirais em cimalha, também de



massa. A fachada principal é simétrica, dividida horizontalmente por uma madre de cantaria aparente; mostra as cinco janelas superiores em correspondência com as quatro inferiores e a porta central de acesso. Os enquadramentos dos vãos, em cantaria (os do segundo pavimento, pintados), ressaltam-se do pano de parede, à maneira de molduras; todos, encimados por vergas retas. A porta apresenta, na sobreverga, uma moldura triangular com um lado apoiado na verga e o vértice superior tocando a madre; as folhas de vedação são almofadadas. O fechamento das janelas inferiores é em madeira do tipo calha recebendo externamente pesadas grades de ferro; as superiores são vedadas por folhas mistas de caixilho de vidro e veneziana, guarnecidas de postigo. Estas últimas apresentam ainda uma bandeira em caixilho fixo de vidro. A fachada lateral esquerda mostra três janelas em cada pavimento, iguais às frontais.

#### 9.2.3.5 Casa de Afonso Pena

A casa em que funciona hoje o FUNRURAL, e onde nasceu o Conselheiro Afonso Pena, está implantada no alinhamento da rua que recebe o seu nome o terreno, cercado por lotes vagos, é de grande declividade para a esquerda. Nesse lado, um pouco mais abaixo, apresenta uma área plana com o traçado de uma via sem o devido agenciamento, na continuação da Rua Leste de Minas. A edificação de um pavimento, possui cômodos inferiores na parte baixa da via pública, à maneira de porão, abrindo para o exterior na fachada lateral esquerda. A planta se desenvolve dentro de secções retangulares, formadas por alas de cômodos, fazendo um "U" em torno de um pátio interno também retangular. Este era fechado, na aresta posterior, por outra ala de cômodos, que foi demolida e substituída por outro tipo de construção. Para o pátio se abre uma varanda que corre em todo o seu contorno, e para esta convergem quase todas as dependências da casa.

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Estruturada em madeira e barro, tem o telhado do corpo principal de quatro águas, com as tacaniças se prolongando para formar uma das três águas que cobrem cada corpo lateral; toda a cobertura é guarnecida por beirais em cimalha de madeira. A edificação já passou por várias reformas de adaptação interna e externa, sendo largamente usada a alvenaria de tijolos. Foram fechadas, na frente principal, três portas que ligavam o porão à rua, o cunhal da direita está com reforços de alvenaria. Estas são algumas das modificações mais notórias do exterior. A fachada principal mostra porta de entrada com vedação amofadada, na parte alta da via; a direita, uma janela única, e à esquerda seguem mais cinco, sendo todas iguais, envidraçadas com folhas de guilhotina e uma vedação interna em madeira. Tanto a porta como as seis janelas apresentam vergas alteadas com enquadramento de madeira. Na fachada lateral, as janelas superiores são iguais às frontais, com portas inferiores guarnecidas por vergas de nível.

#### 9.2.3.6 Unidade de Saúde

A Unidade de Saúde de Santa Bárbara está instalada num sobrado na Praça Matriz nº 104, implantado no alinhamento da rua, com área livre tanto nas laterais como nos fundos. O partido é formado por um corpo principal de secção quadrada e um outro corpo posterior. A construção, bem simples e antiga, é estruturada em madeira e barro; tem a cobertura de quatro águas com beirais em cimalha de madeira. Mostra o uso da cantaria em alguns elementos como no embasamento dos cunhais e no enquadramento da porta central. Já sofreu algumas alterações, com partes em alvenaria de tijolos observadas nas fachadas laterais, enquadramento de alguns vãos, na metade inferior do cunhal esquerdo. A fachada principal apresenta seis vãos: três janelas no segundo pavimento em correspondência com uma janela e duas portas no pavimento inferior. As superiores têm o enquadramento na madeira como os cunhais, vedação com folhas mista de caixilho de vidro e veneziana, guarnecidas



por postigos. Os vãos inferiores têm o fechamento do tipo calha, com exceção da porta central, com folhas também mistas de veneziana e caixilho de vidro. As vergas são todas de nível.

#### 9.2.3.7 Casa com Mirante

A edificação faz parte do conjunto da praça do Rosário, localizada um pouco abaixo dos Correios e Telégrafos; na rua Caraça, nº 44. Implantada no alinhamento da rua, num nível superior a esta, apresenta áreas livres à sua volta, ficando solta dos prédios vizinhos. Esta interessante construção do século XIX tem a escada de acesso junto à parede lateral esquerda, mantendo uma característica das casas da época, com a entrada por uma das laterais. Passou por várias alterações sendo a mais notória o erguimento de um mirante. Este se abre para um balcão superior na fachada principal, no centro da empena. A inclusão deste mirante provocou uma quebra no telhado de duas águas, elevando o ponto da cumeeira.

Observamos o uso de materiais mais modernos, como a alvenaria de tijolos, o revestimento do embasamento em cimento chapiscado, os guarda-corpos das sacadas e balcão com postos de "palitos" de ferro, dentre outros. A fachada principal, bem equilibrada e simples, apresenta cinco portas-sacadas idênticas: quatro em linha no pavimento inferior e a central superior. Todo o parapeito do balcão é guarnecido por moldura de madeira recortada. O enquadramento dos vãos e em madeira, como os cunhais e as bacias das sacadas; as vergas são em curvas e recurvas, formando um desenho mais caprichoso. O fechamento é constituído por uma bandeira fixa em caixilho de vidro e duas folhas mistas, de madeira almofadada e caixilho de vidro com postigo sobreposto.



### 9.3 Distrito de Brumal

#### 9.3.1 Formação e evolução urbana

O atual distrito de Brumal surgiu nos primeiros anos do século XVIII, quando o sertanista Antônio Bueno "achou" as minas do Brumado. Apesar dos esforços, os resultados foram pequenos: o ouro era pouco. Isto fez Bueno e seus companheiros abandonar o lugar, seguindo em frente para duas léguas adiante, onde fundaram, nas margens do Ribeirão de Santa Bárbara, o arraial de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara.

Apesar da sua denominação, Brumado significa a lavra que não deu em nada em relação ao muito que dela se esperava, o arraial cresceu em torno da capela de Santo Amaro, a ponto da "abundância de povo" chamar a atenção de um observador em 1787.

No começo do século XIX Brumado era "cumprido e solitário", seus 1.073 habitantes dedicavam-se às roças de subsistência e à pequena criação, ocupando as 173 casas então existentes no povoado. Este, dependendo de Santa Bárbara, tinha uma aparência de abandono e decadência.

Em 5 de maio de 1852, a lei 576, provavelmente originária do governo provincial, transfere o arraial para a paróquia de São João do Morro Grande. Mais tarde, através da lei provincial 2.085 de 24 de dezembro de 1874, Brumal é declarado paróquia, abrangendo a localidade de Barra, que de 30 de agosto de 1911 a 16 de setembro de 1918 foi sede do distrito, retornando a sede a Brumal nesta última data.

O Censo Demográfico de 1920(109) mostra para o distrito uma população de 1769 habitantes, quase a mesma de um século atrás. No dia 7 de setembro de 1923, através da lei estadual nº 843, passa a ter a denominação de Barra Feliz, que vai prevalecer até o dia 17 de setembro de 1927, quando a lei



931 devolve a antiga denominação de Brumado. Mas só em 1943, através do Decreto Lei 1.058, de 31 de dezembro, é que fica estabelecido o Brumal dos nossos dias.

E quase nada mudou no lugar, a população estacionada em processo de progressivo esvaziamento (1.271 habitantes em 1950, 1.252 habitantes em 1960 e 912 habitantes em 1970), mas permanecendo de pé a velha matriz, o arruamento e as edificações primitivas como herança da aventura do ouro e hoje expectadores silenciosos destes ásperos tempos.

### 9.3.2 Acervo histórico e artístico

#### 9.3.2.1 Edificações religiosas

##### 9.3.2.1.1 Igreja Matriz de Santo Amaro

###### a) Histórico

Quando da passagem de Dom Frei Antônio de Guadalupe, bispo da Diocese do Rio de Janeiro, por Santa Bárbara, em Visita Pastoral à Minas, Amaro da Silveira Borges, no intuito de conseguir a licença para erigir uma igreja em Brumal, encaminha-lhe a 14 de fevereiro de 1727 a seguinte petição: "Diz Amaro da Silveira Borges, morador no arraial do Brumado desta Freguezia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, que elle, por sua devoção, quer erigir hua capella para nella se celebrar o Sacrifício da Missa que, por distante de sua Matriz duas legoas, lhe he mtº dificultoso tanto a elle, supli cante, como aos mais vizinhos, que serão mais de duzentas pe ssoas, e como o quer fazer a sua custa e não pode efetuar sem licença de V. Ilma., portanto., P a V. Ilma. lhe fassa mercê atendendo ao referido conceder lhe a dita licença e tambem pa ra cemiterio que o suplicante não duvida dota lo com o que V. Ilma. ordenar e depois de feito que o seu Reverendo Vigario lhe Benza por lhe ser mais comodo e Receberá Merce".<sup>226</sup> Pro-

<sup>226</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de documentos e inventários da Capela de Santo Amaro. Brumado. 1738-1807. fl.2.



vavelmente este documento, por motivos desconhecidos, força a realidade, visto ter Amaro da Silveira Borges já edificado "a custa de sua fazenda, no referido lugar, uma capela coberta de telha com seu coro, púlpito e paramentada dos ornatos necessários<sup>227</sup>, quando a 05 de março de mesmo ano "... pede a graça de lhe dar direito de sepultura perpétua para si e seus descendentes em todo o lugar da mesma capela".<sup>228</sup>

Reformas e complementações acompanham a Igreja Matris de Santo Amaro de meados do século XVIII a meados do XIX, começando, em 1759, pela substituição de uma das paredes, possivelmente de adobe, por outra, de pedra, além da colocação de esteios, recolocação de telhas e mais consertos.<sup>229</sup> Quase dez anos depois, a igreja se encontra em obras, mas devidamente paramentada para cumprir suas funções, como se constata no relatório de 06 de agosto de 1764, localizado no Livro de Documentos e Inventários da Capela de Santo Amaro, de 1738 a 1807.<sup>230</sup>

Os sinos são instalados em 1770, ano em que a igreja teve seu primeiro acréscimo contratado com Estêvão Toscano Barreto, que recebeu 174 oitavas de ouro pela colocação de seis janelas nos corredores e sacristia, de "colaretes e frisos à roda, e duas portas grandes e dois esteios nas torres."<sup>231</sup> Neste ano também se dá a arrematação do frontispício, tendo custado a quantia de 12 oitavas de ouro.<sup>232</sup> Em 1775 é feita a reconstrução da calçada "... na rua do pé da capela

<sup>227</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de documentos e inventários da Capela de Santo Amaro. Brumado. 1738-1807. fls. 2v,3.

<sup>228</sup> *id.*

<sup>229</sup> *id.* fl.48.

<sup>230</sup> *id.* fl.29.

<sup>231</sup> *id.* fl.112

<sup>232</sup> *id.* fl.112



para ter mão nas terras e águas em utilidade da mesma capela.<sup>233</sup>  
Deste ano em diante, até inícios do século XIX depara-se, qua  
se que anualmente, com despesas relativas e reparos no telha-  
do, tornando rotina obras deste cunho.<sup>234</sup>

Em Visita Pastoral à Santa Bárbara, Dom Frei Do-  
mingos da Encarnação Pontével, a 08 de maio, ordena que cada  
capela tenha, a partir desta data, três livros para se lançar  
os registros de nascimento, casamento e óbitos, estando inclui-  
da nesta ordem a futura matriz de Brumal.<sup>235</sup>

Apesar de não ter sido localizado o autor das ta-  
lhas dos retábulos, sabe-se que os mesmos foram postos em seus  
lugares entre 1782 e 1788.<sup>236</sup> São também ignorados os execu-  
tores das pinturas dos painéis laterais da capela-mor e nave  
da igreja. Por outro lado, é importante notar que nas despe-  
sas relativas a 1792 encontra-se um recibo de um carpinteiro  
pelo trabalho de "pregar uns painéis no forro"<sup>237</sup> tendo sido  
pago a ele a quantia de 1/2 oitava de ouro e 6 vinténs; pai-  
néis estes que não se encontram mais no seu lugar de origem,  
mas é clara a intenção de se prolongar a decoração pictórica  
pelo forro da igreja, não se limitando às paredes laterais.

Com respeito à conservação da matriz de Santo Ama-  
ro, deve-se salientar a preocupação dos poderes públicos colo-  
niais, que através de uma autoridade judicial nomeiam, por  
provimento de 19 de novembro de 1812, um zelador para cuidar  
de "todos os ornamentos e alfaias da mesma capela, apontando

<sup>233</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana.  
Livro de documentos e inventários da Capela de Santo Amaro. Brumado.  
1738-1807. fl. 116v.

<sup>234</sup> id. fls. 117v, 118v, 121, 134, 136, 137.

<sup>235</sup> id. fl. 33.

<sup>236</sup> id. fls. 122, 122v.

<sup>237</sup> id. fls. 128v.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

o juizamento necessário".<sup>238</sup>

A Igreja Matriz de Santo Amaro foi elevada à condição de freguesia por Lei Provincial nº 2.082, de 24 de dezembro de 1874.<sup>239</sup>

Recentemente a Igreja Matriz foi restaurada, visto seu estado de conservação, tendo uma de suas torres sido atingida por um raio em 1973.<sup>240</sup> As obras de restauração de 1975 foram executadas sob orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, faltando a recuperação e limpeza das pinturas dos painéis da capela-mor e nave.<sup>241</sup>

Em vistoria efetuada por técnicos da Fundação João Pinheiro a 21 de setembro de 1979, seu estado de conservação era regular, precisando de alguns reparos no telhado e limpeza geral.

É monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com inscrição nº 248 no Livro de Belas Artes, folha 54, de 30 de setembro de 1941.

---

<sup>238</sup> Arquivo Colonial do Museu do Ouro, Sabará. Livro de provimentos, nº 8, f. 65v.

<sup>239</sup> BARBOSA, W. de A. Brumal. In:         . Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, SATERB, 1971. p.84.

<sup>240</sup> Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Belo Horizonte. Brumal, Município de Santa Bárbara; Matriz de Santo Amaro. Carta da Siderurgia Hime ao Secretário da Indústria, Comércio e Turismo. Barão de Coais, 14 de novembro 1973.

<sup>241</sup> Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Belo Horizonte. Carta do chefe do 3º distrito do IPHAN, Roberto Lacerda, ao Diretor Executivo do IEPHA/MG, Luciano Amedee Peret. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 1976.



b) Arquitetura

Implantada numa grande área plana, a Matris possui um adro gramado à sua volta, com cemitério, guarnecido por uma mureta de pedra arrematada por coruchéus de pedra sabão. À direita da igreja se estende uma veasta praça, também coberta de gramado natural, rodeada por um bom cesario térreo, com chafariz em pedra sabão no centro, tudo criando um ambiente bem pitoresco e agradável.

A edificação segue de perto o padrão formal das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII. Apresenta planta retangular com nave única, separada da capela-mor, de menor largura, pelo arco-cruzeiro, corredores laterais e a sacristia transversal nos fundos. A fachada é alargada pela base das torres de secção quadrada, salientes do corpo da nave; nos espaços correspondentes a elas encontramos de um lado o batistério e do outro a escada de acesso ao coro.

Quanto ao sistema construtivo, apresenta estrutura autônoma de madeira e paredes em alvenaria de adobe assentadas sobre embasamento de pedra. Há presença do pau-a-pique nas paredes superiores das torres, sendo que em parte foi substituído por alvenaria de tijolos, também usada em outras restaurações. A cobertura, guarnecida por beirais em cachorros, é de duas-águas; a da sacristia com tacaniça e a das torres, coradas por conichéus, de quatro águas com formato piramidal. Estas últimas são guarnecidas por beirais em cimalha, que aparecem também no frontispício.

A fachada principal, enquadrada por cunhais de madeira, tem dois panos de parede correspondentes às torres, com uma seteira ao alto de cada um e o pano central. Acima do entablamento, coberto por uma fieira de telhas que divide horizontalmente esta fachada, observamos entre as duas torres o frontão reto, vazando por um ôculo circular, também coberto por uma fieira de telhas e encimado por uma cruz. No pano cen



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

tral destaca-se a portada com trabalhos simples na verga reta, ladeada em diagonal por duas janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado, formado por balaústres de madeira torneada. Nas laterais aparecem ainda vãos com vedação almofadada como os frontais; as capelas dos corredores e da sacristia são guarnecidas por grades de madeira torneada. O enquadramento de todos eles é em madeira e as vergas são de nível, com exceção de apenas duas pequenas janelas nos corredores, que são alteradas, e das janelas sineiras com verga em arco pleno.

Seu interior, belíssimo, é de grande riqueza. Na nave e capela-mor os pisos são totalmente constituídos por campas; o forro, em tabuado corrido, forma em ambas uma abóbada facetada. Na sacristia e nos corredores o piso aparece pavimentado em ladrilhos e tijolos de barro; tem o forro em tabuado liso. As paredes da nave e da capela-mor são revestidas por painéis de madeira entre molduras e frisos, recebendo pintura ornamental e douramentos. Os painéis da capela-mor recebem pinturas figurativas, estando os da nave inacabados como parte de decoração interna da matriz. Os trabalhos de talha são de excepcional qualidade: há três retábulos, sendo dois no arco cruzeiro, com douramentos, e o próprio arco-cruzeiro em talha de madeira pintada. Destacam-se ainda o púlpito único, em painéis de madeira, recebendo pintura decorativa, o cancelo de jacarandá, torneado, como também a balaustrada do coro, a imaginária e algumas peças do mobiliário, como o arcaz da sacristia.

### c) Ornamentação

Apesar de incompleta, pois não chegaram a ser executados os forros em caixotões e a maior parte da pintura dos painéis e frisos previstos para a nave, a decoração interna da Matriz de Brumal constitui, sem dúvida, um dos melhores exemplos conservados de conjunto ornamental da primeira fase do barroco mineiro, tanto pela homogeneidade estilística do conjunto quanto pela qualidade artística das peças que o integram.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Três excelentes retábulos, o altar-mor e dois retábulos inseridos de viés no ângulo formado pelas paredes da nave e arco-cruzeiro, juntamente com a decoração do arco-cruzeiro propriamente dito e cimalkas, frisos e molduras de nave e capela-mor, compõem a parte escultórica (talha). Os três retábulos, executados entre 1727 e 1728, podem ser considerados de estilo D. João V, uma vez que já incorporam o dossel e grandes figuras de anjos no coroamento. Nos altares laterais, esses anjos ladeiam o escudo central, com cercadura em volutas de vigorosa talha e arremate formado por um penacho. Nos escudos, inscrições alusivas aos santos padroeiros dos altares, Santa e Santo Antônio, atestam que se manteve a destinação primitiva dos mesmos. O coroamento do altar-mor é menos vigoroso, acusando uma certa dificuldade do artista no agenciamento de um espaço mais baixo do que o prevista inicialmente. Magníficas colunas salomônicas, em número de quatro no altar-mor e duas nos altares do cruzeiro, constituem os elementos de suporte. As do altar-mor são decoradas apenas de guirlandas de flores, enquanto as dos altares laterais incorporam ainda motivos tradicionais como pássaros e figurinhas de anjos.

Com relação à pintura, é de se lamentar que apenas alguns painéis tenham sido concluídos, como foi assinalado acima. Nas paredes laterais da capela-mor figuram quatro painéis ilustrando cenas da vida de Santo Amaro, um deles infelizmente mutilado pela abertura de um vão para iluminação. As figuras são de grande delicadeza de feições, mas a composição geral das cenas bastante estática, traço evidente de arcaísmo. Os elementos arquitetônicos dos fundos sugerem inspiração em gravuras européias.

Na nave, apenas foram executados os painéis do primeiro registro, próximo aos altares do cruzeiro. Do lado direito, correspondente ao altar de Santana, dois painéis ilustram cenas relativas à vida da Virgem, o superior seu nascimento e o inferior o casamento com São José. À esquerda, na mesma posição, dois painéis ilustrando cenas da vida de Santo



Antônio, padroeiro do altar. Provavelmente os painéis não executados dos dois lados da nave continuariam na mesma linha iconográfica.

A decoração pictórica da Matriz de Brumal inclui ainda magníficos frisos ornamentais, com volutas e arabescos em fundos de florzinhas extremamente delicadas.

Treze peças de madeira policromada constituem a imaginária antiga da Matriz de Brumal, obedecendo a seguinte disposição:

Altar-mor - Santo Amaro - alto do trono  
São Manoel - bacia do trono  
São Sebastião - base do trono  
São João Batista - nicho direito  
São Caetano - nicho esquerdo

Altar direito do arco-cruzeiro - Sant'Ana - trono  
N.S. Rosário - ao lado do sacrário

Altar esquerdo do arco-cruzeiro - Santo Antônio - trono  
N.S. Dores - base do trono  
São Geraldo - ao lado do sacrário

Sacristia - crucifixo sobre arcaz.

#### 9.3.2.1.2 Capela do Senhor dos Passos

##### a) Histórico

Nada consta na documentação até agora pesquisada sobre a iniciativa e projeto de construção da Capela do Senhor dos Passos. Contudo, traz por sobre a porta, em inscrição, a data de 1865, sendo possivelmente este o ano de sua conclusão.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Pela vistoria dos técnicos da Fundação João Pinheiro em 16 de maio de 1975, a capela se encontrava bastante descaracterizada, apresentando na fachada uma escada de concreto e duas janelas basculante.

Em 1979, quando de nova vistoria efetuada pelos técnicos da Fundação João Pinheiro, a capela do Senhor dos Passos ainda se encontrava descaracterizada, mas passando por reformas.

Não é monumento tombado.

#### b) Arquitetura

Situada na entrada da localidade, a pequena capela tem à frente, rodeado por árvores e tornando o sítio bem a gradável, um adro gramado, com partes pavimentadas em pedras e uma bela cruz dos martírios, com base de concreto. A escada de acesso ao adro, também de concreto, parte da rua num nível bem mais abaixo que o da capela.

A edificação tem o partido bem simples, retangular, correspondendo, em planta, a uma nave única. É estruturada em madeira e barro, com a cobertura de duas-águas guarnecida por beirais em cachoerros, e já passou por várias modificações, com partes em alvenaria de tijolos.

A fachada principal, enquadrada por cunhais de madeira, apresenta portada com vedação almofadada, verga alteada e enquadramento em madeira; é ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas, hoje substituídas por basculantes que descaracterizam a construção. Vazando a empena no centro, observamos um pequeno óculo de formato circular e, sobre este, um sino pendente. O interior, sem grande interesse, tem o piso em ladrilho cerâmico e o forro de tabuado corrido.



### 9.3.2.1.3 Santuário e Colégio Caraça

#### a) Histórico

O Caraça foi fundado na serra de mesmo nome, pelo irmão Lourenço de Nossa Senhora, que, a 21 de março de 1774, recebeu autorização do governador do Bispado de Mariana, Francisco Xavier, para erigir a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, "a qual será fabricada de matérias perduráveis com boa proporção e arquitetura", conforme recomenda essa autorização.<sup>242</sup> Com seus próprios recursos e esmola, Lourenço edifica o templo e a casa dos irmãos. A primeira missa é celebrada logo depois de terminada a construção da capela, a 10 de agosto desse mesmo ano, e somente cinco anos mais tarde lhe é dada a bênção.

Alegando a pequenez do templo para atender ao número de fiéis, o irmão Lourenço, em requerimento do dia 7 de março de 1893, expressa sua pretensão em realizar reformas e ampliação: "quer mandar pintar a capella-mor e fazer as mais obras no corpo da mesma capella por cujo motivo e pella da capella ser pequena não se pode celebrar decentemente na mesma capella".<sup>243</sup> As reformas, efetuadas nesse mesmo ano, não são definitivas. A capela vai-se ampliando e se enriquecendo com novas e mais modernas instalações.

Manoel da Costa Athaide, pelos anos de 1807-1808 (não se sabe a data exata da sua passagem pelo Caraça), declara, em depoimento, haver trabalhado cerca de um ano em obras de pintura e douramento da capela, trabalho ajustado com o irmão Lourenço.

<sup>242</sup> TRINDADE, R., Cônego. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana. Rio de Janeiro, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945. p.78.*

<sup>243</sup> CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.*



O naturalista Saint-Hilaire, em viagem a Minas Gerais no ano de 1817, descreve o edifício: "Toda a fachada do edifício, desde a extremidade de uma das alas até a outra, mede cerca de vinte e três passos, e cada ala apresenta, no primeiro andar, seis janelas bastante separadas uma das outras. A escadaria conta dezoito degraus... A igreja é estreita, mas muito ornada".<sup>244</sup>

O irmão Lourenço falece a 27 de outubro de 1819 e doa todo o patrimônio do Caraça a D. João VI, manifestando seu desejo de ali se estabelecer uma casa de educação.

Através da Carta Régia datada de 31 de janeiro de 1820, o Príncipe Regente entrega tal patrimônio a dois padres lazaristas da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, que dão início à fundação do Colégio, que começa a funcionar em 1821.

Em 1842, por ocasião da Revolução Liberal, o Colégio do Caraça é transferido para Campo Belo e, ao retornar, em 1856, encontra funcionando no Caraça o seminário, que tinha sido deslocado de Mariana desde 1854.

A capela primitiva foi demolida pelo padre Júlio Clavelin, em 1876, que projeta e constrói um novo templo em estilo gótico em 1883. A sagração do templo é realizada a 27 de maio desse mesmo ano.

Em 1968, um incêndio toma conta da ala esquerda do prédio, causando uma perda substancial na biblioteca e impossibilitando a continuação de suas atividades.

O Colégio do Caraça desempenhou um importante papel como tradicional estabelecimento de ensino; "por ele passaram grandes valores do Estado de Minas e de todo o Brasil,

<sup>244</sup> SAINT-HILAIRE, A., *op. cit.* nota 176, p.99-100.



que mais tarde vieram a se tornar personalidades conhecidas na alta administração, nas letras, nas artes, no comércio, na indústria e profissões liberais".<sup>245</sup> Visando a recuperação do Caraça, em 1978, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, reinicia uma série de estudos.

#### b) Arquitetura

De um entroncamento no trecho da estrada que liga Barão de Cocais a Santa Bárbara, parte a via que passa pelo distrito de Brumal, pouco depois começar a subir a serra do Caraça. Já no alto nota-se, num vale ao longe, um prédio com torre única, isolado no meio da belíssima paisagem com montanhas e picos como pano de fundo. Ao divisá-lo, é inevitável a surpresa que causa a edificação, naquele isolamento, silêncio e paz. Chama ainda a atenção, no seu entorno, o grande número de palmeiras com sua verticalidade, não só na vegetação circundante mas também na área à frente do edifício.

O conjunto está implantado num patamar de suave aclividade para os fundos, num nível superior à área defronte, à maneira de praça, plana, que acompanha toda a extensão da fachada principal. Esta área, de formato retangular, é cercada, em parte, por muros de pedra; possui um trecho ajardinado e outro pavimentado em terra batida, usado hoje como estacionamento. Para ela se abrem algumas portas dos pavilhões frontais, com poucos degraus de acesso. E dela parte a escadaria, toda em pedras (inclusive os guarda-corpos com os seus balaústres), que serve de acesso à igreja, reconstruída no mesmo local da primitiva capela do século XVIII.

O conjunto, com função primeira de convento, depois adaptado para colégio, é composto por vários pavilhões, sendo principais os dois anteriores, dispostos de cada lado

---

<sup>245</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Classificação do edifício do Colégio Caraça.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

da igreja, e outros dois nos fundos, paralelos e correspondentes aos frontais. Todos os quatro têm o partido retangular. Três deles têm dois pavimentos; e o posterior, no lado direito de quem entra no edifício, tem três. Deste último, restam somente as paredes externas, restos do incêndio ocorrido em 1968 que deixou em ruínas. Entre esses pavilhões aparecem outros de menor importância, construídos posteriormente e pátios internos, sendo o do lado esquerdo todo ajardinado e circundado por uma varanda com cobertura de meia-água.

Principalmente pela grande extensão das alas laterais, a construção apresenta um predomínio das linhas horizontais, quebradas, em parte, pela igreja central. Esta, reconstruída em estilo gótico puro, com sua verticalidade marcante, tem a planta em cruz e o frontispício um pouco recuado em relação ao alinhamento da fachada principal.

O edifício foi todo construído em alvenaria de pedras, com cobertura em telhas de barro do tipo canal guardada por beirais, externamente em cimalha de pedra e, internamente, em cachorros. As duas alas anteriores do prédio foram edificadas no século XVIII até a sexta janela, e daí em diante foi feito acréscimo mantendo as mesmas proporções e materiais originais.

Na fachada principal, de grande harmonia, os vãos não compensam os cheios, as janelas ficam bastante isoladas umas das outras. Em cada ala, onze janelas superiores correspondem a zone vãos inferiores, todos com enquadramento de cantaria, vergas em arco abatido e fechamento em caixilho de vidro do tipo guilhotina ou de duas folhas, com a externa de caixilho envidraçado. Excetuam-se quatro portas externas do pavimento inferior, com fechamento de madeira, sendo uma delas totalmente descaracterizada. Na ala incendiada observamos, nos pavimentos superior e intermediário, janelas com vergas retas, e, no térreo, com vergas em arco abatido. As linhas arquitetônicas desses pavilhões posteriores não são tão harmôni



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

cas quanto as dos anteriores, embora mantenham mais ou menos o mesmo estilo. Os vãos dos outros pavilhões são, em sua maioria, guarnecidos por vergas retas (como as vergas interiores) e têm a vedação em caixilho de vidro do tipo guilhotina.

Internamente os pisos são constituídos, de modo geral, por tabuado largo. Alguns corredores são pavimentados em pedras, que se acham, por vezes, substituídas por ladrilhos modernos. Os forros, na grande maioria, são planos, em esteiras caiadas de branco, mas alguns foram substituídos por esteiras novas, sem caiação.

A igreja foi construída no final do século XIX e, como já observamos, em estilo gótico - totalmente inexpressivo na arquitetura mineira. Cópia fielmente e transporta para o interior de Minas Gerais, elementos que caracterizavam este estilo, predominante na Europa dos séculos XII ao XV: a planta e o partido geral, com sua verticalidade; o sistema construtivo (por exemplo, o forro, formado por abóbadas de aresta, e as ogivas da estrutura e das vergas); as colunas esbeltas e de grande pé-direito; os materiais usados, como o emprego da ardósia na cobertura; e vários outros elementos, como vitrais, rosáceas etc. Ela guarda ainda, logo na entrada, dois altares em talha dourada da primitiva ermida e a famosa "Ceia", pintada sobre tela por Athaíde.

Sem dúvida, o Colégio Caraça, hoje funcionando como museu e hotel, constitui uma das maiores preciosidades do patrimônio mineiro, tanto no ponto de vista arquitetônico, como no de reserva natural, com o seu belíssimo sítio de implantação.

#### 9.3.2.2 Outras edificações

O bom casario da localidade de Brumal, na sua grande maioria térreo, sem nenhuma grande expressão isolada, destaca-se por formar um conjunto bem harmonioso e homogêneo,



característico da arquitetura colonial. É um conjunto bem precioso, concentrado, principalmente, em torno da praça contígua à Matriz.

### 9.3.3 Povoado de Sumidoro

#### 9.3.3.1 Acervo histórico e artístico

##### 9.3.3.1.1 Capela de São José

###### a) Histórico

A pouca documentação existente impossibilita tornar claro o processo histórico de edificação e ornamentação da capela de São José.

Sua fachada parece ser do século XIX, segundo indica a data de 1873, inscrita na sineira.

A vistoria realizada pelos técnicos da Fundação João Pinheiro em 1975 demonstrou que o piso, os tetos da nave e capela-mor são recentes, datando de um ano atrás.

###### b) Arquitetura

A capela está implantada numa elevação, quase à beira da estrada que leva ao Caraça, mostrando à frente os vestígios do muro de arrimo em pedra que sustentava seu adro. Este, com um cruzeiro bem rústico em madeira, é pavimentado em terra batida e circunda toda a capela.

O partido é formado por duas secções retangulares, sendo que a anterior compreende a nave e a posterior, mais larga, é composta pela capela-mor, os corredores laterais e a sacristia transversal nos fundos. A sacristia mais os corredores que lhe dão acesso formam um volume com cobertura independente, de três águas com tacaniça e o pé-direito mais bai



xo que o corpo da capela-mor, que tem o telhado de duas águas, como o volume da nave de maior pé-direito. Os beirais são em cachorrada simples e caibro corrido no trecho correspondente à sacristia. A construção possui estrutura autônoma, de madeira, como o enquadramento dos vãos e as paredes de adobe estão assentadas sobre embasamento de pedras.

A fachada bem simples, enquadrada pelos cunhais de madeira, apresenta a distribuição tradicional dos vãos. A portada central, com vedação almofadada, é ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas portas-sacadas. Entre elas, no eixo de simetria, observamos uma janela-sineira vazada, e, acima desta, furando o centro da empena, um pequeno óculo circular. As porta-sacadas têm o fechamento feito por duas folhas mistas de madeira e caixilho de vidro; as sacadas entaladas, o guarda-corpo formado por balaústres de madeira recortada. As vergas dos vãos frontais são alteadas, com exceção da janela-sineira, que é reta, como a dos vãos laterais.

A capela, edificada no século XIX, possui interior bem simples. O piso é todo cimentado e o forro, em friso de madeira mais recente, forma na nave e na capela-mor uma abóbada facetada. O arco-cruzeiro é em molduras; o coro, sustentado por arcadas, com o guarda-corpo formado por balaústres de madeira recortada, como a escada de acesso ao único púlpito, com o tambor fechado. Estes elementos são todos de madeira, como a talha, bem rústica, do altar-mor.

#### 9.3.3.1.2 Igreja de Santana

##### a) Histórico

A ausência de documentos sobre a igreja de Santana impossibilita a montagem de sua história, ou seja, processo de edificação, ornamentação e reparação do monumento.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

## b) Arquitetura

A Capela de Santana está implantada no alto de uma colina, um pouco mais retirada do povoado. É simples e de difícil acesso, toda circundada por um adro gramado com um cruzeiro à frente. A planta da construção é retangular e se resume na nave com um pequeno coro, fundida à capela-mor, sem qualquer outra dependência.

Possui as parecedes em pau-a-pique e a estrutura autônoma de madeira. A cobertura é de duas águas, com os beirais em tabuado de frisos mais modernos. Podemos observar, também por aí, que a capela já passou por reformas.

A fachada principal, de pequenas proporções, tem a porta central ladeada em diagonal por duas janelas rasgadas por inteiro, na altura do coro, com sacada entalada e o guarda-corpo formado por régua. Entre elas, logo abaixo da empena, observamos uma janela-sineira central, hoje sem esta função, com o fechamento almofadado simples, como todos os outros vãos da capela. Todos eles têm o enquadramento de madeira e as vergas alteadas, com exceção da porta lateral, encimada por uma verga reta. Na sobreverga de cada um dos três vãos superiores, aparece um trabalho concheado, entalhado também na madeira, dando uma certa graça ao conjunto.

O interior é despojado, com piso em tabuado e o forro em frisos de madeira formando uma abóbada facetada. Destaca-se, como único trabalho, a talha do altar-mor de boa qualidade, que recebe douramentos. Não há pinturas nem outro tipo de trabalho de ornamentação e o coro é bem simples, com guarda-corpo formado por régua e sustentado por pilares, tudo em madeira.



## 9.4 Distrito de Catas Altas

### 9.4.1 Formação e evolução urbana

A origem do arraial de Catas Altas está vinculada ao grande fluxo de povoamento das Minas Gerais ocorrido no fim do século XVII e início do XVIII. Sua fundação data de 1703, não tendo ficado estabelecido com precisão quem teria sido o fundador ou fundadores daquele núcleo minerador. Os historiadores têm sobre o assunto algumas divergências. Francisco Assis de Carvalho Franco, citando Taunay, aponta o paulista Manoel Dias como descobridor; já Basílio de Magalhães afirma ter sido o sertanista português Domingos Borges o iniciador da construção do arraial de Catas Altas.<sup>246</sup> Concordando com Magalhães, o Cônego Raimundo Trindade, historiador das instituições eclesiásticas em Minas Gerais, aponta ainda os bandeirantes paulistas Antônio e Francisco Bueno como participantes da descoberta das minas e fundação do novo arraial.

Em 1710 já por ali andava um vigário, o padre André do Couto Leal, e o primeiro batismo é de 1712, realizado na capela de Nossa Senhora de Catas Altas. Tudo expressando a importância do aglomerado urbano que então se formava em volta da mineração que se afigurava das mais ricas, como depois testemunhou o Barão Eschwege.

As medidas da administração colonial vieram sem demora, com a criação da freguesia por provisão datada de 16 de novembro de 1718, sendo a paróquia declarada de natureza colativa poucos anos mais tarde através do alvará real de 12 de fevereiro de 1724, que traz a nomeação do seu primeiro vigário colado, o padre Domingos Luis da Silva.

---

<sup>246</sup> Sobre a questão ver o verbete Catas Altas em: BARBOSA, W. de A. Catas Altas. In:           . Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, SATERB, 1971, p.120-1.



Por volta da 1730, a importância do arraial e o tamanho da sua população já justificavam a construção de um templo com capacidade para acolher os habitantes da freguesia.<sup>247</sup> Mas, quatro anos depois, a construção foi interrompida diante de dificuldades, resumidas em 1734 pelo Provedor da Fazenda Real de Minas, como "falta de ouro", ao historiar ao Rei solicitando ajuda para que aquela comunidade concluísse a sua matriz. De alguma forma, a ajuda veio porque em 1738 a construção foi retomada, mas os percalços foram muitos, até que a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas<sup>248</sup> fosse concluída em 1828.

Como todos os arraiais mineradores do seu tempo, Catas Altas sofreu as conseqüências do esgotamento das minas. Os testemunhos registram, invariavelmente, a fisionomia desolada de um arraial abandonado e em ruínas. Os hábitos herdados de tempos mais próximos fazem com que os habitantes que ficaram, na sua maioria, ligados às pequenas roças de subsistência, não trabalhem além do necessário à garantia da sobrevivência estrita. Saint-Hilaire ressalta o bom gosto e esmero com que Catas Altas e outros arraiais foram construídos, considerando-os melhores que os da França e os da Alemanha.<sup>249</sup> Mas, diante do "espetáculo de abandono e de decadência", ele lucidamente relaciona alguns pontos que a seu ver foram responsáveis por aquela situação. O primeiro "é o modo errôneo por que os mineradores sempre consideraram o fruto de seu trabalho", em que o importante era o enriquecimento imediato a qualquer preço, tornando a mineração uma atividade predadora e espoliativa; o outro aspecto apontado, "o defeituoso sistema de agricultura", é quase conseqüência do primeiro à medida que,

<sup>247</sup> MENEZES, J. P. de. Documentação referente a Minas Gerais, existente nos arquivos portugueses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 26: 121-303, maio 1975. Informação: p.265.

<sup>248</sup> Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3º distrito. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição - Século XVIII a XIX. Município Santa Bárbara, Distrito Catas Altas. 22-06-1949.

<sup>249</sup> SAINT-HILAIRE, A. de, op.cit. nota 176, p.89.



naquele contexto, a agricultura era atividade subalterna qua se sempre para autoconsumo. Outro ponto ressaltado pelo ilustre francês foram as perseguições, das quais foram vítimas algumas dos membros mais proeminentes da elite dos habitantes da província por causa da "pretensa conspiração conhecida sob o nome de Inconfidência Mineira".<sup>250</sup>

Nos primeiros anos do século XIX o arraial conta va com perto de 200 casas, enfileiradas em duas ruas, uma na direção do sul para o norte e outra menor, de oeste para leste. A maioria de seus moradores dedicava-se à lavoura, à criação de gado e principalmente ao pequeno comércio.<sup>251</sup> A mineração sobrevivente de então era nas lavras pertencentes ao capitão-mor Inocêncio, que foi orientado por Saint-Hilaire no sentido da substituição da exploração do ouro pelo ferro, cujas reservas abundavam na região. De acordo com este francês, a troca não foi realizada diante da inexistência de matas na região, condição necessária para o funcionamento das fábricas de ferro.

A devoção religiosa dos habitantes de Catas Altas tinha abrigo na matriz de Nossa Senhora da Conceição, e em mais dois templos, na época assim e como quase todos os outros edifícios, na época, em péssimo estado de conservação. De qualquer maneira o povoado era dos mais importantes naquele período. Em 1837 a sua população era de 146 almas, com 253 fogos.<sup>252</sup>

Pertencendo ao termo de Mariana, a paróquia de Catas Altas estava subordinada à localidade de Água Quente, que contava então com 495 moradores (almas) e 77 casas (fogos).

<sup>250</sup>SANT-HILAIRE, A. de, *op. cit.* nota 176, p.89.

<sup>251</sup>POHL, J. E., *op. cit.* nota 177, p.383.

<sup>252</sup>MATOS, R. J. da C. Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1979. v.1, p.79.



Logo depois, em 1839, quando da emancipação do município de Santa Bárbara, Catas Altas passa a sua jurisdição, situação que perdura até os nossos dias.

Em 1861 Richard Burton<sup>253</sup>, viajante escocês, encontra Catas Altas quase na mesma. Uma única rua, a matriz e mais três capelas, - a do Rosário, a de Santa Quitéria e a do Bonfim - para 3.900 habitantes, dos quais 490 escravos. Esse parece ter sido o aspecto com o qual o então distrito se consolidou de forma definitiva.

No início do século XX, um observador ressaltava as boas condições do clima e da farinha de mandioca que ali era produzida, registrando ainda um comentário, pelo menos curioso, a propósito da expectativa criada em torno da extensão do ramal da Central do Brasil até o Distrito em 1913. A esperança era a de que os bons ares de Catas Altas atraíssem os moradores do Rio de Janeiro, principalmente no verão, quando tomando o trem fossem gozar do clima ameno do povoado.<sup>254</sup>

Um pouco mais tarde, na publicação mandada fazer pelo presidente Melo Viana, no Minas Gerais em 1925, a única referência ao distrito de Catas Altas é de que ali estavam instaladas sete casas comerciais.<sup>255</sup>

O velho arraial minerador estagnara, parado no tempo, perplexo com a agitação do desenvolvimento industrial trazido pelos novos tempos: Ele testemunho de fausto antigos teimava em não sucumbir. Sua população pouco se alterou, em mais de dois séculos. Em 1950 ela é 2.429 habitantes, em 1960 ela regride para 2.417 moradores. É nesta década que um sopro de dinamismo econômico revitaliza em parte a vida local,

<sup>253</sup> BURTON, R., *op. cit.* nota 178, p.265.

<sup>254</sup> MUN. SANTA BÁRBARA. *Anuario de Minas Geraes, Bello Horizonte*, 5: 755-60, 1913. *Informação*: p.756.

<sup>255</sup> SILVEIRA, V., *op. cit.* nota 180.



com o incremento da mineração do ferro por parte da Companhia Vale do Rio Doce. O Censo Demográfico de 1970 (67) já registra um aumento de mais 50% na população, que passa para 3.304 habitantes, permitindo afinal a convivência do passado colonial com os nossos dias.

#### 9.4.2 Acervo histórico e artístico

##### 9.4.2.1 Edificações religiosas

###### 9.4.2.1.1 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

###### a) Histórico

A primitiva Capela de Nossa Senhora da Conceição do arraial de Catas Altas é anterior a 1712, data em que foi celebrado o primeiro batismo. A freguesia torna-se colativa por alvará de 16 de fevereiro de 1724<sup>256</sup>, provavelmente nessa época o pequeno templo já não atendia ao número de fiéis.

O processo de edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é anterior a 1738, datando desse ano a decisão da Irmandade São Gonçalo em montar um altar do dito santo: "vê-se que a construção da matriz era relativamente recente, embora já estivesse pronto o coro, pois já se pretendia fazer festa com "Canto e órgão".<sup>257</sup>

Segundo Germain Bazin, em sua obra *L'Architecture religieuse baroque au Brésil*(11), essa matriz, diferentemente do costume, foi edificada a partir da fachada central, nave, até chegar à capela-mor, daí o fato da ornamentação dos altares laterais ser bem mais elaborada e trabalhada. Acrescenta, baseado no trabalho de Luís Jardim, representante do IPHAN em

<sup>256</sup> BARBOSA, W. de A., *op. cit.* nota 246.

<sup>257</sup> Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3º distrito Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição século XVIII a XIX. Município Santa Bárbara, Distrito Catas Altas 22.06.1949.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Catas Altas (171), que o risco global da igreja foi realizado por Manoel Fernandes Pontes. No entanto, não há no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade nenhum termo sobre pagamento ao artista por esse trabalho.

O altar de São Gonçalo, o mais antigo, primeiro do lado esquerdo de quem entra na nave, teve suas obras iniciadas em 1738 e dirigidas por Manoel Fernandes Pontes, que contratou e ajustou contas com o "emparelhador" Antônio Francisco Lisboa (homônimo de Aleijadinho) conforme termo de Livro da Irmandade de S. Gonçalo, fls.11 (171). Um ano mais tarde, a Mesa da Irmandade que administra a obra, em reunião, queixa-se do descuido do mestre de obras para com o trabalho que lhe fora confiado: "tem a seu cargo a obrigação da fatura da obra desta matriz avendo mais de oito ou nove mezes q. nella não fazia couza algũma".<sup>258</sup> Provavelmente houve litígio entre a Irmandade e Manoel Fernandes Pontes pois, em 1741, a mesa decide "pagar as custas da demanda"<sup>259</sup> que moveu contra ele e em 1742 delibera reduzir o ajuste feito com Manoel Fernandes Pontes, responsável pela direção das obras na igreja, sendo que, para término daquelas, deveria-se contratar outro artista.

O artista Manoel Fernandes Pontes, responsável pela obra da igreja, falece em 9 de março de 1743 deixando a Irmandade do SS. Sacramento como procuradora de seus bens. Esta, por sua vez, delibera que se construa as portas da nave e sacristia, conforme risco em seu poder, decidindo também contratar novo mestre em substituição a Fernandes Pontes, conforme o livro da Irmandade do SS. Sacramento, fls 38 e 38 v. (171)

Em junho desse mesmo ano, determina-se que sejam colocadas em hasta pública as obras inacabadas, deliberando

<sup>258</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. *Catas Altas; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.*

<sup>259</sup> *id.*



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ainda que seja feito o forramento da nave, às custas da Irmandade do SS. Sacramento "por não ser esta obra de obrigação do defunto Manoel Friz Ponte" (id. fls.4).

Quanto aos altares laterais de Santo Antônio, Santa Ana, Nossa Senhora do Rosário, que apresentam ornamentação semelhante àquele de São Gonçalo, não há documentação que permita conhecer-lhes a autoria, sendo provável que já estavam razoavelmente concluídos em 1745. Nesse ano a Irmandade do Santíssimo Sacramento, portadora da direção das obras na igreja, entra em desacordo com a confraria de São Miguel e Almas, que construíra o altar desse santo (3º altar, lado direito de quem entra na nave), num estilo que contrariava o equilíbrio da ornamentação interna. A Irmandade do Santíssimo alegava que o altar de São Miguel apresentava-se projetado sobre a nave, impedindo acesso ao púlpito, compondo-se de uma profusão de detalhes e grandiosidade em desarmonia com todos os altares laterais.

A resolução do litígio entre as duas irmandades implicou na nomeação de um perito por parte de cada uma para avaliação do altar de São Miguel e a sua colocação no conjunto da ornamentação. À Irmandade do Santíssimo Sacramento coube o "louvado" Francisco Branco de Barros e à de São Miguel e Almas, Manoel Francisco Lisboa. O resultado dessa arbitragem foi favorável a Miguel e Almas, que, no entanto, necessitou fazer algumas alterações em detrimento da grandiosidade desse altar, uma delas em relação ao arco do altar, objetivando uma inserção de acordo com a ornamentação global. A documentação que abarca esse período não esclarece bem sobre as modificações resultantes do acordo havido, mas num termo do Livro de Irmandade de S. Miguel e Almas de 1748-49 64v. encontra-se "p.q. se pagou a Francisco Antonio a conta do acrescimo da obra".<sup>260</sup>

<sup>260</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Catas Altas; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Após a morte de Manoel Fernandes Pontes, o restante da obra por fazer é entregue ao carpinteiro Manoel Rodrigues Rates, associado a Antonio André Rates. Em 24 de junho de 1747 os mestres de obras dão seus trabalhos como prontos, mas a Irmandade do Santíssimo não aceita essa entrega alegando que não estava de acordo com o ajuste feito. Em resposta, os referidos artistas se encarregaram de fazer duas piças e dois cabides no corredor da sacristia. Um ano mais tarde, os mestres entregam o restante da obra conforme o combinado no ajuste, havendo aceitação por parte da irmandade.

O processo de edificação da matriz praticamente foi realizado na primeira metade do século XVIII, as obras de talha e douramento extrapolam esse período, sendo que parte significativa da ornamentação permaneceu inacabada; todo esse trabalho teve como direção a Irmandade do SS. Sacramento que contou com o apoio financeiro de outras.

Em 1755, a Irmandade de S.S. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição ajustam com o entalhador Francisco de Faria Xavier algumas obras na capela-mor, data desse mesmo ano o "apainellamento da ilhargo da Igreja" conforme o livro da Irmandade de São Gonçalo, fls.35(171).

Dois anos mais tarde, o entalhador Francisco de Faria Xavier recebe da Irmandade do Santíssimo vários pagamentos referentes a obras na capela-mor e entre 1757 e 1761 são feitos também pagamentos a Manoel Luiz Pereira pelo emadeiramento da capela-mor" e consertos no consistório.<sup>261</sup>

Em 1795 efetua-se pagamento a José Domes pelo fei-  
tio do modelo do adro.

Nos anos de 1827-28 verificam-se referências a pagamentos respectivos do trabalho de dourar o altar do Santíssimo Sacramento.

<sup>261</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Catas Altas; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Em 1945 o DPHAN realiza serviços de caiação e pintura a óleo.

#### b) Arquitetura

A matriz, implantada numa explanada elevada, destaca-se em toda a paisagem pelas suas proporções e grandiosidade, relacionadas com o pequeno casario que a contorna, fechando uma larga praça de forma retangular. É toda circundada por um gramado, com árvores de maior porte esparsas, nos fundos. À sua frente, em toda extensão da fachada, um adro pavimentado em lajes de pedra se prolonga confundindo-se com a praça, aí semipavimentada em pedras, separada por apenas três degraus. É interessante notar que, diante do afastamento das edificações e grandiosidade do templo, tudo à sua volta se parece pequeno: o cruzeiro, o marco de pedra e até mesmo o adro, existentes à frente. Sobressai na cidade a harmonia, com a imponente matriz e a bela serra do Caraça defronte.

A construção é do século XVIII, com o partido formado por duas secções retangulares. A anterior, correspondente à nave, é alargada nos flacos da fachada principal pelas bases das torres de secção quadrada. Apresenta uma galilé, de ocorrência rara na arquitetura religiosa mineira, o batistério logo à esquerda de quem entra na nave e a escada de acesso ao coro à direita, ambos em continuação dos corredores laterais; no pavimento superior observamos o coro sobre a galilé e as tribunas laterais. A secção posterior, de menor largura, possui a capela-mor, os corredores laterais com as tribunas no pavimento superior e a sacristia transversal nos fundos encimada pelo consistório. O acesso ao segundo pavimento é feito por uma escada também transversal, atrás do altar-mor, e o acesso aos púlpitos por escadas atrás dos altares laterais da nave.

A construção tem paredes de taipa de pilão e em alvenaria de pedras, todas assentadas sobre alicerces de pe-



dras; a cobertura, guarnecida por beirais em cimalha de madeira, de duas águas, sendo a do corpo posterior de três águas com tacaniça. Mostra o embasamento frontal a aborda do frontão, as guarnições das portas e janelas, a cornija em cantaria aparente; os cunhais e pilastras são também em cantaria, revestidos de massa. As torres têm uma interessante cobertura em alvenaria, de forma bulbácea, encimadas por uma cruz, fazendo lembrar muito a arquitetura mourisca. Cada uma possui quatro pináculos (um em cada vértice), quatro janelas sineiras vazadas com verga em arco pleno e enquadramento em cantaria aparente; bem como os cunhais, cimalha e todas as arestas que se apresentam na cobertura.

Entre as duas torres observamos o frontão em forma de onda, bem inexpressivo em relação às mesmas, encimado por uma cruz e vazado ao centro por um pequeno óculo quadrilobado. Cada pano de parede correspondente às torres no frontispício tem apenas uma abertura: um diminuto óculo circular superior. No pano central abrem-se os três arcos plenos da galilé, todos em cantaria e, sobre estes, as três janelas rasgadas por inteiro do coro, vedadas por caixilhos fixos de vidro. Suas vergas retas possuem um pequeno chanfro nas extremidades e pestanas à maneira de molduras; as soleiras de laje de pedra sobre consolos projetam-se do pano da parede. As três portas que fazem o acesso da galilé para a nave têm vergas retas e vedação almofadada, destacando-se a central de maior altura. Nas fachadas laterais e fundos observamos todos os vãos com vergas retas, alguns com enquadramento em cantaria outros em madeira. As janelas do pavimento inferior são guarnecidas por grades formadas por balaústres de madeira torneada; as janelas superiores são rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado, formado também por balaústres e com fechamento almofadado ou em caixilho de vidro; as quatro portas laterais têm as vedações almofadadas.

A monumentalidade do templo é ainda maior internamente, onde mostra um dos mais impressionantes conjuntos de talha entre as igrejas mineiras e, particularmente interessan



te, por apresentar a ornamentação inacabada. Podemos distinguir claramente as fases do trabalho com partes já concluídas, outras emassadas e pintadas de branco prontas para receber a pintura definitiva e ainda a talha em madeira crua. A nave, a capela-mor e os corredores laterais têm o piso em campas; nas demais dependências ele é todo em tabuado largo, com exceção da galilé em tijolos. O forro da capela-mor, apainelado, forma uma abóbada de berço pintada de branco; na nave ele é plano em tabuado liso, abaulando nos quatro lados até tocarem a cimalha interna à maneira de uma gamela rasa; no consistório é do tipo gamela; na sacristia recebe pintura decorativa e, no resto da igreja, plano em tabuado liso. As paredes da nave e capela-mor são revestidas em madeira ricamente trabalhada; o plano do arco-cruzeiro é dividido em quatro painéis com a pintura de um santo em cada um mas nos painéis das paredes a pintura não foi toda concluída. Além do altar-mor em estilo D. João V, possui seis altares laterais em talha da primeira metade do século XVIII, dois púlpitos com dossel e tambor fechado de excelente qualidade. Chamam-nos ainda a atenção as balaustradas do cancelo, do batistério, dos guarda-corpos do coro e das tribunas; o rico mobiliário; as belas portas internas almofadadas com trabalhos nas sobrevergas; a tarja do arco-cruzeiro. As tribunas da nave e da capela-mor estão em diferentes níveis e não se comunicam, as suas aberturas para o interior têm as ombreiras e as vergas retas bem trabalhadas, estas últimas sobrepostas por sanefas de madeira, tudo em estilo D. João V. Um destaque especial, ainda, para a sua belíssima imaginária. É sem dúvida um dos mais importantes monumentos da arquitetura colonial mineira.

#### 9.4.2.1.2 Capela de Nossa Senhora do Rosário

##### a) Histórico

A documentação, rara e de difícil leitura, relativa à história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, não permite precisar a data de sua construção e a autoria dos trabalhos de ornamentação nela realizados.



A primeira informação sobre a igreja é de 22 de maio de 1825, quando o tesoureiro, Francisco de Bitancor Peixoto, da Irmandade do Rosário, faz pagamentos referentes à obra de "retalhar a Capela de Nossa Senhora do Rosário"<sup>262</sup>, sendo que, dois dias depois, outro documento registra o termo de quitação, ao responsável pelo reboque do templo. A assinatura de um recibo por Manoel Rodrigues, um ano mais tarde, referente a reparos na Imagem de Nossa Senhora do Rosário, leva à conclusão de que a talha do altar-mor já estava pronta.

Em reunião realizada em 24 de agosto de 1827, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o pároco, tesoureiro no meado e oficiais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário decidiram que seriam realizados reparos na capela, que se encontrava em péssimo estado de conservação. O tesoureiro teria plenos poderes para pagamento das despesas relativas à reforma.

Dez anos mais tarde, uma nova reforma é realizada na Igreja, mas não se sabe detalhadamente, onde e como ela ocorreu. A documentação que trata dessa reforma acusa apenas que a irmandade assumiu várias despesas com materiais de construção (cal, madeira, telhas, azeite de betume ...) e pagamentos por dia a pedreiros, carregadores e carpinteiros. O documento se refere à retirada da Santa da capela para se poder trabalhar. A volta dessa para a capela, em janeiro de 1841, "pelo que se pagou ao pároco da missa e terço na volta da Senhora para a capela no 1º de janeiro de 1841"<sup>263</sup>, revela estar razoavelmente concluídas as obras de reparação. As últimas reformas, noticiadas com base em documentos, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário foram realizadas em fins da primeira metade desse século. Foram feitos consertos no telhado, caia-

---

<sup>262</sup> Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Contas da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos/ 1813-1853 - Catas Altas do Mato Dentro. fls. 2v.

<sup>263</sup> *id.*



ção, "friso das beiradas da Capela mor", "retalhamento de toda a capela a mourisca".<sup>264</sup>

Em setembro de 1975, técnicos da Fundação João Pinheiro realizam uma vistoria na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e comprovam o péssimo estado de conservação do templo.

#### b) Arquitetura

A igreja está situada na rua do Rosário, esquina com uma via que passa à sua direita. A fachada lateral correspondente fica quase no alinhamento dessa rua, existindo uma outra que passa nos fundos. Apresenta um adro gramado defronte, à maneira de um largo, que se prolonga pela lateral esquerda e ainda para os fundos, envolvendo a edificação. Ele é plano, com um pequeno lajeado na entrada da capela, em toda extensão de seu frontispício; na lateral esquerda é sustentado por um arrimo de pedras, que faz a correção dos níveis, e todo o seu perímetro é delimitado por pedras, formando muros ou passeios.

Desprovida de torres, a igreja tem o partido formado por duas secções retangulares, sendo a posterior de maior largura, com um chanfro de cada lado, nos corredores, onde seriam os vértices anteriores desse retângulo. A planta se desenvolve a partir da nave, separada da capela-mor pelo arco-cruzeiro, esta última com os corredores laterais e a sacristia transversal nos fundos.

Os volumes e a cobertura dão movimentação interessante. Os corpos da nave e da capela-mor, de menor pé-direito, têm os telhados de duas águas independentes; o da sacristia e corredores é de três águas com tacaniça e o pé-direito ainda mais baixo. Toda a cobertura é guarnecida por beirais em cachorrada simples com um tabuado acima. As pare-

<sup>264</sup>Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Contas/da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos/ 1813-1853 - Cartas Altas do Mato Dentro. fls. 2v.



des são em pau-a-pique sobre alicerces de pedras e possui em cunhais revestidos de massa com embasamento em cantaria aparente. É interessante notar que as paredes da sacristia e corredores são mais grossas. Os vãos que se abrem para eles têm o enquadramento de cantaria e as vergas retas, ao contrário do resto da igreja, onde os vãos apresentam os enquadramentos de madeira e as vergas alteadas. Como exceção, a portada, também em cantaria, tem inscrição na aduela de 1862, data em que a capela já tinha sido, há muito, edificada. Isto faz crer que a parte posterior não foi levantada na mesma época que o resto da edificação.

A distribuição dos vãos da fachada principal é simples, com a portada de verga alteada ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado formado por balaústres de madeira torneada. Entre elas aparece uma sineira vazada; na empena observamos um óculo, também vazado, com enquadramento de madeira, ambos no eixo de simetria. O fechamento dos vãos é almofadado, com exceção das janelas frontais, em madeira do tipo calha com postigo sobreposto.

No interior o piso é todo em tijolos quadrados. O forro da nave é plano, composto de frisos mais modernos, parecendo esconder o original; na capela-mor ele é em tabuado corrido, formando uma abóbada de berço que recebe pintura em policromia decorativa de boa qualidade; nos corredores são planos em esteira e na sacristia em telha-vã. Observamos o arco-cruzeiro e os púlpitos em painéis de madeira com pinturas decorativas; o belo cancelo em balaústres de jacarandá torneado; os altares laterais em madeira recortada, que recebem pintura decorativa mais apurada. O destaque especial é para o altar-mor, em excelente talha de estilo D. João V com douramentos, e para o pequeno conjunto de imagens, também de alta qualidade.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

### 9.4.2.1.3 Capela de Nossa Senhora do Carmo

#### a) Histórico

A Capela de Nossa Senhora do Carmo, também conhecida por Santa Quitéria, não possui documentos que possibilitem a montagem de sua história, isto é, processos de edificação, ornamentação e reparação do monumento.

O Cônego Raimundo Trindade, em sua obra Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana, faz referência a essa capela, no ano de 1821, quando D. Frei José faz visita pastoral a Catas Altas(151). Nessa época o templo já era conhecido pelo nome de Santa Quitéria.

#### b) Arquitetura

A capela de Nossa Senhora do Carmo está implantada num local privilegiado. Isolada no alto de uma colina, é circundada por um belo gramado que envolve toda a edificação e o adro à sua frente. Este se abre em círculo, pavimentado por lajes de pedras e sustentados por um muro de arrimo curvo. O muro é interrompido no segmento frontal à capela por uma escadaria em blocos de pedra, como o arrimo, que liga o adro a um caminho coberto de grama. O caminho segue ladeado por uma vegetação de porte médio, formando uma cerca viva natural até ao sopé da colina, sempre gramado e ladeado pela vegetação, à maneira de uma alameda.

O partido, bem simples, é formado por duas seções retangulares, com a anterior correspondendo à nave e a posterior à capela-mor, de menor largura, com a sacristia lateral em toda a sua extensão. Sem torres, a capela, estruturada em madeira e barro, já foi reformada, observando-se partes das paredes e reforços em alvenaria de tijolos; a fachada principal totalmente modificada, inclusive com a retirada de uma torre central até então existente. O telhado do corpo da na-



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ve é de duas águas, da capela-mor de três águas com tacaniça e da sacristia de meia-água; toda a cobertura é guarnecida por beirais em cachorros com uma parte em caibro corrido.

A fachada principal, chanfrada originalmente, apresenta atualmente um único pano de parede enquadrado por cunhais de alvenaria revestidos de massa. É dividida horizontalmente por uma fieira de telhas que demarca a empena. Esta é vazada ao centro por uma janela sineira com verga em arco pleno. A distribuição dos vãos segue a forma tradicional: a portada central com verga reta, ladeada em diagonal por duas janelas, encimadas por vergas em arco pleno. Entre as janelas, no eixo de simetria, observamos uma cruz de madeira bem simples e de bom tamanho, aplicada no pano de parede. O enquadramento de todos os vãos é de madeira e o fechamento do tipo calha. Excetua-se a janela da sacristia, com vedação almofadada e guarnecida por uma grade de balaústres de madeira torneada, que parece ser a única original - se não, a mais antiga.

O interior, bem despojado e reformado, teve todo o piso original substituído por um cimentado. O forro da nave, em tabuado corrido, forma uma abóbada facetada; o da capela-mor, também em tabuado, é abobadado e recebe pintura decorativa em tons escuros de boa qualidade. Mostra o arco-cruzeiro em madeira com trabalhos, recebendo pintura em policromia. O grande destaque é para a bela talha do altar-mor, ricamente trabalhada e caiada de branco, em estilo D. João V. Com a ausência de púlpitos, outros altares, etc, merece atenção ainda o pequeno conjunto de imagens.



#### 9.4.2.1.4 Capela do Senhor do Bonfim

##### a) Histórico

A Capela do Senhor do Bonfim carece de documentação para esclarecimento maior de sua história. Provavelmente na segunda metade do século XVIII já estava edificada; nessa época, os moradores pertencentes à freguesia da Conceição de Catas Altas, "devendo continuar-se a obra principiada na mesma Ermida, não tinham meios para suprir as despesas por serem pobres", e, através de pedidos à Coroa Portuguesa, receberam provisão de 1789 que lhes dava o direito de esmolar por prazo de três anos.<sup>265</sup> A autoria dos trabalhos realizados nesse templo também é desconhecida, pela escassez documental.

##### b) Arquitetura

A pequena ermida está implantada no alinhamento da rua Direita, esta com pavimentação antiga em pedras e capistranas. É bem integrada no conjunto, muito graciosa e simples como as edificações térreas que compõem o seu entorno. O partido é formado por duas seções retangulares. A planta apresenta a nave, um cômodo na lateral direita recuado da frente da capela e a sacristia transversal nos fundos, em toda a sua extensão. A capela-mor se funde com a nave, seu espaço está demarcado pelo levantamento do piso, num nível pouco mais elevado, com o único altar do templo. A ligação da nave com a dependência lateral é feita através de uma porta com um vão geminado.

A construção, do século XVIII, é estruturada em madeira, com as paredes em pau-a-pique. Tem a cobertura de duas águas, guarnecida por beirais em cachorros, caibro corri

---

<sup>265</sup> Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. (IPHAN). Códice 251; provisão da rainha permitindo aos moradores a arrecadação de verba para dar continuidade às obras da capela. 1789. fls. 24v.



do na sacristia e em tabuado na fachada principal. Esta, enquadra pelos cunhais de madeira, é bem graciosa, mostrando um interessante jogo de vãos. Apresenta a porta principal de acesso no centro, de grande proporção em relação aos outros vãos; sobre ela, no eixo de simetria, uma janela sineira vazada com verga alteada e, ainda, um pequeno óculo circular furando a empena. Observamos uma janela de cada lado da portada, ambas guarnecidas por grades de balaustres em madeira torneada e que possuem as vergas retas num alinhamento horizontal inferior à linha da verga desta última. É curiosa a solução dos vãos nesta fachada pois, de uma maneira geral, estas janelas estão posicionadas na altura do coro, em diagonal dando outro tipo de movimentação. Outra particularidade é o espaçamento mínimo destes três vãos inferiores e dos cunhais: eles são quase geminados. Mostra ainda uma porta frontal, no pano mais recuado da fachada, que dá para o cômodo lateral, com as mesmas características da portada: o enquadramento em madeira e o fechamento do tipo calha, como todos os vãos da capela e, ainda, a verga reta.

O interior é bem pobre, com todo o piso reformado em cimento. O forro da nave, em tabuado corrido, forma uma abóbada facetada que recebe uma pintura em policromia decorativa, bastante apagada; nas outras dependências ele se apresenta em telha-vã. Não possui trabalhos de talha, guardando, somente, a imagem de um Cristo crucificado em madeira e outras poucas peças de pequeno valor.

#### 9.4.2.2 Edificações civis

Catas Altas se distingue, não só pela sua imponente matriz e pelo sítio de implantação da própria cidade, mas também pelo seu conjunto de edificações civis, bem homogêneo e característico da arquitetura colonial mineira.

A cidade, apesar de espalhada, tem as edificações de maior valor arquitetônico concentradas na praça Monseñor Mendes e no eixo que contém a aresta desta praça - fron-



tal à matriz, paralela ao seu frontispício. Esta aresta se prolonga para um lado, dando origem à rua Direita, e, para o outro, à rua do Rosário. Os passeios destas vias ainda guardam, em grande parte, o piso em lajes de pedra. Na rua Direita, em particular, a pavimentação antiga em pedras e capistranas ainda se conserva.

O conjunto de edificações é composto em quase toda a sua totalidade por um casario térreo mais despojado e simples com a ausência de elementos ornamentais. Sem dúvida, a harmonia e homogeneidade deste conjunto, as poucas construções descaracterizadas, o tornam bastante expressivo. À primeira vista não devemos confundir a bela simplicidade do casario com a pobreza gerada pela decadência do ouro, pela decadência econômica, refletida no abandono e no mau estado de conservação destas edificações.

Os exemplares arquitetonicamente mais apurados são mais raros mas mesmo assim se destacam algumas edificações com características particulares.

#### 9.4.2.2.1 Sobrado da Rua Direita, nº 26

Este belo sobrado da rua Direita, próximo à praça Monsenhor Mendes, tem o partido de secção retangular, com um puxado na lateral esquerda. É estruturado em madeira com paredes em taipa-de-sebe e possui a cobertura de quatro águas, guarnecida na frente por um beiral mais trabalhado em cimalha de madeira.

Na fachada principal não observamos uma correspondência entre os vãos do primeiro e segundo pavimentos. Apresenta seis janelas rasgadas por inteiro, superiores fechadas por folhas de madeira com postigo sobreposto, que se abrem para sacadas isoladas, estas com o guarda-corpo formado por balaustres de madeira torneada. São encimadas por vergas em arco abatido e pestanas na sobre-verga que tangenciam a cimalha.



No pavimento inferior são três portas e uma janela somadas a mais uma porta e duas janelas do puxado lateral. Os vãos inferiores possuem o enquadramento de madeira como todos os outros, o fechamento do tipo calha e as vergas alteadas - estas últimas simples, sem receber nenhum trabalho. Apesar da distribuição assimétrica dos vãos, a fachada é bem equilibrada e harmônica, principalmente por causa de suas proporções e da repetição dos vãos superiores, em seqüência.

#### 9.4.2.2.2 Sobrado da Praça Monsenhor Mendes, esquina com Rua do Rosário

Este belo sobrado se encontra em péssimo estado de conservação. Está implantado num terreno de certo caimento para a rua do Rosário e para os fundos, cercado por muros de adobe cobertos por uma fieira de telhas. A edificação dá frente para a praça da Matriz, tem o pavimento superior na altura do chão em sua lateral esquerda, por causa das diferenças de nível, e a fachada lateral direita no alinhamento da rua. A fachada principal, recuada, mostra à sua frente, uma solução interessante e bem particular, com um arrimo perpendicular a ela em pedras na correção da declividade. A planta se desenvolve num partido de forma retangular com uma varanda posterior abrindo para a fachada dos fundos com guarda-corpo formado por réguas de madeira, em toda a extensão do segundo pavimento.

A construção é toda estruturada em madeira, com os cunhais, madres, enquadramento dos vãos e o madeiramento da varanda aparentes. Possui as paredes de pau-a-pique, em grande parte reforçadas por alvenaria de tijolos, a cobertura de quatro águas guarnecida por beirais em cimalha e na varanda por beirais em caibro corrido.

A fachada principal apresenta cinco janelas superiores com vergas retas e duas vedações, uma interna, de madeira, e outra externa, em caixilho de vidro do tipo guilhoti

BIBLIOTECA DA  
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO



na; duas portas com vedação do tipo calha no pavimento inferior também com vergas retas, como todos os vãos. Na fachada da rua do Rosário, observamos três janelas em cada pavimento, iguais às frontais, sendo que as inferiores não têm a vedação externa em caixilho de vidro.

#### 9.4.2.2.3 Casas da Rua Direita, nº 220 e anexa

Estas edificações geminadas estão implantadas no alinhamento da rua, com um muro de adobe coberto por uma fieira de telhas se prolongando para o lado esquerdo da fachada principal. Fazem parte de um trecho bem interessante e pitoresco da Rua Direita, com outros prédios no mesmo estilo compondo o entorno. Não podemos precisar se seriam originalmente duas edificações geminadas como hoje ou se apenas uma, devido à grande harmonia de sua fachada: a cumeeira mantém o mesmo ponto, tem o mesmo telhado e as mesmas soluções de vãos.

As casas, mantendo quase todos os elementos originais, têm o partido de forma retangular compondo um retângulo maior. São estruturadas em madeira, com os cunhais aparentes e as paredes em pau-a-pique, o telhado é de duas águas, uma caindo para os fundos e outra para a frente. Nos beirais observamos uma separação nítida entre a casa da direita (de nº 220) e a contígua. O trecho da cobertura correspondente à primeira tem a beirada em cimalha arrematada por um lambrequim de madeira trabalhada, que dá muita graça, e, na anexa, a continuação do beiral é simples, em caibro corrido.

Analisando as fachadas isoladas ou em conjunto, observamos um grande equilíbrio e simplicidade, com certa predominância dos claros sobre os escuros. Apresenta a partir da esquerda uma janela e três portas; seguindo já na casa contígua, uma janela, uma porta e mais duas janelas. Todos os vãos têm as vedações do tipo calha, o enquadramento em madeira e são guarnecidos por vergas alteadas, encimadas nas extremida-



des, e, no centro, por pequenos e delicados trabalhos. Estes são entalhados também na madeira e incrustados na parede, dando uma graça especial em todo o conjunto.

#### 9.4.2.2.4 Conjunto defrente ao Grupo Escolar

Outro interessante conjunto de casas térreas está implantado no alinhamento da rua Direita, nºs 148 e 158, de frente ao grupo escolar. São estruturadas em madeira, com os cunhais aparentes e as paredes em pau-a-pique. As duas casas geminadas são divididas na fachada por um esteio que aflora no pano da parede. Apresentam uma solução bem particular e curiosa nas coberturas: cada uma possui duas empenas frontais e duas cumeeiras; a linha do beiral, na frente, faz um "M" mais aberto (uma calha passa ao meio, dividindo cada cobertura em dois telhados independentes, de mesmo ponto e de duas águas). Observando sem maior cuidados, parece-nos uma seqüência de casas formada por quatro unidades geminadas, distintas justamente por causa do desenho deste telhado, que dá uma boa movimentação no conjunto.

Uma movimentação grande é observada também nas suas fachadas frontais, bem simples e harmônicas, apresentando os vãos em linha com as mesmas características: enquadramento de madeira, fechamento do tipo calha e vergas alteadas. A casa nº 148 mostra, da direita para a esquerda, uma janela, uma porta e mais três janelas; na casa contígua, nº 158, a distribuição se faz diferentemente com duas janelas, e, seguindo, três portas.

#### 9.4.2.2.5 Casa da Rua Direita, nº 86

Merece referência ainda, na rua Direita, esta casa térrea implantada no alinhamento da rua, estruturada em madeira e barro, com a cobertura de quatro águas guarnecida na frente por um beiral em cimalha de madeira. Apresenta a fachada bem simples, enquadrada pelos cunhais aparentes, dividi



da por um esteio de madeira que aflora no pano da parede. Na secção da fachada principal, à esquerda deste esteio, observamos a porta central com três janelas de cada lado em linha. Estas são fechadas por duas vedações, uma interna, do tipo calha, e outra externa, em caixilho de vidro, do tipo guilhotina. A secção da direita é vazada apenas por duas portas, ambas com o fechamento do tipo calha, como a porta central. Todos os vãos possuem as vergas retas e o enquadramento de madeira.

#### 9.4.2.2.6 Conjunto da Praça Monsenhor Mendes

É um conjunto bem interessante, de grande harmonia e simplicidade, com quase todas as edificações estruturadas em madeira e adobe ou pau-a-pique.

Destaca-se a casa térrea de número 31 defronte à matriz, com o partido retangular, paredes de pau-a-pique e a cobertura de quatro águas, guarnecida por beiral em cimalha. A fachada principal é enquadrada por cunhais de madeira com a base de pedra, apresentando em linha duas janelas, a porta principal encimada por um pequeno nicho envidraçado e mais três portas com vedação almofadada. Todos os vãos têm o enquadramento de madeira e as vergas alteadas guarnecidas por pestanas. Para a porta principal de acesso, com fechamento do tipo calha, dão dois degraus de convite em cantaria; as janelas possuem duas vedações, sendo a externa em caixilho de vidro, do tipo guilhotina. Pode-se observar pelos próprios vãos que a edificação já passou por algumas reformas: lê-se na verga da porta principal a data de 1816.

Vizinha a esta casa, no nº 15, observamos outra interessante construção, bem simples e de pequenas proporções. A edificação possui cobertura de quatro águas, guarnecida por beiral em cachorros, paredes em pau-a-pique e a fachada principal enquadrada pelos cunhais de madeira. Apresenta apenas



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

três vãos frontais, todos com enquadramento também de madeira e vergas alteadas, a porta central com a vedação do tipo calha e uma janela de cada lado, fechadas por treliça.

A casa de nº 136 dá frente para a fachada lateral direita da matriz e está implantada numa esquina, em terreno de bom caimento para os fundos, o que propicia o aproveitamento de um grande porão. Uma varanda corre em quase toda extensão da fachada posterior. A edificação tem a estrutura autônoma de madeira e a cobertura de quatro águas guarnecida por beiral em cimalha. A fachada principal enquadrada pelos cunhais aparentes é simétrica, apresentando a porta central com vedação do tipo calha e três janelas em linha de cada lado, com o fechamento externo em caixilho de vidro do tipo guilhotina. Os vãos possuem o enquadramento de madeira e as vergas de nível.

Marece referência, ainda, uma edificação térrea voltada para os fundos da Matriz, onde funcionam uma venda e uma residência, respectivamente, nos números 206 e 188. O prédio tem o partido de forma retangular, mostrando uma varanda na lateral esquerda com guarda-corpo em madeira recortada. A cobertura é de quatro águas, com o beiral em tabuado; a fachada principal apresenta em linha a partir da esquerda: três portas, duas janelas, uma porta e outras duas janelas. Os três primeiros vãos correspondem à venda com o acesso direto da rua e os demais à residência. Possuem o enquadramento de madeira, as vergas retas, a vedação das portas do tipo calha e as janelas com fechamento em caixilho de vidro do tipo guilhotina. A fachada é de grande harmonia, com uma distribuição equilibrada entre os cheios e os vazios.



## 10 SANTA LUZIA

### 10.1 Formação e evolução urbana

#### 10.1.1 Formação do povoado e seu desenvolvimento no século XVIII

Santa Luzia surgiu entre 1720/29, basicamente em decorrência das atividades econômicas de mineração e comércio.<sup>266</sup> Porém, ao contrário da maioria das povoações mineiras da época, cresceu e floresceu muito mais em função do comércio que da mineração. Os trabalhos mineratórios desenvolveram-se nos córregos das Calçadas, Sêco e Cordeiros, mas o povoado não cresceu ali, e sim no alto de uma colina próxima, junto a um rancho que acolhia tropas que faziam o comércio entre o sertão e o Rio de Janeiro. É importante ressaltar o fator religioso na formação do povoado, pois este só surgiu quando faiscadores e tropeiros construíram uma capela, dedicada a Santa Luzia, em frente ao rancho.

A construção da capela, em lugar de movimento de tropas, serviu para desenvolver a atividade comercial no local, atraindo para lá pessoas que se encontravam dispersas pelas regiões vizinhas. O lugarejo foi crescendo perto da capela, à beira das estradas, convivendo, lado a lado, residências e casas comerciais. Formava um "T" com a interseção de duas estradas: a que vinha de Sabará atingia o rancho em frente à Capela, pelo Córrego das Calçadas, dando origem à rua Direita; no fundo, onde estava o cemitério, esta estrada se bifurcava a caminho de Macaúbas, Serro, Distrito Diamantino, etc., formando a rua do Serro.

---

<sup>266</sup> TEXEIRA, C. *Santa Luzia; um pouco de seu passado*. In: Comemorações do 1º Centenário da Revolução e da Ação Pacificadora de Caxias, 1842/1942. Santa Luzia, s.ed. s.d. p. 8-51.



Devido à sua localização estratégica, o povoado muito floresceu em função do comércio das áreas mineradoras, exercendo o papel de entreposto comercial do sertão. Em documento de 1752, o bispo de Mariana, D. Frei Manoel da Cruz, propõe a transferência da sede da paróquia do arraial de Roça Grande para o de Santa Luzia, justificando: "... o arraial de Santa Luzia é um dos mais populosos das Minas e a sua Igreja é nova<sup>267</sup>, com bastante grandeza e bem paramentada, estando quase no meio da freguesia, circunstâncias todas que concorrem para V. Magestade ser servido mandar fazer a sobredita mudança..."<sup>268</sup>, a qual só se efetivou em 1779, após uma série de reveses com a paróquia de Roça Grande.

À medida que o arraial progredia, formava-se, ali, uma elite social abastada, com hábitos sofisticados da vida e cultura com marcante influência francesa. Santa Luzia, seguiu a tradição de importantes vilas mineiras, como Sabará e Diamantina, que cedo desenvolveram o gosto da literatura e do teatro. Já na segunda metade do séc. XVIII tem-se notícia da inclusão de peças teatrais no programa de suas festas cívico-religiosas, além da realização de óperas em diversas vilas, como, por exemplo, em Sabará, em 1799.

O espírito religioso dos luzienses não traduziam-se apenas na construção de belos templos, mas também em algumas festas tradicionais. As mais famosas eram a da padroeira do lugar, a do Rosário, promovida pelos negros, e a do Divino, pelos brancos, como parte dos festejos do "Ciclo da Ressurreição". Todas estas festas representavam um folclore de caráter tipicamente profano-religioso, mesclando heranças africanas e portuguesas, como danças, procissões, fogos, rezas, músicas e missas. À semelhança dos demais núcleos urbanos das Minas Gerais daquela época, as festas eram realizadas com grande pompa, atraindo para o local romeiros de toda a redondeza.

<sup>267</sup> A igreja citada é a antiga capela de Santa Luzia, que sofreu inúmeras reformas por volta de 1744.

<sup>268</sup> TRINDADE, R., Cônego, op. cit. nota 242, p. 275.



### 10.1.2 Desenvolvimento de Santa Luzia no século XIX

A partir da segunda metade do séc. XVIII a mineração do ouro começou a declinar e a economia local voltou-se para a produção agropecuária, acarretando certa retração das atividades urbanas. Entretanto, Santa Luzia, conseguiu manter relativo progresso devido, principalmente, à sua situação privilegiada de empório comercial, como constatou José Vieira Couto em 1801: "... Santa Luzia, lugar populoso e brilhante, e que deve seu melhoramento actual (coisa rara!) aos arraiaes de Minas, às suas lavras, e a ser, além disso, por causa da sua situação natural como um pequeno empório, onde vem surtir-se de alguns generos pertencentes ao commercio muitos negociantes de Piracatu e Serro".<sup>269</sup>

Também Saint-Hilaire<sup>270</sup>, viajante francês que ali passou em 1817, ressaltou a importância da Paróquia de Santa Luzia em seu papel de entreposto comercial do sertão, sendo ponto de parada para as tropas que transitavam entre o sertão e o Rio de Janeiro. Nada citou sobre a mineração do ouro, provavelmente devido à insignificância econômica a que esta atividade estava reduzida naquela época.

Um dos acontecimentos mais relevantes na vida do luziense do séc. XIX foi sua participação na Revolução Liberal de 1842 contra o governo Imperial, quando alguns moradores uniram-se aos revoltosos, comandados por Teófilo Otoni, fazendo o seu quartel-general no próprio povoado - o solar Teixeira da Costa, localizado em frente à matriz. Santa Luzia foi palco da batalha final desta revolução, sendo um muro de pedras utilizado como trincheira contra as tropas legalistas de Caxias, monumento que constitui, atualmente, parte de seu acervo histórico.

<sup>269</sup> COUTO, J.V. *Memória sobre a capitania de Minas Gerais (1801)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro, Bello Horizonte*, 10 (1/2):55-166, jan./jun. 1905. Citação p.124.

<sup>270</sup> SAINT-HILAIRE, A., *op. cit.* nota 176, p. 327.



Necessidades administrativas e crescimento populacional local<sup>271</sup> propiciaram a criação do município e Vila de Santa Luzia, pela lei nº 317, de 18 de março de 1847, (107) compreendendo as paróquias da sede, Lagoa Santa, Matozinhos, Sete Lagoas e Santa Quitéria. A lei nº 472, de 31 de maio de 1850, (105) suprimiu o município, provavelmente por este não ter cumprido as exigências previstas na lei de formação de município, como, por exemplo, construção de Casa de Câmara e cadeira, dentro de um prazo de três anos. A lei nº 755, de 30 de abril de 1856, (106) restaurou a Vila, que foi elevada à categoria de cidade dois anos mais tarde.

### 10.1.3 Crise econômica e busca de alternativas

A partir da segunda metade do século XIX, Santa Luzia sofreu um processo paulatino de declínio. Vários fatores concorreram para isto e o mais importante parece ter sido a queda do comércio entre o sertão e o Rio de Janeiro, decorrente da decadência da mineração e, conseqüentemente, do poder aquisitivo da população que vivia dessa atividade. Desaparecia, assim, o sustentáculo do dinamismo econômico luziense, ou seja, papel de entreposto comercial do sertão. O centro dinâmico da Província deslocara-se para as zonas cafeeiras da Mata e Sul e as áreas que não se estruturaram em função dessa atividade, como era o caso de Santa Luzia, tiveram que reorganizar-se e passaram por períodos de crise até encontrar opções econômicas relevantes. O município voltou-se, principalmente, para a atividade agrícola de subsistência, produzindo, em 1864, milho, arroz, feijão, mandioca, trigo, batatas, café, mamona e algodão.<sup>272</sup> Sua produção artesanal chegou a adquirir certo vulto

<sup>271</sup> Em 1837 o arraial de Santa Luzia e suas imediações contavam com 236 fogos e 1,350 almas.  
MATOS, R.J. de C., *op. cit.* nota 252, p. 137.

<sup>272</sup> MARTINS, A. de A. & OLIVEIRA, J.M. de. Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais para o anno de 1864. Rio de Janeiro, Typ. Actualidade, 1864.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

nessa época, tendo-se notícia da fabricação de móveis, como por exemplo oratórios, além de imagens delicadíssimas de pedra de jaspe, chegando, ambos, a serem vendidos fora da Província.

#### 10.1.4 A indústria têxtil e a ferrovia

A partir de 1880 a situação econômica luziense encontrou melhores perspectivas devido à construção de uma fábrica de tecidos, próxima à cidade. O potencial algodoeiro da região, o crescimento demográfico local e, conseqüentemente, a ampliação do mercado consumidor, foram fatores favoráveis à instalação da "fábrica de Tecidos São Vicente" em Santa Luzia.

A situação internacional também contribuiu para o aparecimento de indústrias têxteis no Brasil, já que, em 1860, sua produção de algodão foi ampliada para exportar para a Inglaterra, em substituição ao algodão norte-americano, cujas exportações foram interrompidas com a Guerra de Secessão. Com o fim da Guerra Civil, entretanto, as exportações norte-americanas retomaram seu lugar, acarretando uma queda da produção e exportação nacionais. Mas, ao que tudo indica, a abundância da matéria-prima a preços baixos, na década de 70, criou uma condição favorável para as manufaturas têxteis no Brasil.<sup>273</sup>

Entretanto, a fábrica São Vicente não obteve o sucesso esperado nos seus primeiros anos de funcionamento. Problemas ligados à força-motriz prejudicavam sua produção, provocando séria crise financeira. Em 1891, a fábrica foi vendida à Companhia Cedro e Cachoeira, de propriedade dos irmãos Mascarenhas, donos de uma série de indústrias têxteis na área do Rio das Velhas. Também os Mascarenhas lutaram para solucionar o problema da força motriz, só resolvido alguns anos depois. Então, sua produção foi ampliada, chegando a trabalhar com 100

<sup>273</sup> STEIN, S.J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950. Rio de Janeiro, Campos, 1979. 272 p. Informação: p. 58.



teares e 150 operários. Nesse momento, porém, surgiu o problema da aquisição da matéria-prima com o término do "boom" algodoeiro na região, passando a fábrica a adquiri-la no Nordeste.

O algodão do Nordeste era transportado pelo vapor "Saldanha Marinho", fretado pela Companhia para levar tecidos e trazer algodão - ampliando, com isto, o seu mercado consumidor - viajando até Juazeiro. A navegação era feita não só no rio São Francisco como também no Rio das Velhas, chegando até Santa Luzia conforme o nível das águas. Nos períodos de seca, o Rio das Velhas não se prestava à navegação e o transporte era feito por tropas.<sup>274</sup> Esse tipo de transporte, entretanto, foi abandonado em pouco tempo, pois em 1893 os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil chegaram a Santa Luzia, e, logo depois, a Pirapora, passando a fábrica a receber e expedir mercadorias por ela, abandonando totalmente a precária navegação do rio das Velhas.

O estabelecimento da Estação Ferroviária "Rio das Velhas", em Santa Luzia, foi de grande importância para a economia local. A parte baixa da cidade, localizada às margens dos trilhos e do rio, tomou novo impulso com o incremento da atividade comercial. Desenvolveram-se o comércio a varejo e atacado, esse último encarregado das exportações para outras regiões, sobretudo os tecidos de algodão vendidos no norte do Estado.

A parte alta da cidade não foi tão beneficiada quanto a parte baixa. Manteve-se estagnada, sem melhorias urbanas ou comerciais, como relata o Jornal do Comércio de 1897: "... mal calçada, mal iluminada, com ruas em ladeira e a certas horas do dia sem viva alma que por elas transite, parece uma cidade morta, uma verdadeira necrópole ... as casas particulares conservam-se fechadas, as comerciais com uma só porta

<sup>274</sup> MASCARENHAS, G.M. Centenário da fábrica do Cedro, histórico: 1872/1972. Belo Horizonte, Minas Gráfica, 1972.



aberta e com os patrões ou caixeiros assentados nos balcões, as famílias olhando para a rua através das venezianas, as ruas de sertas..."<sup>275</sup>

Apesar do quadro decadente apresentado pelo jornal, a falta de movimento na cidade, naquela época, era um fato normal. Note-se que as atividades econômicas de caráter urbano eram insignificantes, pois a maioria da população vivia no meio rural, dedicando-se a atividades agropecuárias.

A parte alta da cidade só teve certo desenvolvimento quando foram efetuados alguns melhoramentos urbanos, em 1913: instalação de luz elétrica, canalização de água potável, bondes elétricos comunicando o centro com o Bairro da Estação Férrea, recebendo, assim, uma certa modernização que estimulou, de certa forma, as atividades industriais e comerciais.

#### 10.1.5 Século XX

A economia de Santa Luzia manteve-se mais ou menos inalterada até a década de 1950.

A partir dessa época, a região central de Minas tomou novo impulso devido à preocupação governamental em fortalecer a Capital, Belo Horizonte, contemplando, principalmente, o setor industrial. O incremento dessa atividade provocou, conseqüentemente, maior concentração populacional na região, expansão da zona urbana da capital e crescimento de seu mercado consumidor. Este fato beneficiou as áreas próximas a Belo Horizonte, pois passaram a abastecê-la com seus produtos agropecuários.

A vantajosa localização do município de Santa Luzia, próximo à Capital e junto ao Rio das Velhas, dentre outros

---

<sup>275</sup> PINTO, M. *Santa Luzia, Jornal do Comércio, Belo Horizonte, 27 nov. 1897.*



fatores, concorreu para que ali fosse implantada a FRIMISA, em 1953, para industrialização da carne, beneficiando sobremaneira sua produção pecuária. Também as culturas obtiveram proveito, já que passaram a abastecer o mercado de Belo Horizonte com banana, milho e as tradicionais culturas de subsistência.

A partir da década de 50, as atividades industriais tomaram vulto no município, tendência esta reforçada após a criação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), com o objetivo de implantar Distritos Industriais e realizar programas de apoio ao pequeno e médio empresário, proporcionando, assim, maior dinamismo ao setor industrial do Estado, notadamente na área metropolitana de Belo Horizonte. Até 1979, haviam sido implantados três distritos industriais em Santa Luzia, perfazendo um total de 24 empresas, destacando-se os ramos da indústria de transformação e extrativa mineral. Dentre as primeiras destacam-se as estruturas metálicas, louças, sanitários, azulejos, forjas, tecidos de algodão, papel e produtos alimentícios. A extrativa mineral consiste na retirada de areia e cascalho ao longo do Rio das Velhas, utilizados na indústria da construção civil de Belo Horizonte. Sua produção industrial tem sido exportada não só para a capital mineira, como também para outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O desenvolvimento econômico apresentado pelo município, a partir da segunda metade do século atual, transformou um pouco a fisionomia da cidade, que sofreu acentuado crescimento urbano, mas soube, entretanto, preservar grande parte de sua memória colonial. Na parte alta da cidade, a mais antiga e tradicional, persistem monumentos de grande valor histórico emfeitando as ruas tortuosas e íngremes, como a capelinha do Bonfim, igreja do Rosário, a matriz, a casa da Baronesa (atual Prefeitura), o solar Teixeira da Costa (mais conhecido como Quartel dos Revoltosos), e muitos outros.

Algumas festas tradicionais são realizadas até ho



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

je com grande pompa, como a do Divino, do Rosário e de Santa Luzia.

Localizado na zona metalúrgica mineira, a 24 km da capital, o município de Santa Luzia possui, atualmente, uma superfície de 341 km<sup>2</sup> e 41.357 habitantes.

## 10.2 Acervo histórico e artístico

### 10.2.1 Edificações religiosas

#### 10.2.1.1 Matriz de Santa Luzia

##### a) Histórico

Anteriormente à construção da atual igreja matriz, existiu no mesmo local uma primitiva capela, erguida por volta de 1721-1729, mediante iniciativa do capitão-mor João Ferreira dos Santos e outros habitantes pioneiros do nascente arraial minerador, que para isso contaram com o apoio do padre doutor Lourenço de Valadares Vieira, vigário de Sabará. O mais antigo documento sobre a capela data de 30 de julho de 1729 e se refere ao registro do primeiro casamento ali realizado. Seis anos depois fazia-se o primeiro sepultamento no cemitério anexo ao pequeno templo. Segundo o historiador Edelweiss Teixeira, "tinha essa capela primitiva 22 passos de comprimento e 12 de largo e foi inteiramente aproveitada para Capela-Mor, quando se cuidou de edificar a Matriz, o que era de regra nas igrejas mineiras".<sup>276</sup>

Quando de uma visita pastoral às Minas, no ano de 1744, o bispo do Rio de Janeiro dom frei João da Cruz, então com jurisdição sobre o território mineiro, decidiu transferir a sede da paróquia do arraial de Santo Antônio da Roça Grande para o de Santa Luzia, por situar-se este último em ponto mais

---

<sup>276</sup> TEIXEIRA, E., *op. cit.* nota 266, p. 13.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

central da freguesia. Nesse sentido, foi expedida provisão datada de 19 de novembro daquele ano, anulada porém logo em seguida, pois os moradores de Roça Grande, inconformados com a perda da hegemonia paroquial, recorreram ao Juízo da Coroa, obtendo sentença favorável. A capela de Santa Luzia continuou, portanto, na condição de simples filial, só vindo a aludida transferência e efetivar-se trinta e cinco anos mais tarde, após uma série de vicissitudes que motivaram longa troca de correspondência entre o bispo de Mariana dom frei Manuel da Cruz, e o rei de Portugal.

É presumível que a construção do edifício definitivo tenha se iniciado ainda em fins de 1744, em decorrência da necessidade de adaptação da primitiva capela à função de matriz. A 16 de março de 1748, Domingos Martins da Cunha obtinha das autoridades eclesiásticas provisão para angariar esmolas destinadas à Irmandade de Santa Luzia, com o objetivo certamente de auxiliar o custeio das obras. Estas já deveriam estar pelo menos parcialmente concluídas em 1751, porquanto em carta nesse ano dirigida ao soberano português, assim informava o bispo de Mariana: "... a Capela de Santa Luzia tem capacidade de ser Matriz por ser nova, de suficiente grandeza, bem paramentada, e viverem na sua vizinhança os mais dos moradores e mais ricos daquela freguesia que a sua custa fizeram com grande despesa e primor a dita Capela".<sup>277</sup> A comprovação de que a construção do templo resultou do esforço coletivo dos habitantes locais contraria a versão, ainda hoje corrente na cidade, de ter sido a atual igreja edificada por iniciativa do português sargento-mor Joaquim Pacheco Ribeiro, em reconhecimento a uma graça alcançada em promessa feita à padroeira Santa Luzia.

Tem-se, por tradição local, que a conclusão definitiva das obras de construção da matriz ocorreu em 1778, apesar de conservar-se inscrita na fachada a data de 1798. Real-

---

<sup>277</sup> Carta de Dom Frei Manuel da Cruz a D. José I, Mariana, 1751. Publicado em: TRINDADE, R., *op. cit.* nota 242, p. 211.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

mente, a 13 de dezembro de 1778 verificava-se a bênção oficial do templo, datando do ano seguinte, ou mais precisamente de 6 de setembro de 1779, a Ordem Régia que concretizou afinal a transferência da sede da paróquia de Roça Grande para Santa Luzia. A 29 de fevereiro de 1780 foi o Santíssimo Sacramento transladado solenemente da antiga matriz em Roça Grande para a nova matriz, sendo o acontecimento comemorado festivamente pela população luziense.

Não foram localizados, até o momento, quaisquer documentos de identificação de autoria, tanto das obras de construção, quanto dos trabalhos de ornamentação da igreja. Os altares principais - da capela-mor e os próximos do arco-cruzeiro - parecem, pelas características de estilo, datar de meados do século XVIII, enquanto as pinturas dos forros da nave e da capela-mor, de gosto rococó, devem ter sido executadas em fins do mesmo século. A confecção dos retábulos laterais coube às irmandades sediadas na igreja, à exceção do consagrado ao Senhor dos Passos, doado por Antônio Martins Gil, que, conforme afirma Edelweiss Teixeira, foi o doador também da imagem de Santa Luzia ainda hoje existente no altar-mor, por ele mandada vir da cidade do Porto. Em princípios do século XIX, o equipamento interior do templo já se encontrava completo, pois em sua visita pastoral a Santa Luzia, no ano de 1822, anotava o bispo de Mariana dom frei José da Santíssima Trindade: "Essa igreja tem 7 altares, e todos bem ornados de imagens, pintura e douramento com vasos sagrados, alfaias e ornamentos muito decentes. Tem adro com cemitério bem resguardado".<sup>278</sup>

A igreja foi, ao longo do tempo, objeto de várias reformas e alterações. O cuidado com a boa conservação do templo era preocupação patenteada em documento de 26 de janeiro de 1828, quando, entre as atribuições do zelador então provido

<sup>278</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Mariana. Livro de visitas pastorais, D. José da Santíssima Trindade. 1821-1826. fl. 147.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

no cargo, mencionava-se a necessidade de "acautelar as ruínas" que viessem a ocorrer no edifício. Cerca de vinte anos depois, em relatório dirigido ao presidente da província e datado de 20 de junho de 1849, o vigário Manoel Pereira e Miranda chamava atenção para vários consertos indispensáveis, inclusive no frontispício, que se achava demolido em razão de deslocamento de prumo. As reformas efetuadas, quer por essa época, quer mais tarde entre 1909 e 1917, acabaram por descaracterizar inteiramente a fachada principal. Também se verificaram, ao início do século atual, retoques e repinturas de painéis e retábulos.

O monumento é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), conforme Decreto nº 17.779, de 9 de março de 1976 (103).

#### b) Arquitetura

Consoante a informação já referida de Edelweiss Teixeira(149), na construção da matriz de Santa Luzia teria sido aproveitada para capela-mor a primitiva capela, com a mudança também, na mesma ocasião, da orientação do edifício, cuja fachada se situaria anteriormente nos fundos da atual capela-mor. Ambas as asserções são historicamente plausíveis, por refletirem ocorrências normais na arquitetura religiosa do período colonial mineiro, a exemplo de mudanças de orientação verificadas em Ouro Preto, por motivos climáticos, na matriz do Pilar e igreja das Mercês e Perdões. A hipótese do aproveitamento da capela primitiva de Santa Luzia como capela-mor do novo templo parece ademais, ter fundamento se levada em consideração a posição mais recuada da mesma com relação à nave, possuindo ambas as partes do edifício corredores independentes, sem qualquer tipo de ligação entre eles.

Situada num dos pontos mais elevados do centro urbano, a matriz dá frente para um largo para o qual converge a rua Direita, que ainda reúne o mais expressivo conjunto de edificações antigas da cidade. Valorizada por essa localização, o é também pela implantação com uma grande escadaria cimentada



ligando o largo a seu adro, hoje modificado e cercado por balaustrada nova. A planta é composta por duas secções de forma retangular, sendo a primeira, correspondente à nave com tribunas e o coro, alargada na fachada pela base das torres. A secção posterior contém a capela-mor, corredores laterais encimados por tribunas e, aos fundos, a sacristia com o consistório no pavimento superior. As duas secções demarcam volumes distintos com relação à largura, ao pé-direito ou altura e também quanto ao sistema construtivo. No volume posterior, com cobertura em três águas guarnecida por beirais em cimalha de madeira, ainda permanece, em grande parte, a estrutura primitiva em adobe e madeira. No corpo principal - o da nave, com cobertura de duas águas e igualmente com beirais em cimalha, já se observam várias modificações, com as paredes quase todas de alvenaria de tijolos e a fachada principal alterada. Esta, sem elementos de interesse, apresenta suas torres com cobertura de forma piramidal em zinco, cunhais e enquadramento dos vãos em alvenaria e massa. A presença da data - 1798 -, inscrita na portada, indicaria a efetiva conclusão, por essa altura, do frontispício original ou mesmo a ocorrência já então de uma reforma dessa parte do edifício. Entretanto, como ficou mencionado, toda a fachada foi inteiramente reformulada em época recente, tendo sofrido descaracterização tal que impossibilita uma idéia, ainda que aproximada, do aspecto anterior, muito semelhante ao da matriz de Sabará, a deduzir-se da feição em que aparece numa tela datada de 1860, reproduzida por Edelweiss Teixeira no trabalho "Santa Luzia - Um pouco de seu passado" (103).

Sem aparentes alterações, encontram-se no seu interior os elementos de maior valor histórico-artísticos do templo. A nave e a capela-mor possuem piso em campas e forro abobadado, com pinturas figurativas. Vêm-se balaustradas de madeira recortada ao longo das tribunas da capela-mor, coro e cancelo. O arco-cruzeiro é de madeira, com douramentos e pintura decorativa, trazendo nas ilhargas, com face para a nave, seis painéis figurativos de boas dimensões. Os tambores dos púlpitos são em madeira trabalhada e policromada, em consonância com a talha dos sete retábulos existentes.



### c) Ornamentação

A matriz de Santa Luzia conserva excelente acervo de talha e pintura setecentistas, o que a coloca entre os monumentos religiosos de primeira grandeza do período colonial mineiro, apesar das deturpações verificadas na parte arquitetônica. O conjunto de talha é constituído pelo altar-mor, dedicado à padroeira Santa Luzia, e seis altares laterais na nave, sob entre outras, as invocações de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores, Sagrado Coração de Jesus, São José e São Sebastião. O retábulo da capela-mor, de excepcional qualidade, apresenta todas as características do segundo estilo Dom João V, também chamado de "estilo Brito" por ter sido introduzido em Minas por Francisco Xavier de Brito. Este altar, em suas linhas gerais, pode ser comparado ao retábulo principal da matriz do Pilar de Ouro Preto, de autoria do mencionado entalhador: presença de colunas torsas com o terço inferior estriado e os sulcos decorados de guirlandas de flores, coroamento em forma de dossel com sanefa, estatuária monumental no remate superior (anjos e grupo da Santíssima Trindade) e douramento restrito aos elementos ornamentais, colocados em evidência pelo branco "cor de leite" que recobre as outras partes. A colaboração do Aleijadinho na talha deste retábulo é hipótese que poderia eventualmente ser levada em consideração, partindo da premissa de que Santa Luzia figura no rol de localidades onde ele teria "exercido a sua arte", levantado por Rodrigo José Ferreira Bretas, em 1858. Tratar-se-ia, nesse caso, de um de seus primeiros trabalhos, quando ainda aprendiz, sob a direção de um mestre cujo nome infelizmente ainda se ignora. O medalhão de Nossa Senhora, à esquerda, apresenta, com efeito, alguma relação com o estilo pessoal de Antônio Francisco Lisboa, sobretudo no rosto e nas mãos.

Os dois primeiros altares da nave, próximos do arco-cruzeiro, são também de estilo Dom João V, ostentando colunas torsas com guirlandas, dossel e figuras de anjos no coroamento. O de Nossa Senhora do Rosário, ao lado esquerdo, é cer-



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

tamente mais antigo e parece incluir em sua estrutura elementos de um retábulo de estilo anterior, talvez oriundo da capela primitiva. O da direita é de confecção posterior e de acabamento menos apurado, tratando-se, não obstante isso, de obra bastante harmoniosa em sua composição. Quanto aos quatro restantes altares da nave, constituem eles peças talvez do século XIX, de fatura rústica e sem maior interesse do ponto de vista artístico, apresentando, todavia, a curiosidade de conservarem o dossel Dom João V dos retábulos barrocos, provavelmente por razões de coerência do conjunto.

Os forros da nave e da capela-mor trazem decoração de pinturas de perspectiva de bom nível de realização, cujas data e autoria, como as da talha, não foram ainda identificadas. São ambos de estilo rococó e adotam o partido do muro-parapeito contínuo nas laterais e medalhão central emoldurado por nuvens que circundam a "vizão", sem outro tipo de ornato. No forro da nave, o tema da Assunção da Virgem constitui o motivo central da composição, dividido em dois registros, sendo o inferior ocupado pelo túmulo vazio, semi-encoberto por nuvens, de desenho estilizado e fortemente sombreado. As figuras dos anjinhos que aparecem entre as nuvens apresentam uma série de defeitos anatômicos, talvez motivados por repinturas posteriores. A perspectiva arquitetônica é constituída por um imponente muro-parapeito de cor cinza-azulado, que corre paralelamente às paredes da nave, do coro e arco-cruzeiro. Atrás do muro, nas laterais, postam-se quatro figuras de doutores da igreja, três dos quais envergando ricas vestes pontificais. Analisando esta composição, Carlos Del Negro a aproxima, pelo tema, à pintura existente na igreja do Rosário de Santa Rita Durão, e, pelo partido e elaboração, a pinturas da igreja do Bom Jesus de Matozinhos de Itabirito e do teto da nave da matriz de Santa Bárbara.

A pintura do forro da capela-mor, de qualidade artística inferior à do forro da nave, parece de fatura relativamente mais recente. Entretanto, a inferioridade constatada po-



deria ser conseqüência de repinturas, que dificultam sempre a avaliação correta de uma obra pictórica. No medalhão central vê-se a figura de uma Virgem mártir, identificada pela palma do martírio, provavelmente Santa Luzia, padroeira do templo. A estilização das nuvens é ainda mais acentuada do que na nave, sendo os anjinhos bastante inexpressivos. O muro-parapeito que forma a perspectiva arquitetônica corre apenas nos registros laterais, enquanto os transversais - tangentes às paredes do arco-cruzeiro e retábulo - são constituídos por arcos de ligação, não se verificando, por outro lado, a presença de personagens habituais nesse tipo de composição.

Hã, ainda, pinturas nos painéis laterais da capela-mor (São Bento e São Francisco de Sales), sob o teto do coro (temas relativos à vida de São João Batista) e no forro da sacristia (São João Nepomuceno com a língua arrancada, símbolo do segredo da confissão). Todas estas pinturas se encontram, porém, descaracterizadas por repinturas, o que dificulta sua exata avaliação. Quanto às pinturas do arco-cruzeiro, trata-se de trabalho presumivelmente recente e de caráter mais popular.

A igreja possui magnífico acervo de imaginária do período colonial, achando-se os melhores conjuntos ou exemplares nos altares próximos ao arco-cruzeiro: São José, Santa Luzia, São Miguel e Nossa Senhora da Conceição, à direita, e Nossa Senhora do Rosário, São Domingos e Santo Hilário (?), à esquerda. Nos outros altares da nave, destacam-se as imagens de São João Nepomuceno, São Francisco de Paulo, São Tomás de Aquino, Sant'Ana Mestra e um bellissimo Santo Bispo que apresenta características da escola do Aleijadinho. São cultuadas duas imagens da padroeira Santa Luzia - uma no altar-mor e outra, de menores dimensões, a já referida do altar direito junto ao arco-cruzeiro. É a esta última, remanescente talvez da primitiva capela, que os devotos atribuem poderes milagrosos, realizando em sua honra a tradicional romaria do dia 13 de dezembro.



### 10.2.1.2 Capela de Nossa Senhora do Rosário

#### a) Histórico

É presumível que a primitiva capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário tenha surgido em Santa Luzia ainda nos primeiros tempos do arraial, por iniciativa dos homens pretos, provavelmente já então agrupados em irmandade. Devia tratar-se de construção bastante precária, porquanto, segundo o historiador Edelweiss Teixeira (103) buscavam os devotos, em meados do século XVIII, dotar de um melhor templo o culto da Virgem do Rosário, conjugando-se nesse sentido a colaboração também de pessoas brancas, muitas delas filiadas à confraria dos negros. Entre esses colaboradores, estava Manoel Vaz, a quem, em março de 1751, passou o bispo de Mariana provisão para recolher esmolas destinadas ao empreendimento. Antes de efetivar-se a construção da nova capela do Rosário, cogitou-se da permuta de local com a capela de Santa Luzia, para ereção de seu edifício definitivo a ser convertido em igreja matriz. Entretanto, os entendimentos nesse sentido não lograram êxito, vindo o segundo templo da irmandade dos negros a ser construído no mesmo sítio da antiga capelinha. Em março de 1756, a nova capela do Rosário recebeu a benção canônica, procedida pelo vigário de Roça Grande. Já anteriormente, os serviços religiosos eram ministrados pelo padre Antônio d'Afonseca, contratado como capelão da irmandade.

O templo é mencionado como capela filial da freguesia de Santa Luzia no "Mappa estatístico acerca dos oragos das Igrejas e Capellas ..." (218), datado de 1832, documento que também alude à existência da respectiva irmandade. Nada se conhece sobre o aspecto original do prédio edificado em meados do século XVIII, pois foi a capela inteiramente reconstruída em época recente. A data de 1909, inscrita no atual frontão, deve referir-se à conclusão das obras.

A capela não é amparada por medida legal de tombamento.



## b) Arquitetura

Implantada no topo de uma elevação, toda coberta de gramado natural, na confluência da rua Direita com a do Rosário, a capela desfruta de localização privilegiada, isolada que se encontra no meio de grande área. A edificação domina quase todas as vistas que se tem a partir da rua Direita, no sentido de cima para baixo, residindo realmente na implantação o seu maior valor. Totalmente reconstruída, obedece a planta simples, desenvolvida numa forma retangular perfeita, com nave e, de menor largura, a capela-mor flanqueada nas suas laterais pelas sacristias, estas não se projetando para fora como nos partidos característicos das capelas mais antigas. A cobertura do corpo do edifício é em duas águas, apresentando o frontispício duas torres laterais desbordantes, com cobertura tradicional em telhadinhos de forma piramidal e janelas sineiras com vergas em arco pleno. Os panos de parede, correspondentes às bases das torres, não possuem aberturas, enquanto o pano central da fachada, com a porta de acesso e três janelas rasgadas por inteiro na altura do coro, é encimado por um frontão reto, que traz ornato em relevo com símbolos alusivos à devoção da Senhora do Rosário e inscrição relativa ao ano de 1909. O interior, bem pobre e despojado, mostra como elementos de interesse as balaustradas em madeira torneada do coro e tribunas da nave.

## c) Ornamentação

A capela possui três retábulos em talha neoclássica, com colunas estriadas e ornatos singelos, sendo de mais apurado acabamento o altar-mor consagrado à Virgem padroeira do templo. Entre a imaginária antiga, destacam-se Nossa Senhora do Rosário e dois santos pretos, no retábulo principal, além de uma imagem de roca de Nossa Senhora das Dores e um crucifixo de excelente fatura, estes numa das sacristias.



### 10.2.1.3 Capela do Senhor do Bonfim

#### a) Histórico

Não foram localizadas informações documentais sobre a instituição da capela e a época precisa de sua construção. Pelas características construtivas e de ornamentação interior, pode-se inferir que a edificação do pequeno templo tenha ocorrido em fins do século XVIII ou princípios do XIX. Por ocasião de sua visita pastoral a Santa Luzia, no ano de 1822, o bispo de Mariana, dom frei José da Santíssima Trindade, registrou a existência, no então arraial, de "2 capelas com ornamentos pobres, porém decentes"<sup>279</sup>, podendo ser uma delas a igreja consagrada a Nosso Senhor do Bonfim. Entretanto, a primeira referência específica, encontrada sobre a mesma, data de 1832, quando é mencionada, no documento intitulado "Mappa estatístico acerca dos oragos das Igrejas e Capellas ...", como uma das capelas filiais da freguesia de Santa Luzia(218).

A presença de vários elementos alterados ou substituídos indica a ocorrência de reformas no edifício ao longo do tempo.

A capela não é amparada por medida legal de tombamento.

#### b) Arquitetura

Com um largo à sua frente, formado pela bifurcação da rua do Bonfim no ponto em que nascem as ruas Direita e Floriano Peixoto, vias de tráfego principal para entrada e saída do núcleo histórico da cidade, a capela é desprovida de adro e mesmo de um passeio para proteção à sua volta. Apresenta

---

<sup>279</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Mariana. Livro de visitas pastorais, D. Frei José da Santíssima Trindade. 1821-1826. fl. 147.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

os degraus de convite partindo diretamente do largo asfaltado e se delimita na fachada posterior por um beco, que a deixa isolada aos fundos, em relação aos prédios vizinhos. Apesar disso, a capela é valorizada em sua inserção no sítio paisagístico, quer pela graciosidade arquitetônica, quer pela integração no agradável conjunto visual do seu entorno gerado pelos traços das ruas confluentes.

A planta, em duas seções retangulares, é constituída de nave e capela-mor, esta de menor largura, separadas pelo arco-cruzeiro, e sacristia transversal nos fundos, apresentando ainda dependências nas duas laterais, à maneira de outras naves, abertas através de arcadas. A construção tem estrutura autônoma de madeira, com paredes de adobes e cobertura de duas águas, guarnecida por beirais em caibros corridos. A fachada, enquadrada por cunhais de madeira, mostra vãos com vergas retas, enquadrados e fechados também em madeira. A porta principal, com vedação almofadada, é encimada por uma janela sineira central, entre duas outras simples, na altura do coro, e por um óculo quadrilobado sob o ângulo do telhado. O interior, bastante descaracterizado, teve substituídos o piso e outros elementos, permanecendo no entanto o forro da capela-mor em tabuado liso, que forma uma abóbada de berço com pintura decorativa bem simples.

### c) Ornamentação

A capela possui um único altar, em madeira lisa, com ornatos ligeiros, datado provavelmente do século XIX. A imagem do Senhor do Bonfim, em tamanho natural, venerada nesse altar, é peça de excelente confecção. Dentre a imaginária antiga, destacam-se ainda um Santo Antônio e um São Francisco de Assis, ambos de pequenas dimensões, mas de algum interesse artístico.



#### 10.2.1.4 Passo da rua Direita

Santa Luzia deve ter possuído no passado outras capelinhas de Passos da Paixão, mas é esta a única edificação do gênero que ali chegou até nossos dias. Implantado no alinhamento da rua Direita, entre o prédio da Prefeitura e uma casa bem antiga, com fachada reconstruída em estilo eclético, sem nenhum afastamento, o Passo se dilui na paisagem justamente por causa dessas construções laterais. A planta, de diminutas proporções, é bem simples, apresentando forma quadrangular. A fachada, com porta de vedação tipo calha e enquadramento de madeira guarnecida por verga alteada, coroa-se de uma platibanda que mostra uma aplicação ornamental em massa proveniente da reconstrução da fachada da casa contígua, à qual passou visualmente a integrar-se. No interior, possui forro abobadado em tabuado liso, com pintura decorativa, e piso restaurado em pedras, vendo-se na parte interna das folhas da porta pinturas já bastante esmaecidas, figurando soldados romanos. O pequeno altar compõe-se de uma caixa rústica, tendo ao fundo interessante painel, aplicado à própria parede, representando Cristo com a cruz às costas e um grupo de "santas mulheres". Esta pintura, de feição popular, dataria presumivelmente do século XIX.

Não é amparado por medida legal de tombamento.

#### 10.2.2 Edificações civis

##### 10.2.2.1 Solar Teixeira da Costa (antigo Quartel dos Revolucionários)

Pelas características construtivas, a edificação desta bela casa residencial pode ser situada em fins do século XVIII ou princípios do XIX. Lembra ela, em suas linhas gerais, a chamada Casa Azul de Sabará, inclusive quanto aos elementos compositivos da fachada principal, que, como no exemplo sabarense, traz em destaque elegante portada em madeira emoldurada. A coincidência de estilo e a proximidade entre os dois antigos



núcleos mineradores - Vila Real e Santa Luzia - justificariam mesmo a hipótese de tratar-se de obras de um construtor único ou, pelo menos, de caso de deliberada obediência a um igual modelo arquitetônico. Conforme assegura o historiador Edelweiss Teixeira, a iniciativa da construção coube ao padre Manoel Pires de Miranda, natural do próprio arraial de Santa Luzia, ordenado em Mariana a 28 de março de 1789 e depois coadjutor e vigário da matriz luziense. Quando, em 1840, o primeiro Barão de Santa Luzia, Manoel Ribeiro Viana, fundou o Hospital de São João de Deus, a casa foi por ele adquirida para fonte de renda do estabelecimento, passando a ser conhecida como "Casa de São João de Deus". O fato de ter servido de quartel aos revolucionários liberais de 1842, que em Santa Luzia enfrentaram as tropas legalistas comandadas por Caxias, a reveste de especial significado histórico. É tradicionalmente designada Quartel dos Revolucionários e também Solar Teixeira da Costa, família local que há longos anos detém a propriedade do imóvel, que foi objeto de reformas entre 1938 e 1946, bem como de recente restauração promovida pelo IPHAN.

A casa, com frente térrea voltada para o largo da Matriz, está localizada na esquina da rua Direita com a do Serro. Por esta via tem-se um acesso secundário ao grande quintal arborizado dos fundos, área que proporciona ambientação bem agradável à edificação. A planta se desenvolve dentro de partido retangular, com dois puxados nos fundos, um na lateral direita e outro na esquerda, formando um pátio interno. Os cômodos, num total de dezoito, são distribuídos longitudinalmente em três alas, apresentando a central a singularidade de conter três alcovas, além de um corredor de ligação entre um dos salões da frente, correspondente ao vestíbulo, e o salão posterior correspondente à sala de jantar. Este último se comunica com a varanda em forma de U, guarnecida por guarda-corpo em madeira recortada e da qual parte a escada para o porão, que, assim como a varanda, contorna o pátio interno. A construção é de estrutura autônoma de madeira, com paredes de adobe sobre baldrame também de madeira e embasamento de pedra, trazendo co



bertura em quatro águas, com telhas do tipo canal e arremate de beirais em cimalha.

A fachada principal, bem harmoniosa, é enquadrada por cunhais de madeira, hoje recobertos de massa, e compreende cinco vãos: a porta central e duas janelas em linha de cada lado, todas com vergas alteadas e sobrevergas trabalhadas em pestanas. As janelas são vedadas por caixilhos de vidro do tipo guilhotina, enquanto a imponente portada, com sua sobreverga tangenciando a cimalha, é fechada por folhas de madeira almofadadas. Na fachada da rua do Serro, observam-se onze janelas em linha, iguais às frontais e, como estas, com ombreiras e peitoris em madeira. A casa possui também apurado acabamento interno, com pisos em tabuado largo ainda bem conservados e portas de padieiras trabalhadas nas divisórias dos salões principais, que ostentam belos tetos apainelados do tipo gamela com delicadas pinturas decorativas de motivos florais e rocailles.

A edificação é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme Inscrição nº 272 - Livro de História, fls. 46, datada de 8 de maio de 1950.

#### 10.2.2.2 Solar da Baronesa (atual Prefeitura Municipal)

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia tem sua sede em belo sobrado, situado na rua Direita nº 408, com implantação no alinhamento da rua e área nos fundos, prédio que se destaca no conjunto local principalmente pelo volume, acentuado pela vizinhança de casas térreas. Não se conhece documentação sobre a época precisa de sua edificação, que poderá ter ocorrido ainda no século XVIII ou nas duas primeiras décadas do XIX. É presumível que a iniciativa da construção se deva a Manoel Ribeiro Viana, primeiro Barão de Santa Luzia, falecido em 1844 e que, nesse sobrado, já residia em 1825, quando nele promoveu memorável festa comemorativa do aniversário do imperador Pedro I, circunstanciadamente relatada no jornal "O Universal",



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

número de 11 de novembro do mesmo ano de 1825. O sobrado tornou-se conhecido como Solar da Baronesa, por ter continuado, por muitos anos, a servir de residência a dona Maria Alexandrina, viúva de Ribeiro Viana. O prédio passou por várias reformas, inclusive para adaptação à sua atual destinação.

O sobrado obedece a planta de partido retangular, possuindo, na parte posterior, porão e dois puxados, um em cada lateral. Varandas, guarnecidas de guarda-corpo de grade simples de madeira, correm nos fundos, ao longo do primeiro e segundo pisos, bem como dos puxados laterais, formando um U. O acesso principal é feito através de um vestibulo central, de que nascem um corredor levando à parte posterior do prédio e à escada transversal para o segundo pavimento. A construção, estruturada originalmente em madeira e barro, sofreu, nas restaurações realizadas, a introdução parcial de materiais modernos, como nos enquadramentos de vãos do andar térreo, refeitos em massa, e em paredes externas e internas alteradas com alvenaria de tijolos. A cobertura é de quatro águas, com beirais em cimalha de madeira, que aparecem também na fachada de trás, onde se conjugam à interessante vista das varandas com o madeiramento todo aparente.

Apesar de não apresentar uma sobreposição exata dos vãos, a fachada principal se mostra bem movimentada graças à elegante seqüência dos mesmos no pavimento superior. São onze janelas rasgadas por inteiro, com enquadramento em madeira e vedação em caixilhos de vidro, inclusive nas bandeiras fixas, vãos estes que se abrem para sacadas isoladas com guarda-corpo de ferro trabalhado. No andar térreo, que traz porta de acesso bem simples, com folhas do tipo calha, vêem-se nove janelas mais novas, também com vedação de caixilhos de vidro e postigos de madeira. No interior, não obstante alterações que destoam da ambientação original, como o piso de tabuado largo substituído em parte por tacos, ainda se conservam interessantes forros em esteira no segundo pavimento, ostentando mesmo o de um dos salões aplicações de tinta colorida que formam belos desenhos.



Merece especial destaque, como nota da religiosidade dos antigos moradores do solar, a presença de um oratório consagrado à Mater Dolorosa, pequeno retábulo pintado de ornatos em rocaille, com excelente imagem de Nossa Senhora das Dores que conserva pintura e douramento originais.

A edificação não é amparada por medida legal de tombamento.

### 10.2.2.3 Hospital de São João de Deus (Santa Casa)

O arraial de Santa Luzia já possuía, em 1828, um primeiro e modesto hospital, instalado, segundo informa Edelweiss Teixeira, "na rua de Trás, ou rua da Capela de Sant'Ana, da qual tomou o nome".<sup>280</sup> Fundado por Leandro José Dias, esse estabelecimento funcionou até cerca de 1846, tendo prestado serviços no atendimento aos feridos da revolução liberal de 1842. O encerramento de suas atividades se deu logo após a criação do Hospital de São João de Deus, dotado de maiores recursos, e que ainda hoje serve à população local. A instalação do novo estabelecimento foi autorizada por lei provincial de 2 de abril de 1840, devendo-se a iniciativa de sua fundação ao primeiro Barão de Santa Luzia, Manoel Ribeiro Viana. Para seu funcionamento, adquiriu-se então o prédio que, convenientemente adaptado às finalidades hospitalares, abriga até nossos dias a tradicional instituição.

Situado numa esquina, com frente para a rua Floriano Peixoto, nº 333, o Hospital de São João de Deus desfruta, à sua entrada, de uma área ajardinada que separa o edifício do alinhamento da rua, onde corre um muro baixo encimado por grade de ferro trabalhada. A construção, de feitio térreo, tem bastante acentuado o aspecto horizontal, devido à extensão da frontaria e ao número de vãos. Estruturada em barro e madeira, com restaurações em alvenaria de tijolos, possui cobertura de te-

---

<sup>280</sup> TEIXEIRA, E. op. cit. nota 266, p. 20



lhas tipo canal, guarnecida por beirais em cimalha de madeira. A fachada principal, com uma seqüência de onze vãos, é singela mas harmoniosa. As janelas trazem vedação externa em caixilhos de vidro do tipo guilhotina, com postigo de folhas em calha bem simples como as das portas, sendo o enquadramento de todos os vãos em madeira e vergas retas. No interior, alterado por sucessivas modificações, destaca-se, como dependência mais nobre, uma pequena capela que se abre para o vestíbulo. Vê-se ali interessante altar, montado com peças remanescentes de um retábulo bem antigo e complementado por tábuas ajustadas. Segundo a tradição local, as peças principais teriam sido aproveitadas de retábulo que pertenceu à demolida Capela de Sant' Ana. Os elementos ornamentais conservados guardam identidade de estilo com as linhas da primeira fase do barroco em Minas, notadamente nas pilastras de estrutura do retábulo e no belo trono trabalhado em rica talha.

#### 10.2.2.4 Conjunto da Rua Direita

A rua Direita, de traçado irregular e topografia acidentada, principia no largo do Bonfim e finda no largo da Matriz, nela se concentrando o que de mais expressivo ainda subsiste do antigo acervo arquitetônico local. Além do prédio da Prefeitura, já focalizado, ali merecem destaque as seguintes edificações:

##### a) Sobrado nº 461

O belo sobrado, situado quase defronte à Prefeitura, composto de dois pavimentos e um porão que dá para os fundos, é estruturado em madeira e barro, com a cobertura de quatro-águas, guarnecida por beiral em cimalha. A fachada é enquadradada por cunhais de madeira recobertos de massa, apresentando os vãos do pavimento superior dupla vedação em caixilho de vidro e postigo em madeira; ombreiras também em madeira e vergas retas. Internamente, ressalta no segundo pavimento um belo forro em gamela, confeccionado em esteira, material que ocorre, também nos tetos de outras dependências.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

b) Casa nº 491

A casa térrea, logo acima da anterior, estruturada em madeira e barro, tem a cobertura de quatro águas guarnecida por beirais em cimalha de madeira. A fachada, enquadrada por cunhais também de madeira, é bem harmônica, apresentando seis janelas com duas vedações, uma externa de caixilho de vidro do tipo guilhotina e outra interna do tipo calha, porta principal de acesso e uma outra lateral que dá para um corredor externo. Os vãos possuem enquadramento de madeira, vergas retas e sobrevergas com molduras simples bem ressaltadas. O seu interior, já reformado, apresenta ainda um piso em tabuado largo.

c) Sobrado nº 513

Este belo sobrado tem a porta principal de acesso na área esquerda de sua fachada dando para um corredor de onde parte a escada transversal de acesso ao segundo pavimento. É estruturado em madeira e barro, tem cobertura de quatro águas do tipo tacaniça, guarnecida por beiral em cimalha de madeira. A fachada esquadrada por cunhais, também de madeira, apresenta no pavimento superior cinco janelas de caixilho de vidro do tipo guilhotina e, no inferior, a porta e mais três janelas. Todos os vãos possuem vergas retas e o enquadramento de madeira. No interior, observamos o piso em tabuado largo e a ocorrência de forros em esteira.

d) Casa nº 529

A casa térrea, com porão nos fundos aproveitando o caimento do terreno, é estruturada em madeira e barro; tem a cobertura de quatro águas guarnecida por beirais em cachorros e o embasamento de pedras já restaurado. A fachada, enquadrada por cunhais de madeira, apresenta a porta de acesso com uma janela de um lado e mais quatro janelas do outro; elas possuem um fechamento interno do tipo calha, como a porta, e, externa-



mente, recebem como vedação um caixilho de vidro; fixo na parte superior e móvel na parte inferior. É interessante notar a grande altura destas janelas, todas com o enquadramento em madeira, vergas retas com trabalhos em moldura nas sobrevergas. Destaca-se no seu interior o forro em esteira trabalhada da sala; o piso, em partes, apresenta-se do tipo tabuado largo.

e) Sobrado nº 621

Um dos mais belos sobrados representativos do período colonial da cidade, guarda o mesmo partido deste tipo de construção, da época, com a porta de acesso dando para um vestíbulo de distribuição, para onde parte a escada central de acesso ao pavimento superior. Apesar do sobrado vizinho e de seu mau estado de conservação, ele mantém a sua imponência neste trecho da rua Direita, que se encontra bem descaracterizado. Edificado em pau-a-pique com estrutura autônoma, tem a cobertura de quatro águas com beirais em cimalha de madeira. A fachada principal é enquadrada por cunhais de madeira recobertos de massa; apresenta no pavimento superior sete portas-sacadas com duas vedações, uma interna do tipo calha e outra externa em caixilho de vidro, que dão para sacadas isoladas de ferro trabalhado, não sobrepondo exatamente aos seis vãos inferiores: cinco janelas com vedação interna do tipo calha, como a da porta, e vedações externas em caixilho de vidro do tipo guilhotina. O enquadramento dos vãos é em madeira, com vergas retas e sobrevergas em molduras. É interessante notar na fachada lateral, bem próxima ao cunhal, a existência e a curiosa localização de uma outra porta-sacada, igual às da fachada principal.

Num primeiro trecho que podemos definir do seu começo até a igreja do Rosário, apresentando-se bem descaracterizado, observamos poucas edificações de interesse como a casa de número 101, tombada pelo IEPHA e que pertenceu ao Senador Modestino Gonçalves, de estrutura autônoma em madeira, com cunhais aparentes e vedação de adobe; a fachada apresenta vãos com vedação em caixilho de vidro do tipo guilhotina, tem cober



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

tura de duas águas guarnecida por beirais em cachorros, forros em esteira e piso em tabuado largo. Dando para a igreja do Rosário, observamos ainda a casa térrea nº 215, onde funciona a Junta de Serviço Militar, com vãos de vergas retas, sobrevergas em molduras, enquadramento destes e cimalha em madeira; a edificação de nº 299, também térrea, com a cobertura guarnecida por cimalha de madeira na fachada principal e cachorros na lateral. Sua fachada, de bom comprimento, mostra um interessante jogo de vãos, todos com vedações e enquadramentos de madeira guarnecidos por vergas alteadas.

A partir da igreja do Rosário, um aclave mais acentuado marca o segundo trecho, que vai até uma curva, onde a inclinação suaviza, mais ou menos na altura do número 529; daí até a praça da Matriz, definimos o trecho final. No segmento intermediário, o mais homogêneo, estão as melhores edificações, destacando-se dois grupos de construções contíguas. Um do lado direito da rua, formado pela curiosa casa de nº 386, com a fachada totalmente reconstruída em estilo eclético, desenhos ornamentais em massa, colunas com capitéis coríntios incrustados, platibanda apresentando uma falsa balaustrada e, vendo-se pela lateral, o porão em estrutura autônoma de madeira com as vedações originais em adobe; seguindo, observamos o passo anexo, o sobrado da prefeitura e a casa térrea de nº 428, pouco acima do nível da rua, com degraus de acesso em toda a extensão da fachada, bem simples, com vãos de vergas retas, cunhais e estrutura autônoma de madeira, cobertura guarnecida por beiral em cachorros. Do lado esquerdo, as edificações de nºs 461, 491, a casa anexa, a de nº 513 e a de nº 529 formam um conjunto muito bom. Ressalva-se ainda a casa térrea de nº 526, onde está instalado o Museu que guarda certa conformidade de estilo, embora restaurada com o enquadramento dos vãos em massa e interior modificado.

O último trecho apresenta-se também muito alterado, mas ainda com algumas edificações de interesse, destacando-se, logo no começo, a casa térrea nº 561 e, pouco mais acima, as



edificações vizinhas de nºs 611 e 621, sendo a primeira um sobrado sem nenhuma ornamentação, bem despojado mas bastante harmonioso com os três vãos superiores com vedação do tipo quilhotina sobrepostos aos três inferiores, todos com vergas retas e enquadramento de madeira, assim como os cunhais e a estrutura autônoma. Nas imediações da praça, as descaracterizações já são induzidas pela maior concentração comercial, mesmo assim observamos algumas casas que mantêm as características arquitetônicas da época, como a casa assobradada com as lojas de números 666, 672, 676; o sobrado 725; as casas térreas de números 720 e 730.

### 10.2.3 Outras edificações

O Largo do Bonfim, na entrada da parte alta da cidade, apresenta um conjunto de edificações que, apesar das descaracterizações, mostra uma certa unidade arquitetônica com a pequena capela e as casas da área, todas térreas. O logradouro é bem valorizado pelo sítio paisagístico, formando um todo homogêneo de características próprias. As casas de números 201 e 206, com beirais em cachorros, estruturados em madeira e barro, ainda marcam o estilo de época de sua construção, apesar do mau estado de conservação. Destaca-se de modo especial, no conjunto, a casa de nº 179, simples mas bem harmoniosa, que foi restaurada para funcionamento da biblioteca local. De feição térreo e com porão nos fundos, tem estrutura autônoma de madeira e as paredes primitivas em adobe, com os cunhais e o baldrame também em madeira, trazendo cobertura de quatro águas guardada por beirais em cachorros. Na singela fachada, observam-se duas portas com vedação do tipo calha e três janelas com vedação em caixilho de vidro do tipo guilhotina e postigo de madeira. Os vãos possuem vergas retas arrematadas por pequenas molduras e enquadramento de madeira, verificando-se no interior a presença de piso de tabuado largo e de forro em esteira, tradicionalmente o tipo de maior ocorrência na cidade.

Outra edificação de relativo interesse pela anti-

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

güidade e feição construtiva é o sobrado da rua Floriano Peixo to, nº 650. Implantado no alinhamento da rua, com quintal nos fundos, o prédio está situado na área central da cidade, em trecho paralelo à rua Direita, porém bem tranqüilo por não apresentar a mesma concentração comercial verificada nessa via principal de Santa Luzia. Com a porta de entrada na lateral esquerda dando para um corredor onde nasce a escada transversal de acesso ao segundo pavimento, a construção possui estrutura autônoma de madeira, com paredes de pau-a-pique, embasamento de pedras e baldrame de madeira, apresentando cobertura de quatro águas com telhas tipo canal. A fachada, bem despojada mas de marcado equilíbrio, é delimitada por cunhais de madeira, mostrando os quatro vãos superiores, exatamente sobrepostos às três janelas e porta no pavimento inferior, todos com vergas retas e enquadramento também em madeira. As vedações dos vãos são de folhas em calha, recebendo os superiores um segundo fechamento, externo, em caixilhos de vidro do tipo guilhotina. O interior, embora conservando forro em esteira, já se encontra modificado, com a substituição de pisos e outras alterações.



11 BIBLIOGRAFIA

- 1 ABASTECIMENTO d'água à cidade de Itabira do Matto Dentro. Minas Geraes, Bello Horizonte, 12 mar. 1913. c. 3, 4 e 5.
- 2 ALBUQUERQUE, J.J. Fonseca. O templo da villa de Caethê. Revista do Archivo Publico Mineiro, Bello Horizonte, 7 (1/2): 57-66 jan./jun. 1902.
- 3 ALVIM, Clóvis. Os ingleses em Itabira. Estado de Minas, Belo Horizonte, 7 set. 1976. Seção 1, pt. 4, c.4.
- 4 AIRES DE CASAL, Manuel, Padre. Chorografia Brasília. Rio de Janeiro, INL, 1945.
- 5 \_\_\_\_\_. Corografia Brasília ou relação histórica-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976. 342p. (Col. Reconquista do Brasil, 27).
- 6 ANUÁRIO INDUSTRIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, IBGE, 1937.
- 7 ÁVILA, Afonso. O teatro em Minas Gerais: século XVIII e XIX. Barroco, Belo Horizonte (9): 53-96, 1976.
- 8 BAETA, Nilton. A indústria siderúrgica em Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.
- 9 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte. Diagnóstico da economia mineira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968. v.1.
- 10 BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, SATERB, 1971.
- 11 BAZIN, Germain. L'Architecture religieuse barroque an Brésil. Paris, Plon, 1958. t.2.
- 12 BELARMINO, José. S.João do Morro Grande. Revista do Archivo Publico Mineiro, Ouro Preto, 3: 399-406, 1898.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 13 BICENTENÁRIO de Caeté e Serro. Minas Geraes, Bello Horizonte, 29 jan. 1914. p.1-12.
- 14 BOXER, C.R. A idade do ouro do Brasil; dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2.ed. rev. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- 15 BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- 16 CAETHÉ. Anuario de Minas Geraes, Bello Horizonte, 2: 162-4, 1907.
- 17 CAETÉ. Anuario de Minas Geraes, Bello Horizonte, 6 (1): 546-9, 1918.
- 18 CAETHÉ. Anuario Histórico. Chorographico de Minas Geraes, Bello Horizonte, 3: 282-3, 1909.
- 19 CAMARA, José de Sá Bitencourt. Memória mineralógica; do terreno mineiro da Comarca de Sabará. Revista de Arquivo Publico Mineiro, Ouro Preto, 2(4): 599-609, 1897.
- 20 CARLOS Drumond nos 120 anos de Itabira. Estado de Minas, Belo Horizonte, 5 out. 1968. Seção 1, p.9. c.2.
- 21 CARRATO, José Ferreira. Igreja, iluminismo e escolas coloniais. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- 22 \_\_\_\_\_. As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.
- 23 CARRAZONI, Maria Elisa. Guia de bens tombados. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1978.
- 24 CARVALHO, Cypriano J. de. Ceramica Nacional; fundada em Caethé - Estado de Minas pelo Dr. João Pinheiro. Minas Geraes, Ouro Preto, 28 out. 1896. p.3-4. c.1, 2, 3, 4 e c.1, 2 e 3.
- 25 CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975. v.2.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 26 O CENTENÁRIO da elevação de Itabira a vila; os festejos comemorativos na lendária cidade. Minas Gerais, Belo Horizonte, 7 out. 1933. p.10-1. c.4,5 e 1.
- 27 O CENTENÁRIO da elevação de Itabira a vila; os festejos e solenidades comemorativas dêsse acontecimento. Minas Gerais, Belo Horizonte, 24 out. 1933. p.9. c.1, 2 e 3.
- 28 CHAGAS, Paulo Pinheiro. Teófilo Otoni ministro do povo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.
- 29 A 53 km de BH, uma boa parte da história de Minas e Caeté, Diário da Tarde, Belo Horizonte, 8 mar. 1976. p.7.
- 30 COELHO, C. P. Ereção da Capela da Serra da Piedade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2: 196-7, 1946.
- 31 COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes. Revista do Archivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 8(1/2): 399-581, jan./jun. 1903.
- 32 CONGRESSO religioso de Itabira. Minas Geraes, Belo Horizonte, 31 ago. 1928. p.8. c.1,2 e 3.
- 33 COSTA, Joaquim Ribeiro. Toponímia de Minas Gerais; com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970.
- 34 COUSAS e lousas. Cidade de Itabira, Itabira, 28 jun. 1896. p.1. c.2,3,4 e 5.
- 35 COUTO, José Vieira. Memória sobre a capitania de Minas Geraes (1801). Revista do Archivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 10 (1/2): 55-166, jan./jun. 1905.
- 36 CREAÇÃO DE Villas no período colonial. Revista do Archivo Público Mineiro, Ouro Preto, 2: 81-107, 1897.
- 37 DEL NEGRO, Carlos. Contribuição ao estudo da pintura mineira. Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1958. (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação, 20).



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 38 DEL NEGRO, Carlos. Dois mestres de Minas: José Soares de Araujo e Manoel da Costa Ataíde. Universitas; revista de cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador (2): 98, jan./abr. 1969.
- 39 \_\_\_\_\_. Escultura ornamental barroca do Brasil; portadas de igrejas de Minas Gerais. Belo Horizonte, Ed. Arquitetura, 1961. v.1.
- 40 DISTR. do Bom Jesus do Amparo. Anuário Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 927-8, 1909.
- 41 DISTRICTO de Catas Altas. Anuário Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 928-9, 1909.
- 42 ENGRACIA, Julio, Padre. Chorographia mineira; município e comarca da Itabira. Revista do Archivo Público Mineiro, Ouro Preto, 3: 329-54, 1898.
- 43 ESCHWEGE, W. L. von. Pluto brasiliensis. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979. v.2. (Col Reconquista do Brasil, 59).
- 44 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1978. v.2.
- 45 ESCOLA Normal de Itabira; sua instalação a 2 do corrente. Minas Geraes, Belo Horizonte, 6/8 abr. 1928. p. 5 - 6. c.2,3,4,5,1 e 2.
- 46 A ESTRA A de ferro Victoria Minas - Est. de Derrubadinha. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 4: 218 - 9, 1911.
- 47 FRADE, Wilson. Alô, alô, patrimônio. Estado de Minas, Belo Horizonte, 30 nov. 1969. p.3. 2.cad.
- 48 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais; circuito do diamante (Belo Horizonte, 1978) 5v.
- 49 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Assessoria Técnica da Presidência. Projeto de restauração do prédio dos correios e telégrafos de Santa Bárbara. In: \_\_\_\_\_. Circuito de Santa Bárbara; organização espacial e preservação de sítios históricos. Belo Horizonte, 1980. v.3, anexo 3.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 50 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano. Programas especiais. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano, coord. Plano de desenvolvimento urbano: Itabira. Belo Horizonte, 1977. v.2.
- 51 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Planejamento. Perspectivas de desenvolvimento econômico. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano, coord. Plano de desenvolvimento urbano: Itabira. Belo Horizonte, 1977. v.12.
- 52 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Diretoria de Programas Públicos. Perspectivas de desenvolvimento social, população, habitação, saúde, nutrição. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Centro de Desenvolvimento Urbano, coord. Plano de desenvolvimento urbano: Itabira. Belo Horizonte, 1977. v.13.
- 53 GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil; principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. 260p. (Col. Reconquista do Brasil, 13).
- 54 GODOY, M. Pimentel & COELHO, Iphigênio Soares. Recursos minerais do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1974.
- 55 GOMES, Francisco de Assis Magalhães. Siderurgia brasileira e exportação de minério de ferro; história e desenvolvimento. Belo Horizonte, CETEC, 1978.
- 56 IBGE, Rio de Janeiro. Censos econômicos; agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro, 1950. (Recenseamento Geral do Brasil - 19 de Setembro de 1940. Série Regional, parte XIII - Minas Gerais, t.3).
- 57 \_\_\_\_\_. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1958. v.24.
- 58 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1959. v.25.
- 59 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1959. v.26.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 60 IBGE, Rio de Janeiro. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. v.27.
- 61 \_\_\_\_\_. Sinótese estatística do município de Nova Era do Estado de Minas Gerais; subsídio para o estudo da evolução política, alguns resultados estatísticos 1945, principais resultados censitários 1-9-1940. Rio de Janeiro, 1948. 15p.
- 62 IBGE, Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Estado de Minas Gerais: censo agrícola. Rio de Janeiro, 1955. 2v. (VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950. Série Regional, v.21, t.2).
- 63 \_\_\_\_\_. Estado de Minas Gerais; censo demográfico. Rio de Janeiro, 1954. 283p. (Recenseamento Geral de 1950. Série Regional, v.21, t.1).
- 64 \_\_\_\_\_. Estado de Minas Gerais; censos industrial comercial e dos serviços. Rio de Janeiro, 1955. (Série Regional, v.21, t.3).
- 65 \_\_\_\_\_. Minas Gerais; censos econômicos. Rio de Janeiro, 1956. (VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950. Série Regional, v.21, t.3).
- 66 IBGE, Rio de Janeiro. Diretoria Técnica. Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos. Centro Brasileiro de Estudos Demográficos. Brasil estimativa da população residente nas regiões fisiográficas, unidades da federação, microrregiões homogêneas, áreas metropolitanas e municípios em 1º de julho de 1975. Rio de Janeiro, 1975.
- 67 IBGE, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Estatística. Departamento de Censos. Censo demográfico: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1973. 3v. (VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional, v.1, t.14).
- 68 \_\_\_\_\_. Sinótese preliminar do censo demográfico: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1971. 284p. (VIII Recenseamento Geral - 1970).


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 69 IBGE, Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Recenseamento. Censo agrícola de 1960; Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1967. 2v. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v.2, t.9).
- 70 \_\_\_\_\_. Censo industrial de 1960; Sergipe, Bahia, Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1966. 121p. (VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional, v.3, t.4).
- 71 \_\_\_\_\_. Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços; Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1950. 619p. (Recenseamento Geral do Brasil - 1940. Série Regional, parte 13, t.3).
- 72 \_\_\_\_\_. Estado de Minas Gerais; sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro, 1962. 128p. (VII Recenseamento Geral do Brasil. 1960).
- 73 IBGE, Rio de Janeiro; Superintendência de Estatísticas Primárias. Departamento de Censos. Censo agropecuário: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1975. 2v. (VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional, v.3, t.14).
- 74 \_\_\_\_\_. Censo industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1974. 333p. (VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional, v.4, t.14).
- 75 IGLESIAS, Francisco. O cônego Marinho e 1842. In: MARI-NHO, José Antônio. História do movimento político de 1842. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977. p.13-36. (Col. Reconquista do Brasil, 42).
- 76 IGLÉSIAS, Francisco. Periodização do processo industrial no Brasil. (Belo Horizonte) UFMG/FACE, 1963. 114p. (Textos de História, 1).
- 77 \_\_\_\_\_. Política econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930). Belo Horizonte, s.ed., 1977.
- 78 INAUGURADAS a estação de São José da Lagôa e a parada de Pedra Furada; a significação econômica desse prolongamen-to ferroviário, como transcorreram as solenidades inau-guraes, os discursos, o entusiasmo popular. Minas Ge-raes. Bello Horizonte, 1 fev. 1936. p.10. c.1,2,3, 4 e 5.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 79 O INSTITUTO agrícola. Cidade de Itabira, Itabira, 2. jul. 1897. p.1. c.1,2 e 3.
- 80 ITABIRA; comemoração de seu 1º centenário. Minas Geraes, Belo Horizonte, 21 abr. 1927. p.8-9. c.5,1 e 2.
- 81 ITABIRA DE MATTO DENTRO. Anuario de Minas Geraes, Bello Horizonte, 2: 200-2, 1907.
- 82 ITABIRA DO MATTO DENTRO. Anuario de Minas Geraes, Bello Horizonte, 6: 757-63, 1918.
- 83 ITABIRA DO MATTO DENTRO. Anuario Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Bello Horizonte, 3: 500-13, 1909.
- 84 ITABIRA já não é apenas um retrato na parede. Estado de Minas, Belo Horizonte, 5 abr. 1974. Turismo. p.3. c.2.
- 85 ITABIRA prepara planos para a cidade educativa. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 26 maio 1975. p.9. c.1,2 e 3.
- 86 JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XXº Século. Rio de Janeiro, Gomes, 1911. v.1.
- 87 JARDIM, Luiz. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (3): 79-93, 1939.
- 88 LAGE, Otaviano. Itabira tenta defender o seu futuro agora. Estado de Minas, Belo Horizonte, 13 ago. 1978. Seção 1. pt.9. c.1,2,3,4,5 e 6.
- 89 LIMA JÚNIOR, Arthur. O que há para se ver em Caeté; roteiro turístico da antiga Vila Nova da Rainha. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969.
- 90 LINHARES, Maria Helena. A ex-musa do poeta. Estado de Minas, Belo Horizonte, 20 ago. 1976. Turismo, pt.7. c.1, 2 e 3.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 91 LINHARES, Maria Helena. Itabira, quando um retrato não dói na parede. Estado de Minas, Belo Horizonte, 4 abr.1975. Seção 2, pt.6. c.1 e 2.
- 92 LOUVE o Divino e Santa Luzia. Jornal de Casa, Belo Horizonte, 17/23 jun. 1979. p.9.
- 93 MARINHO, José Antônio. História do movimento político de 1842. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977. 312p. (Col. Reconquista do Brasil, 42).
- 94 MARTINS, A. de Assis & OLIVEIRA, J. Marques de. Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Geraes para o anno de 1864. Rio de Janeiro, Typ. Actualidade, 1864.
- 95 MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR/ UFMG, 1980.
- 96 MASCARENHAS, Geraldo Magalhães. Centenário da fábrica do Cedro, histórico: 1872/1972. Belo Horizonte, Minas Gráfica, 1972.
- 97 MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837. Belo Horizonte, Arquivo Publico Mineiro, 1979. v.1 (Arquivo Público, Publicação, 3).
- 98 MAXWELL, Kenneth. Confrontação. In: \_\_\_\_\_. A devassa da devassa a Inconfidência Mineira: Brasil - Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p.108-40.
- 99 MEMORIA historica da capitania de Minas Geraes. Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, 2 (3):425-517, jul./set. 1897.
- 100 MENEZES, Eduardo. A revolução mineira de 1842. Juiz de Fora, Typ. Brasil, 1913.
- 101 MENEZES, Ivo Porto de. Documentação referente a Minas Gerais, existente nos arquivos portugueses. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 26: 121-303, maio 1975.



- 102 MINAS em festa; em agosto marque estas cidades no calendário. Jornal de Casa, Belo Horizonte, 29 jul./4 ago. 1979. Turismo.
- 103 MINAS GERAIS. Leis, decretos, etc. Decreto n. 17.779, de 09 de março de 1976. Revista Jurídica Lemi, Belo Horizonte, 9 (101): 114, abr. 1976. Aprova o tombamento e determina sua inscrição no livro respectivo do imóvel constituído pela Basílica de Santa Luzia do Rio das Velhas.
- 104 \_\_\_\_\_. Lei n. 962 - de 4 de junho de 1858. Collecção de Leis da Assemblêa Legislativa da Província de Minas Geraes, Ouro Preto, 24 (1): 304-5, 1858. Carta de Lei que autoriza o Governo a prestar 1:000\$000 réis a Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de S. João Baptista do Morro Grande para os preparos e alfaias do respectivo altar.
- 105 \_\_\_\_\_. Lei n. 472 - de 31 de maio de 1850. Collecção de Leis da Assemblêa Legislativa da Provincia de Minas Geraes, Marianna, 16 (1): 41-55, 1850. Carta Lei, que crea diversas Villas, supprime Districtos varias povoações, fixa as divisas de algumas Freguezias, e Municipios e contem outras disposições a respeito.
- 106 \_\_\_\_\_. Lei n. 755 - de 30 de abril de 1856. Collecção de Leis da Assemblêa Legislativa da Provincia de Minas Geraes, Ouro Preto, 22 (1): 1-2, 1856. Carta de Lei que restaura a Villa de Santa Luzia, marca os limites do seu Municipio, e o encorpora á Comarca do Rio das Velhas.
- 107 \_\_\_\_\_. Lei n. 317 - de 18 de março de 1847. Collecção de Leis da Assemblêa Legislativa da Provincia de Minas Geraes, Ouro Preto, 13 (1): 4-5, 1847. Carta da Lei pela qual fica elevada a Villa a Freguesia de Santa Luzia, do Municipio de Sabará.
- 108 MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Atlas chorographico municipal. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1926.
- 109 \_\_\_\_\_. Minas segundo o recenseamento de 1920; principaes resultados censitários sobre a população, a agricultura, a pecuária e indústria. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1924.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 110 MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. SEI. Minas Gerais: municípios e localidades. Belo Horizonte, 1977. 1v.
- 111 MUN. de Caeté. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 5: 319-22, 1913.
- 112 MUN. de Itabira do Matto Dentro. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 5: 459-63, 1913.
- 113 MUN. de Santa Bárbara. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 5: 755-60, 1913.
- 114 NA administração Jair de Carvalho, Caeté em nova fase de desenvolvimento. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 jan. 1978. Suplemento especial. p.5. c.1,2,3 e 4.
- 115 NA estrada de ferro Victoria a Dimantina. Anuario Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 117-8, 1909.
- 116 NOTICIAS dos factos mais notaveis acontecidos no anno de 1826 na Villa do Caeté e seu Trº. Revista do Archivo Publico Mineiro, Ouro Preto, 3: 777-9, 1898.
- 117 PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o dicionario geographico do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896. v. F-0.
- 118 PINTO, Moreira. Santa Luzia. Jornal do Commércio, Belo Horizonte, 27 nov. 1897.
- 119 PIRES, Antônio Olyntho dos Santos. Ferro. Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horizonte, 8: (1/2): 1018-26, 1903.
- 120 POHL, Johann, Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- 121 \_\_\_\_\_. Viagem pelo interior do Brasil; empreendida nos anos de 1817 a 1821. Rio de Janeiro, INL, 1951. v.2.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 122 PRADO JÚNIOR, Caio. A mineração e a ocupação do centro-sul. In: \_\_\_\_\_. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1967. p.56-65.
- 123 PROVISÃO que autorizou a ereção da Capela da Serra da Piedade. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2: 196-7, 1946.
- 124 REGO de Offícios dirigidos a Corte pelo Illmo. e Exmo. Snr. D. Francisco de Assis Mascarenhas. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 18: 345-573, 1914.
- 125 REZENDE, Maria Efigênia Lage de. Da sociedade urbana à sociedade rural. In: \_\_\_\_\_. Formação da estrutura de do minação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1976.
- 126 RODRIGUES, José Wash. Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil. 4.ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.
- 127 RODRIGUES, Wilkie. E você ainda não havia incluído Caeté em seu roteiro. Estado de Minas, Belo Horizonte, 11 nov. 1977. Turismo. p.5. c.1,2.
- 128 \_\_\_\_\_. Para atravessar o muro das pedras e pisar em Santa Luzia, você não vai precisar de senhas ou de conspirações; basta você piscar os olhos e ter muito fé na Santa: em poucos minutos você vai estar do outro lado da cidade. Estado de Minas, Belo Horizonte, 30 jul. 1976. Turismo. p.2.
- 129 \_\_\_\_\_. Viagem ao passado nas ruas de Sta. Luzia. Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 nov. 1978. Turismo. p.20.
- 130 SAINT HILAIRE, Auguste de. A cidade de Sabará; estrada de Sabará a Vila Rica. In: \_\_\_\_\_. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976. p.73-81.
- 131 \_\_\_\_\_. Itabira do Matto Dentro, jornada de Itabira à Vila do Príncipe. In: \_\_\_\_\_. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. v.1. (Brasiliana, 126).



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 132 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. (Col. Reconquista do Brasil, 4).
- 133 \_\_\_\_\_. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do litoral do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. 233 p. (Col. Reconquista do Brasil, 5).
- 134 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941. (Col. Brasileira, 210).
- 135 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945. (Col. Brasileira, 290).
- 136 \_\_\_\_\_. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil (1833). São Paulo, USP, 1974.
- 137 SANTA BARBARA. Anuario de Minas Geraes, Belo Horizonte, 2: 286-7 1907.
- 138 SANTA BARBARA. Anuario Histórico Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 920-4, 1909.
- 139 SANTA LUZIA DO RIO DAS VELHAS. Anuario Histórico - Chorographico de Minas Geraes, Belo Horizonte, 3: 978-89, 1909.
- 140 SANTA LUZIA é importante no passado e no presente. Diário de Minas, Belo Horizonte, 23 fev. 1976.
- 141 SCARANO, Julita. Devoção e escravidão; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino, século XVIII. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- 142 SENNA, Nelson de. Toponymia geographica de origem basílico - indígena em Minas Geraes. Revista do Archivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 20: 191-352, 1926.
- 143 SILVA, Celson José da. Marchas e contramarchas do mandonismo local (Caeté, um estudo de caso). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, 1972.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 144 SILVA, José Joaquim da. Tractado de geographia descriptiva especial da província de Minas Geraes. Rio de Janeiro, Typ. Universal de E. H. Laemmert, 1887.
- 145 SILVEIRA, Victor, org. Minas Geraes em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.
- 146 SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana; análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977. p.199-257.
- 147 SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, IBGE, 1951.
- 148 STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950. Rio de Janeiro, Campos, 1979. 272p.
- 149 TEXEIRA, Edelweiss. Santa Luzia; um pouco de seu passado. In: \_\_\_\_\_. Comemorações do 1º Centenário da Revolução e da Ação Pacificadora de Caxias, 1842/1942. Santa Luzia, s.ed., s.d. p.8-51.
- 150 TRINDADE, Raimundo, Cônego. Arquidiocese de Mariana; subsídios para sua história. 2.ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953, v.1.
- 151 \_\_\_\_\_. Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945. 378p. (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação, 13).
- 152 VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. 2v.
- 153 VASCONCELOS, Francisco D. P. Exposição apresentada ao Sr. Herculano Ferreira Penna ao passar-lhe a administração da província. Ouro Preto, Typ. Bom Senso, 1856.
- 154 VASCONCELOS, Sylvio. Mineiridade; ensaio de caracterização. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 155 VEIGA, José Pedro Xavier da. Ephemerides mineiras (1664-1897). Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897. v.4.
- 156 ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, USP, 1951.

#### DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA

- 157 Arquivo Colonial do Museu do Ouro, Sabará. Livro de provimentos, nº 8, f.65v.
- 158 Arquivo Colonial do Museu do Ouro, Sabará. Livro de registro de provimentos, nº 7, 1799. p.72-3, 108
- 159 Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Contas/da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos/ 1813-1853. Catas Altas do Mato Dentro. fls. 2v.
- 160 Arquivo da Cúria de Mariana, Mariana. Livro de Termos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, Santa Bárbara, 1941-1805. fl. 3lv., 50v.
- 161 Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, Belo Horizonte. Livros de Óbitos de Caeté, 1804-1816. p.20.
- 162 Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Belo Horizonte. Brumal, Município de Santa Barbara; Matriz de Santo Amaro. Carta da Siderurgia Hime ao Secretário da Indústria, Comércio e Turismo. Barrão de Cocais, 14 de novembro de 1973.
- 163 Arquivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Belo Horizonte Carta do chefe do 3º distrito do IPHAN, Roberto Lacerda, ao diretor executivo do IEPHA/MG, Luciano Amedée Péret. Belo Horizonte, 23 de janeiro 1976.
- 164 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ouro Preto. Carta ao Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade. 12 de fevereiro 1945.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 165 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ouro Preto. Ficha de vistoria. Junho 1962.
- 166 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ouro Preto. Obras executadas. 1958-1959.
- 167 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ouro Preto. Relatório. 1958.
- 168 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ouro Preto. Relatório de vistoria, fevereiro de 1960.
- 169 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Capela de São Francisco de Caeté, descrição sumária e estado atual de conservação; Wilson do Vasconcellos Sampaio; relatório de 16 julho de 1954.
- 170 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Carta do Rev. Francisco Gomes da Cruz. 14 de janeiro de 1841.
- 171 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN), Rio de Janeiro. Catas Altas; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. (Documentos originais copiados por Luiz Jardim).
- 172 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Classificação do edifício do Colégio Caraça.
- 173 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Códice 251; provisão da rainha permitindo aos moradores a arrecadação de verba para dar continuidade as obras da capela. 1789. fls.24v.
- 174 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Documento 4159, armário 2, gaveta 11, pasta 249. Histórico da edificação da Capela de São Francisco de Vila Nova da Rainha; de acordo com alfarrábios, já muito estragados; que encontrou o Dr. Salomão de Vasconcellos na sacristia da mesma capela.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 175 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Documento 4050, armário 2, gaveta 6, pasta 221. A Igreja do Rosário de Caeté.
- 176 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Ficha de vistoria, 25 de abril de 1935.
- 177 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Ficha descritiva Epaminondas de Macedo.
- 178 Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Santa Bárbara M.G., Igreja Matriz (Obras realizadas entre 1744 e 1807 segundo assentamentos do seu arquivo, copiados por Luís Jardim).
- 179 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Condições da obra que se quer fazer no Corpo da Capella do Rosário dos Pretos de Santa Barbara. 2 de abril de 1976. Ms.
- 180 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Arquiconfraria de São Francisco. 1804-1819 fls. 64v, 66v, 67v, 70, 102, 116, 116v, 117.
- 181 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. 1736-1878. fl. 13, 167.
- 182 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de acordãos e eleições da Arquiconfraria de São Francisco de Santa Bárbara. 1821-1861. fls.5, 6v, 14v, 15.
- 183 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de acordãos e eleições de mesa da Arquiconfraria de São Francisco de Santa Bárbara. 1821-1881. fl. 2v.
- 184 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de contas da confraria de Nossa Senhora das Mercês. 1778. fl.7, 7v.
- 185 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de documentos e inventários da Capela de Santo Amaro. Brumado. 1738-1807. fls. 2, 2v, 3, 29, 33, 48, 112, 116v, 117v, 118v, 121, 122, 122v, 128v., 134, 136, 137.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 186 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de eleições, termos e acordãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santa Bárbara. /1750/. p.30. Ms.
- 187 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de visitas pastorais. 1825-1826. p.133.
- 188 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Livro de visitas pastorais, D. Frei José da Santíssima Trindade. 1821-1826. fl. 15-6, 76, 77, 113, 147.
- 189 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de ajuste de obras. 20 de dezembro de 1766. Ms.
- 190 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação de obras por Antônio Martins Passos. 19 de junho de 1763. Ms.
- 191 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação de obras por Francisco Sorgrã. 10 de agosto 1771. Ms.
- 192 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação do corpo da capella. 6 de janeiro de 1796. Ms.
- 193 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de arrematação que se fez para se mudar a capella de Na. Sra. do Rozario dos Pretos donde se achava principiado para o lugar determinado por S. Exa. Revma. 8 de setembro 1776. Ms.
- 194 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de dispensa do Padre Manoel Antônio Lobão. 14 de fevereiro de 1898. Ms.
- 195 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Termo de venda de imóveis. 22 de janeiro de 1792. Ms.
- 196 Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Mariana. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade a Matriz de Nossa Senhora do Rosário.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 197 Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Minas Gerais, caixa 45. 1757-1758.
- 198 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 111. 1753-1767. maço 49.
- 199 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 148. D.F. - 11 - janeiro - 1765, fls. 71. Citado em: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade Caeté. 04-09-1950. p.4.
- 200 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 135. Maço 39.
- 201 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 101. D.F. - 16 - agosto - 1752, fls. 40v. Citado em: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade de Caeté. 04-09-1950. p.1-2.
- 202 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Código 101. D.F. - 17 - julho - 1755, fls. 39v. Citado em: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade de Caeté, 04-09-1950. p.1.
- 203 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 268. 1795-1801. maço 7.
- 204 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 277. 1796-1803. fls. 13v
- 205 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 75. D.F. - 20 - abril - 1756, fls. 91,99. Citado em: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade de Caeté. 04-09-1956. p.3.
- 206 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Códice 75 - D.F. - 24 - maio - 1758, fls. 104. Citado em: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade Caeté. 04-09-1950. p.4.


**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 207 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Relatório do Vigário Eusébio do Coutto Barbosa, em resposta a circular do Presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos. 2 de maio de 1849.
- 208 Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte. Relatório do Vigário Interino João Alvares Miz da Costa, em resposta a circular do presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos. 19 de maio de 1849.
- 209 Arquivo Publico Mineiro (APM), Belo Horizonte. Relatório do Vigário Manoel José Pinto, em resposta a circular do presidente da província José Ildefonso de Souza Ramos. 29 maio de 1849.
- 210 Carta do provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Paróquia de S. João Batista, Barão de Cocais - Minas, ao engenheiro - chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Divisão de Minas Gerais, Belo Horizonte. 29 de março de 1950.
- 211 Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição - século XVIII a XIX. Município Santa Bárbara, Distrito Catas Altas. 22.06.1949.
- 212 Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - século XVIII. Cidade Caeté. 04-09-1950. p.1
- 213 Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), 3ª distrito. Igreja Matriz de S. João - século XVIII. Município de Barão de Cocais. 01/06/1949. fls. 1,3.
- 214 Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. Relatório de vistoria. 16 de maio de 1975.
- 215 Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. Relatório de vistoria. 15 maio de 1975.
- 216 Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. Relatório de vistoria, 27 de setembro de 1979.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- 217 Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte. Relatório de vistoria. 21 de setembro de 179.
- 218 Mappa estatístico acerca dos oragos das Igrejas, e Capelas Filiais Curadas, e não Curadas de cada huã das Parochiãs do Bispdº de Mn<sup>a</sup>, com a declaração das epocas das suas fundaçoes, e as datas das Ord<sup>s</sup> Episcopaes, ou Soberanas q. elvarão as Igr<sup>as</sup> a Cathegoria de Parochiãs Colladas, qtº foi possível alcançar-se dos registros, p<sup>a</sup> illustrar a Illustre Comissão da Estatística do Rio de Janeiro na Conformd<sup>e</sup> do seo officio de 17 de agtº de 1832.
- 219 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rio de Janeiro. Artes eruditas; arquitetura religiosa - Igreja Matriz de Santo Antônio. 30 de abril 1938. (Ficha descritiva).

Governador do Estado de Minas Gerais  
Francelino Pereira dos Santos

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
Paulo Roberto Haddad

Presidente da Fundação João Pinheiro  
Carlos Maurício de Carvalho Ferreira

Diretores da Fundação João Pinheiro  
Fernando Oliveira de Sá Andrade  
Delso Morais da Silva  
José Ernesto Ballstaedt  
Luiz Cláudio Junqueira Henrique  
Geraldo Majella Moreira Duarte

**GOVERNO FRANCELINO PEREIRA**  
Uma vida melhor. Com a participação de todos.

